**Edital de Chamada Pública para Contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural**

**Nº 01/2014-ANP**

**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP**

**Rio de Janeiro, XX de XXXXX de 2014**

ADVERTÊNCIA:

I – Edital

Este Edital contém as disposições aplicáveis à contratação de capacidade de transporte, no âmbito da atividade de Carregamento de Gás Natural.

II – Da referência a outros documentos

Este Edital de Chamada Pública foi baseado no “Edital de Chamada Pública” para a TBG, de 2001, no “The Incremental Entry Capacity Release Methodology Issue 11.0”, preparado pelo National Grid-UK, no “Guidelines for Allocation of publicly offered Capacities – 2008”, preparado por Baumgarten-Oberkappel Gasleitungsgesellschaft mbH – AT e no “Master Bidding Document for Procurement of Goods”, preparado por Bancos de Desenvolvimento Multilaterais e Instituições Financeiras Internacionais.

III – Das versões oficiais

Este Edital de Chamada Pública é elaborado em idioma português, sendo esta a única versão oficial.

Conteúdo

[1 Preâmbulo 5](#_Toc389057750)

[1.1 Definições 5](#_Toc389057751)

[1.2 Chamadas Públicas Coordenadas 5](#_Toc389057752)

[1.3 Conflito de Interesses 5](#_Toc389057753)

[2 Objeto Da Chamada Pública 5](#_Toc389057754)

[2.1 Objeto da Chamada Pública 5](#_Toc389057755)

[3 Procedimento para Solicitação de Capacidade de Transporte 6](#_Toc389057756)

[3.1 Elegibilidade para Participação 6](#_Toc389057757)

[3.2 Documentos de Solicitação de Capacidade 7](#_Toc389057758)

[3.3 Esclarecimentos sobre a Chamada Pública 7](#_Toc389057759)

[3.4 Adendos ao Edital de Chamada Pública 8](#_Toc389057760)

[3.5 Etapas da Chamada Pública 8](#_Toc389057761)

[3.6 Inscrição na Chamada Pública 10](#_Toc389057762)

[3.7 Custos das solicitações de capacidade 11](#_Toc389057763)

[3.8 Conteúdo e preenchimento dos documentos de solicitação de capacidade 11](#_Toc389057764)

[3.9 Submissão da Proposta Garantida 13](#_Toc389057766)

[3.10 Preenchimento da tabela com a curva de crescimento da capacidade no tempo, para cada valor de Tarifa de Transporte Máxima 13](#_Toc389057767)

[3.11 Data de início, prazo, Percursos e valor ofertado para contratação do Serviço de Transporte 13](#_Toc389057768)

[3.12 Garantia Financeira e Garantia do Termo de Compromisso 14](#_Toc389057769)

[3.13 Recebimento das Manifestações de Interesse e Propostas Garantidas 16](#_Toc389057770)

[3.14 Exame das Manifestações de Interesse e Propostas Garantidas 16](#_Toc389057771)

[3.15 Divulgação dos Carregadores Vencedores 16](#_Toc389057772)

[3.16 Assinatura do Termo de Compromisso 17](#_Toc389057773)

[3.17 Garantia de Termo de Compromisso 17](#_Toc389057774)

[3.18 Cessão de Capacidade de Transporte 18](#_Toc389057775)

[4 Cronograma 19](#_Toc389057776)

[5 Glossário e Definições 20](#_Toc389057777)

[6 Regras para Alocação de Capacidade 23](#_Toc389057778)

[6.1 Alocação de Capacidade Prevista 23](#_Toc389057779)

[6.2 Verificação da(s) Capacidade(s) Pretendida(s) Mínima(s) constantes da(s) Proposta(s) Garantida(s) 24](#_Toc389057780)

[6.3 Realocação da Capacidade liberada em razão da(s) Capacidade(s) Pretendida(s) Mínima(s) 24](#_Toc389057781)

[6.4 Capacidade(s) Alocada(s) de Transporte 25](#_Toc389057782)

[7 Chamadas Públicas Coordenadas 26](#_Toc389057783)

[7.1 Chamadas Públicas Coordenadas 26](#_Toc389057784)

[8 Metodologia aplicável ao redimensionamento do Gasoduto de Referência e Estrutura Tarifária 27](#_Toc389057785)

[8.1 Redimensionamento do Gasoduto de Referência após o recebimento da(s) Manifestação(ões) de Interesse 27](#_Toc389057786)

[8.2 Redimensionamento do Gasoduto de Referência após o recebimento da(s) Proposta(s) Garantida(s) 27](#_Toc389057787)

[8.3 Redimensionamento do Gasoduto de Referência após a manifestação do MME 28](#_Toc389057788)

[8.4 Definição do projeto do Gasoduto de Referência 28](#_Toc389057789)

[9 Estrutura e Cálculo de Tarifas para Contratação do Serviço de Transporte 29](#_Toc389057790)

[9.1 Estrutura Tarifária 29](#_Toc389057791)

[9.2 Cálculo da Tarifa de Transporte Máxima 29](#_Toc389057792)

[9.3 Cálculo dos Encargos de Capacidade e do Encargo de Movimentação 37](#_Toc389057797)

[9.4 Recálculo da Tarifa de Transporte Máxima e dos Encargos de Capacidade e do Encargo de Movimentação 39](#_Toc389057800)

[9.5 Alteração e Revisão do Valor da Tarifa de Transporte Cobrada dos Carregadores Iniciais 39](#_Toc389057801)

[10 Cláusulas essenciais da minuta de contrato padrão a ser celebrado entre os carregadores e os transportadores 42](#_Toc389057802)

[10.1 Padronização do Contrato de Serviço de Transporte 42](#_Toc389057803)

[10.2 Cláusulas do TCG que disciplinam a divisão de responsabilidades entre o transportador e o carregador 43](#_Toc389057804)

# Preâmbulo

## Definições

### Fica estabelecido que, para facilitar a compreensão desta Chamada Pública, as definições, expressas com a primeira letra em maiúscula, constarão do Glossário localizado na Seção 5 deste Edital.

### Para efeito deste documento, as definições, expressas com a primeira letra em maiúscula, contidas no Glossário, terão significado idêntico, se utilizadas no plural ou singular.

## Chamadas Públicas Coordenadas

### Esta Chamada Pública pode ser coordenada com outras chamadas públicas, sujeito às regras disciplinadas na Seção 7 deste Edital.

## Conflito de Interesses

### A ANP requer dos Participantes o mais alto grau de observância dos princípios de probidade e boa-fé durante a promoção da Chamada Pública e a execução do Termo de Compromisso.

### A ANP se reserva o direito de anular a Chamada Pública se detectar ou tiver indícios de manipulações prévias ou ocorridas durante o processo que contrariem as regras de acesso de terceiros estabelecidas na regulação da atividade de Transporte de Gás Natural e que possam causar distorções no resultado da Chamada Pública.

# Objeto Da Chamada Pública

## Objeto da Chamada Pública

### Constituem objeto desta Chamada Pública a Inscrição, a submissão de Manifestação de Interesse, a submissão de Proposta Garantida, a Alocação de Capacidade, e a celebração de Termo de Compromisso para contratação de capacidade, para Carregadores que estejam interessados em contratar Capacidade de Transporte referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim.

# Procedimento para Solicitação de Capacidade de Transporte

## Elegibilidade para Participação

### As sociedades e consórcios interessados em contratar Capacidade de Transporte em Gasodutos de Transporte devem providenciar, até a data indicada no Cronograma, a obtenção, junto à ANP, de autorização para exercer a atividade de Carregamento de gás natural, nos termos da Resolução ANP nº 051/2013.

### Apenas são elegíveis para a participação na Chamada Pública as sociedades ou consórcios constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, e que cumpram os seguintes requisitos:

### (a) Estejam autorizadas a exercer a atividade de Carregamento pela ANP; e

### (b) Não se encontrem sob efeito de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração.

### Durante toda a vigência do Termo de Compromisso e do Contrato de Transporte relacionados ao gasoduto em questão, e da respectiva autorização, as sociedades ou consórcios autorizados a exercer a atividade de Carregamento pela ANP não poderão:

### (a) deter autorização ou concessão para o exercício da atividade de transporte de gás natural; e

### (b) possuir relação societária de controle ou coligação com o transportador do Gasoduto de Transporte em questão ou com participante de consórcio constituído para atuar como transportador no gasoduto.

### Por meio da celebração de Termo de Compromisso para compra de capacidade, os Carregadores Vencedores se comprometem, em caráter irrevogável e irretratável, a adquirir Capacidade de Transporte definida e alocada por meio da presente Chamada Pública, a ser criada por meio da licitação para concessão da atividade de Transporte de Gás Natural relativo ao Gasoduto de Referência.

### Nas Chamadas Públicas para a contratação de capacidade de um novo Gasoduto de Transporte, os Carregadores Vencedores serão também denominados Carregadores Iniciais do respectivo gasoduto e terão um Período de Exclusividade para exploração da sua capacidade contratada.

### Durante a vigência do Período de Exclusividade, o Transportador não poderá oferecer o Serviço de Transporte Interruptível referente à capacidade contratada pelo Carregador Inicial sem a sua prévia anuência.

### O Período de Exclusividade aplicável aos Carregadores Iniciais desta Chamada Pública é nulo, em conformidade com a Portaria MME nº 450, de 12 de dezembro de 2013.

### A data prevista para a entrada em operação do Gasoduto de Transporte objeto da Chamada Pública é 1º de junho de 2016, quando ocorrerá o início da prestação de Serviço de Transporte Firme, respeitado o disposto no Termo de Compromisso, no Contrato de Serviço de Transporte e no Contrato de Concessão.

### Não obstante as disposições acima, o prazo máximo para início da operação do Gasoduto de Transporte objeto da Chamada Pública é de 2 (dois) anos, contados da assinatura do Termo de Compromisso.

### A não observância do prazo máximo acima desobriga os Carregadores Vencedores de honrar o Termo de Compromisso, sem prejuízo de eventuais responsabilizações cíveis ou administrativas pelo atraso.

## Documentos de Solicitação de Capacidade

### Os documentos de solicitação de capacidade estão contidos nos Anexos I e II e são parte integrante do Edital de Chamada Pública, devendo ser lidos e interpretados em conjunto com as Seções 1 a 10 deste Edital.

### Os documentos de solicitação de capacidade são:

### (a) Manifestação de Interesse – documento pelo qual o Participante manifesta interesse em adquirir Capacidade de Transporte a ser definida e alocada por meio do processo de Chamada Pública, sem implicar compromisso das partes na consecução dos acordos; e

### (b) Proposta Garantida - documento pelo qual o Participante se compromete a adquirir Capacidade de Transporte a ser definida e alocada por meio do processo de Chamada Pública, e assinar com a ANP o Termo de Compromisso, de modo irrevogável e irretratável.

### O Participante deve examinar todas as instruções, formulários, termos e especificações presentes nos documentos de solicitação de capacidade. As Manifestações de Interesse e Propostas Garantidas somente serão consideradas válidas quando:

### (a) estiverem corretamente preenchidos todos os campos obrigatórios;

### (b) forem assinadas pelo Representante de sociedades ou consórcios que tiverem sua Inscrição deferida; e

### (c) cumprirem com a data estabelecida no Cronograma.

### As Propostas Garantidas somente serão consideradas válidas quando:

### (a) estiverem corretamente preenchidos todos os campos obrigatórios;

### (b) houver a comprovação do aporte das garantias junto à ANP no montante suficiente para cobrir a solicitação de capacidade, nos termos do item deste Edital;

### (c) cumprirem com a data estabelecida no Cronograma; e

### (d) a Capacidade Pretendida de Transporte situar-se dentro dos limites superior ou inferior a 20% da Capacidade Solicitada de Transporte por ocasião da Manifestação de Interesse submetida previamente à ANP pelo interessado.

## Esclarecimentos sobre a Chamada Pública

### Para esclarecimentos sobre quaisquer disposições deste Edital de Chamada Pública, suas regras e procedimentos, o interessado deverá dirigir-se à ANP, mediante preenchimento do formulário para esclarecimentos (Anexo V).

### Os pedidos de esclarecimento deverão ser formulados por escrito, em língua portuguesa, e protocolados na ANP até a data indicada no Cronograma;

### As respostas aos pedidos de esclarecimento serão disponibilizadas até a data indicada no Cronograma, no sítio da ANP na Internet, para conhecimento geral;

### Não havendo solicitações de esclarecimento, presumir-se-á que as informações e elementos contidos neste Edital de Chamada Pública são suficientes para permitir a elaboração dos documentos de solicitação de capacidade e o aporte das Garantias e, consequentemente, para participar da Chamada Pública, razão pela qual não serão admitidos questionamentos ou impugnações posteriores.

## Adendos ao Edital de Chamada Pública

### Esclarecimentos ou Comunicados Relevantes passarão a fazer parte integrante deste Edital, na forma de adendos;

### Qualquer adendo, após sua publicação no DOU e no sítio da ANP, passará a fazer parte integrante do Edital de Chamada Pública.

### Se as dúvidas suscitadas pelos interessados implicarem alteração das condições necessárias para a formulação de propostas, o Edital de Chama Pública será republicado, alterando-se o Cronograma.

## Etapas da Chamada Pública

### Esta Chamada Pública obedecerá às seguintes etapas, divididas em duas fases: (i) a de identificação dos potenciais Carregadores; e (ii) a de análise das Propostas Garantidas, com a estrita observância do cronograma contido na Seção 4.

### Na fase de identificação dos potenciais Carregadores, as tratativas não implicarão compromisso das partes na consecução dos acordos. Na fase de análise das Propostas Garantidas, os compromissos assumidos pelos Participantes serão irrevogáveis e irretratáveis, ocorrendo a execução da Garantia Financeira do Participante caso este não cumpra com o disposto na Proposta Garantida, com exceção do caso previsto na alínea (i) do item 3.5.6 deste Edital.

### Na fase de Identificação dos Potenciais Carregadores, ocorrerão as etapas de:

### (a) Inscrição na Chamada Pública;

### (b) Retirada, pelos participantes inscritos, da documentação contendo as informações a respeito do projeto objeto da Chamada Pública, doravante denominado de Gasoduto de Referência, de acordo com o Anexo VIII;

### (c) Submissão, pelos participantes, das Manifestações de Interesse para contratação de capacidade, associadas aos Percursos previstos na Tabela 1 definida nesta Seção;

### (d) Recebimento, abertura e verificação das Manifestações de Interesse;

### (e) Redimensionamento do Gasoduto de Referência a partir das Manifestações de Interesse consideradas válidas, de acordo com o disposto na Seção 8;

### (f) Teste de Viabilidade Técnico-Econômico do projeto objeto da Chamada Pública;

### Se o Teste de Viabilidade Técnico-Econômico for bem-sucedido, ainda na fase de identificação dos potenciais carregadores haverá a divulgação aos Participantes da Capacidade Solicitada e do valor obtido para a Tarifa de Transporte Máxima. Os Carregadores cujas Manifestações de Interesse tenham ofertado tarifas iguais ou superiores à Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência passarão à condição de Carregadores Habilitados, e serão comunicados de sua respectiva previsão de Alocação de Capacidade. O processo da Chamada Pública terá continuidade, passando-se para a fase de análise das Propostas Garantidas.

### Em caso contrário, a Chamada Pública será extinta, com a devida divulgação pública.

### Na fase de análise das Propostas Garantidas, ocorrerão as etapas de:

### (a) Entrega da comprovação, junto à ANP, do aporte das Garantias Financeiras para submissão de Proposta Garantida;

### (b) Submissão, pelos Carregadores Habilitados, das Propostas Garantidas para contratação de capacidade, associadas aos Percursos previstos na Tabela 1 definida nesta Seção;

### (c) Recebimento, abertura e verificação das Propostas Garantidas;

### (d) Redimensionamento do Gasoduto de Referência a partir das Propostas Garantidas considerada(s) válida(s), de acordo com o disposto nos itens 8.2.1 a 8.2.2 deste Edital e o Teste de Viabilidade Técnico-Econômico do projeto objeto da Chamada Pública;

### (e) No caso de algum Carregador Habilitado não apresentar Proposta Garantida, ou apresentar Proposta Garantida inválida ou Proposta Garantida não coincidente com a Manifestação de Interesse conforme o item , haverá a repetição, limitada a 10 (dez) iterações, dos procedimentos previstos nas alíneas (b) a (d) deste item , após a divulgação, aos Carregadores Habilitados remanescentes, da capacidade solicitada e da Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência. Os Carregadores Habilitados remanescentes passarão à condição de novos Carregadores Habilitados, e serão comunicados de sua respectiva previsão de Alocação de Capacidade;

### (f) As iterações serão interrompidas quando todos os Carregadores Habilitados em uma iteração apresentarem Propostas Garantidas válidas e o processo de Alocação de Capacidade tenha sido bem-sucedido.

### (g) Caso o limite de 10 (dez) iterações seja atingido sem que ocorra uma Alocação de Capacidade bem-sucedida, a Chamada Pública será extinta, com devolução das Garantias Financeiras e a devida divulgação pública;

### (h) Será então colhida manifestação do MME sobre aumento da capacidade do projeto objeto da Chamada Pública, a partir da capacidade identificada na etapa anterior da Chamada Pública;

### (i) Caso o MME se manifeste pelo aumento da capacidade, os Carregadores Habilitados da última iteração ocorrida que apresentaram Propostas Garantidas válidas terão a opção de reduzir a capacidade solicitada ou desistir totalmente da contratação de capacidade objeto dessa Chamada Pública, de acordo com o disposto no § 3º do Art. 7º da Portaria MME nº 472, de 05 de agosto de 2011;

### (j) Caso um ou mais Carregadores Habilitados reduzam ou desistam da Capacidade Solicitada, este montante será ofertado, de modo *pro rata*, aos demais Carregadores Habilitados;

### (k) Caso o montante ofertado no item anterior não seja integralmente alocado, deverá ser realizada mais uma iteração do processo de submissão, recebimento, abertura e verificação das Propostas Garantidas, e no caso de algum Carregador Habilitado não apresentar Proposta Garantida, a Chamada Pública será extinta, com devolução das Garantias Financeiras e a devida divulgação pública;

### (l) Entrega das Garantias do Termo de Compromisso para assinatura do Termo de Compromisso, à ANP;

### (m) Assinatura do Termo de Compromisso pelos Carregadores Habilitados, que passarão à condição de Carregadores Vencedores.

## Inscrição na Chamada Pública

### A Inscrição na Chamada Pública dar-se-á mediante preenchimento formulário de inscrição, contido no Anexo IV. O formulário de inscrição preenchido deve ser protocolado na ANP até a data indicada no Cronograma.

### O formulário deverá estar acompanhado da designação do Representante da sociedade ou consórcio interessado, bem como dos seguintes documentos:

### (a) cópia autenticada do documento de identificação do signatário e, em se tratando de procurador, também do original ou de cópia autenticada do instrumento de procuração;

### (b) cópia autenticada do contrato ou estatuto social em vigor, devidamente arquivado no Registro competente, acompanhado, em caso de sociedades anônimas, da ata de eleição de seus administradores ou diretores e, tratando-se de consórcio, do correspondente instrumento de sua constituição.

### A participação na Chamada Pública implica a aceitação incondicional das normas estabelecidas neste Edital.

### Apenas serão deferidas as inscrições de sociedades ou consórcios autorizados a exercer a atividade de Carregamento de gás natural, de acordo com critério de elegibilidade disposto na Seção 3.1 e nos termos da Resolução ANP nº 051/13.

### É vedada a Inscrição de sociedade ou consórcio que exerça ou seja apto a exercer a atividade de Transporte de gás natural.

### As sociedades ou consórcios que tiverem sua Inscrição deferida passarão à condição de Participantes.

### Os Participantes devem atender, durante todo o processo de Chamada Pública, as obrigações previstas no ato de outorga da Autorização de Carregamento e na regulação da atividade.

### O Participante que durante a Chamada Pública estiver em situação irregular perante a ANP em relação aos requisitos da Resolução ANP nº 051/13 terá sua Inscrição cancelada e será excluído da Chamada Pública.

### O Participante que vier a ter sua Inscrição cancelada terá sua Garantia Financeira executada, caso tenha submetido Proposta Garantida.

### As modificações societárias, ocorridas nos quadros dos Participantes, que impliquem alteração do controle ou da composição acionária que implique em alteração no controle ou no grupo controlador dos Participantes deverão ser notificadas à ANP, até a assinatura do Termo de Compromisso com a União.

## Custos das solicitações de capacidade

### O Participante deverá arcar com todos os custos associados com a preparação e submissão dos documentos de solicitação de capacidade, não cabendo à ANP qualquer responsabilidade quanto a custos, encargos, ônus e obrigações, independentemente da condução e do resultado da Chamada Pública.

## Conteúdo e preenchimento dos documentos de solicitação de capacidade

### Na primeira fase, os Participantes devem submeter à ANP as Manifestações de Interesse contendo os Percursos Solicitados com base na Tabela 1 a seguir e tabelas com a curva de crescimento da capacidade no tempo, para cada valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima constante da Tabela 4 definida na Seção 9.

Tabela 1 – Percursos previstos para o Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Percurso1** | **Ponto de Recebimento** | **Ponto de Entrega** | **Distância (km)** | **Capacidade de Transporte (mil m3/dia)** |
| UPGN COMPERJ - Interconexão GASDUC III | UPGN-COMPERJ | Interconexão GASDUC III | 11,00 | 17.000 |

### **Nota:** 1) De acordo com o disposto no item 3.8.2, os Participantes podem por ocasião do preenchimento das Manifestações de Interesse realizar a proposição da inclusão de novos Pontos de Recebimento e de Entrega, e como conseqüência de novos Percursos.

### Os Participantes podem, também, por ocasião do preenchimento das Manifestações de Interesse, realizar a proposição da inclusão de novos Pontos de Recebimento e Pontos de Entrega, devendo, para tal, apresentar a localização e descrição técnica das referidas instalações de transporte (vazão mínima e máxima e pressões de operação).

### A inclusão de novos Pontos de Recebimento e Pontos de Entrega ocasiona a criação de novos Percursos Solicitados além daquele(s) originalmente previsto(s), caso estes venham a ser validados pelo Teste de Viabilidade Técnico-Econômico.

### Ao final da primeira fase ocorre o recebimento, abertura e verificação das Manifestações de Interesse, e o redimensionamento do Gasoduto de Referência a partir das Manifestações de Interesse consideradas válidas, seguido do Teste de Viabilidade Técnico-Econômico, de acordo com a Seção 8.1.

### Se o Teste de Viabilidade Técnico-Econômico for bem-sucedido, a segunda fase se inicia após a divulgação, aos Participantes, da agregação das Capacidades Solicitadas e da Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência recalculada.

### Os Carregadores Habilitados, conforme previsto no item 3.5.6, poderão submeter suas Propostas Garantidas após a comunicação de sua respectiva previsão de Alocação de Capacidade.

### A Proposta Garantida pode conter Percursos e Capacidades não coincidentes com a Manifestação de Interesse, contanto que a Capacidade Pretendida de Transporte se situe dentro dos limites de superior ou inferior a 20% da Capacidade Solicitada de Transporte para o valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima por ocasião da Manifestação de Interesse submetida previamente à ANP pelo interessado.

### A Proposta Garantida deve ser preenchida com os seguintes dados:

### (a) Identificação do interessado;

### (b) Informações para contato;

### (c) Indicação do Representante da sociedade ou consórcio interessado;

### (d) Prazo para contratação do Serviço de Transporte Firme;

### (e) Data de início do Serviço de Transporte Firme;

### (f) Valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima, em R$/MMBtu;

### (g) Condicionante, se aplicável, a outras Chamadas Públicas Coordenadas;

### (h) Hipótese de limitação da Proposta Garantida somente aos casos de atendimento total da Capacidade Pretendida;

### (i) Percursos Pretendidos;

### (j) Localização das Estações de Entrega e Recebimento;

### (k) Capacidade Pretendida de Transporte para cada ano de vigência do Contrato de Serviço de Transporte, para o valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima;

### (l) Capacidade Pretendida de Transporte para cada Percurso Pretendido, para cada ano de vigência do Contrato de Serviço de Transporte, para o valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima; e

### (m) Capacidade Pretendida de Transporte para cada Ponto de Entrega em cada Percurso Pretendido, para cada ano de vigência do Contrato de Serviço de Transporte, para o valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima.

### Caso o signatário ou o Representante indicado na Proposta Garantida não coincida com o indicado no ato de Inscrição, a Proposta Garantida deverá ser acompanhada da cópia autenticada do documento de identificação do signatário e, em se tratando do preposto, também de cópia autenticada de instrumento de procuração.

## Submissão da Proposta Garantida

### O Carregador Habilitado deverá submeter a(s) Proposta(s) Garantida(s) em estrita observância do Cronograma.

### No caso da ocorrência de mais de uma iteração, conforme previsto no item 3.5.6, e consequentemente o envio de mais de uma Proposta Garantida, serão consideradas válidas apenas as últimas Propostas Garantidas apresentadas.

### As Garantias Financeiras associadas às Propostas Garantidas submetidas em iterações anteriores serão automaticamente associadas às novas Propostas Garantidas submetidas na nova iteração. No caso de uma nova iteração em que o Carregador Habilitado não apresente, de forma imotivada, nova Proposta Garantida, será considerada a Proposta Garantida mais recentemente apresentada.

## Preenchimento da tabela com a curva de crescimento da capacidade no tempo, para cada valor de Tarifa de Transporte Máxima

### A solicitação de capacidade, por meio da Manifestação de Interesse, deve ser dar pelo preenchimento das tabelas constantes do Anexo II da referida manifestação, que tratam do período de contratação e da Capacidade Solicitada por Percurso solicitado.

### No preenchimento de cada tabela, deve ser discriminada a curva de crescimento da Capacidade Solicitada no período a ser contratado, para cada valor de Tarifa de Transporte Máxima constante da Tabela 4 definida na Seção 9, de modo a não haver descontinuidade durante o período.

### O preenchimento de cada tabela também deverá observar, a cada linha, a regra de que, para cada incremento de Capacidade Solicitada, o valor correspondente à Tarifa de Transporte Máxima deverá ser decrescente, de modo que o valor da Tarifa de Transporte Máxima seja inversamente proporcional à Capacidade Solicitada de Transporte correspondente.

## Data de início, prazo, Percursos e valor ofertado para contratação do Serviço de Transporte

### O prazo de contratação do Serviço de Transporte Firme será de no mínimo 20 (vinte) anos e no máximo 28 (vinte e oito) anos e 11 (onze) meses, a partir da data em que ocorrer o início da prestação do Serviço de Transporte Firme.

### A data de solicitação do início do Serviço de Transporte Firme deve corresponder, no mínimo, ao prazo previsto neste Edital de Chamada Pública para início das operações do Gasoduto de Transporte estabelecido no item 3.1.8, e, no máximo, ao período de 4 (quatro) anos após o prazo previsto para início das operações do gasoduto.

### O(s) percurso(s) deve(m) ser escolhido(s) dentre as alternativas previstas na Tabela 1 definida nesta Seção.

### Durante o redimensionamento do Gasoduto de Referência, as localizações das Estações de Entrega e Recebimento e suas respectivas capacidades poderão sofrer modificações, de maneira que o projeto seja otimizado, conforme o disposto na Seção 8.

### O valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima, em R$/MMBtu, a constar da Proposta Garantida, deve ser igual ou superior à Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência, comunicada aos Carregadores Habilitados anteriormente à submissão da proposta.

## Garantia Financeira e Garantia do Termo de Compromisso

### As Garantias Financeiras para participação da Chamada Pública têm por finalidade assegurar o cumprimento das Propostas Garantidas para a assinatura do Termo de Compromisso pelos Carregadores Habilitados, devendo ser aportadas até a data prevista no Cronograma.

### As Garantias de Termo de Compromisso têm por finalidade assegurar o cumprimento do Termo de Compromisso, durante sua vigência, e poderá ser repassada ao transportador, de acordo com os termos do Termo de Compromisso e do Contrato de Serviço de Transporte a ser assinado entre os Carregadores Vencedores e o transportador.

### Os Participantes serão responsáveis pela comprovação, junto à ANP, do aporte prévio das garantias.

### A validade da Manifestação de Interesse e da Proposta Garantida apresentada pelo Participante estará condicionada à validação de conformidade da sua Garantia Financeira.

### O montante de Garantia Financeira exigido de cada Carregador Habilitado da Chamada Pública será estabelecido proporcionalmente ao valor econômico da(s) Capacidade(s) Pretendida(s) de Transporte do(s) Percurso(s) Pretendido(s), constante(s) da tabela 2 do Anexo II da Proposta Garantida, a partir da aplicação da seguinte fórmula:

### *VGFPG* = 5% \* *VPRPG*

### onde,

### $$VP\_{RPG}=\left[\sum\_{t=t\_{0}}^{t\_{f}}\frac{RPG\_{t}}{(1+i)^{(t-t\_{0})}}\right]$$

### $$RPG\_{t}| \_{t<t\_{i}}=0$$

### *VGFPG* = Valor da Garantia Financeira da Proposta Garantida;

### *VPRPG*= Valor presente das *RPGt* no ano-base;

### *t* = ano-calendário corrente;

### *t0* = ano-base;

### *ti* = ano-calendário de início do período de contratação;

### *tf* = ano-calendário de término do período de contratação;

### *RPGt* = receitas calculadas com base no produto do valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima e da Capacidade Pretendida de Transporte referente ao(s) Percurso(s) Pretendido(s) nos respectivos anos-calendário; e

### *i* = custo médio ponderado de capital, conforme a Tabela 2 da Seção 9.2.31.

### As Garantias Financeiras poderão ser prestadas nas seguintes modalidades:

### (a) Seguro-Garantia; e

### (b) Fiança Bancária.

### Os Participantes devem protocolar a comprovação do aporte prévio das garantias na ANP (Escritório Central - Av. Rio Branco, 65/ 12° ao 22° andar -CEP: 20.090-004, Rio de Janeiro/RJ – BRASIL.

### Em caso de Fiança Bancária, serão rejeitadas aquelas emitidas por instituições financeiras que não estejam classificadas entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B”, na escala de *rating* de longo prazo de uma das agências de classificação de risco Fitch Ratings, Moody’s e Standard & Poors.

### Deverão acompanhar a Fiança Bancária (conforme modelo constante do Anexo III) os documentos comprobatórios da condição de representante(s) legal(is) do fiador:

### (a) Estatuto Social;

### (b) Ata de Eleição de Diretoria;

### (c) Procuração;

### (d) Cópia autenticada dos documentos dos representantes (CPF e RG).

### No caso de Seguro-Garantia, estes deverão estar acompanhados de:

### (a) Documentos comprobatórios da condição de representante(s) legal(is) do segurador:

### (i) Estatuto Social;

### (ii) Ata de Eleição de Diretoria;

### (iii) Procuração;

### (iv) Cópia autenticada dos documentos dos representantes (CPF e RG).

### (b) Resseguro efetuado por empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) acompanhado dos documentos comprobatórios da condição de representante(s) legal (is) do ressegurador:

### (i) Estatuto Social;

### (ii) Ata de Eleição de Diretoria;

### (iii) Procuração;

### (iv) Cópia autenticada dos documentos dos representantes (CPF e RG).

### Eventuais Garantias Financeiras prestadas por Carregadores Habilitados que não tenham sido associadas às respectivas Propostas Garantidas na fase de análise das Propostas Garantidas serão devolvidas até 5 (cinco) dias após a conclusão da Chamada Pública.

## Recebimento das Manifestações de Interesse e Propostas Garantidas

### Na primeira fase, o Participante deve:

### (a) Protocolar as Manifestações de Interesse na ANP (Escritório Central - Av. Rio Branco, 65/ 12° ao 22° andar - CEP: 20.090-004, Rio de Janeiro/RJ – BRASIL); e

### (b) Preencher todos os campos obrigatórios.

### Na segunda fase, o Carregador Habilitado deve:

### (a) Constituir a garantia, nos termos da Seção 3.12 deste Edital;

### (b) Protocolar as Propostas Garantidas na ANP (Escritório Central - Av. Rio Branco, 65/ 12° ao 22° andar -CEP: 20.090-004, Rio de Janeiro/RJ – BRASIL); e

### (c) preencher todos os campos obrigatórios.

### Para cada Proposta Garantida protocolada, o Carregador Habilitado deve ajustar a Garantia Financeira de acordo com a nova proposta e a regra do item 3.12.5 deste Edital.

## Exame das Manifestações de Interesse e Propostas Garantidas

### As informações das Manifestações de Interesse válidas serão agregadas, sendo utilizadas para o redimensionamento do Gasoduto se Referência e para o cálculo da Tarifa de Transporte Máxima.

### Para cada iteração prevista no item 3.5.6, as Propostas Garantidas serão agregadas, sendo utilizadas para o redimensionamento do Gasoduto de Referência e para o cálculo da Tarifa de Transporte Máxima.

### A Alocação de Capacidade considerará simultaneamente todas as Propostas Garantidas válidas, conforme disposto na Seção 6 deste Edital.

## Divulgação dos Carregadores Vencedores

### Na data prevista no Cronograma, o resultado final da Chamada Pública será publicado em três jornais de grande circulação e no DOU, explicitando a Alocação de Capacidade para cada Carregador Vencedor.

## Assinatura do Termo de Compromisso

### Na data prevista no Cronograma, os Carregadores Vencedores serão chamados a assinar o Termo de Compromisso de Compra de Capacidade, conforme as condições previstas nas Propostas Garantidas válidas e a Capacidade Alocada de Transporte.

### Na eventualidade da concessão da atividade de transporte de gás natural referente ao projeto objeto da Chamada Pública encerrar-se antes do término do Termo de Compromisso, o sucessor da titularidade da respectiva concessão, assumirá todas as obrigações e direitos a serem previstos no Contrato de Serviço de Transporte Firme, permanecendo vigentes todos os direitos e obrigações previstos no Termo de Compromisso, devendo, em decorrência, ser firmado um novo Contrato de Serviço de Transporte Firme.

## Garantia de Termo de Compromisso

### No ato da assinatura do Termo de Compromisso, o Carregador Vencedor deverá apresentar instrumento jurídico-financeiro com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações previstas no Termo de Compromisso, em especial quanto aos pagamentos referentes ao período de vigência do Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado com o transportador concessionário da atividade de transporte de gás natural.

### O valor da Garantia de Termo de Compromisso deve ser equivalente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do valor presente do total das receitas decorrentes da aplicação da(s) Tarifa(s) de Transporte Máxima(s) resultante(s) do processo de Chamada Pública às respectiva(s) Capacidade(s) Alocadas(s) de Transporte, conforme a fórmula a seguir.

### *VGTC* = 5% \* *VPRCA*

### onde,

### $$VP\_{RPG}=\left[\sum\_{t=t\_{0}}^{t\_{f}}\frac{RCA\_{t}}{(1+i)^{(t-t\_{0})}}\right]$$

### $$RPG\_{t}| \_{t<t\_{i}}=0$$

### *VGTC* = Valor da Garantia de Termo de Compromisso;

### *VPRCA*= Valor presente das *RCAt* no ano-base;

### *t* = ano-calendário corrente;

### *t0* = ano-base;

### *ti* = ano-calendário de início do período de contratação;

### *tf* = ano-calendário de término do período de contratação;

### *RCAt* = receitas calculadas com base no produto do valor da Tarifa de Transporte Máxima resultante do processo de Chamada Pública e da Capacidade Alocada de Transporte referente ao(s) Percurso(s) Pretendido(s) nos respectivos anos-calendário; e

### *i* = custo médio ponderado de capital, conforme a Tabela 2 da Seção 9.2.31.

### A Garantia de Termo de Compromisso poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

### (a) Seguro-Garantia; e

### (b) Fiança Bancária.

## Cessão de Capacidade de Transporte

### O Carregador Vencedor poderá ceder, temporária ou definitivamente, parcial ou integralmente, sua capacidade contratada de transporte para outros interessados nos termos da regulamentação vigente emitida pela ANP.

# Cronograma

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Evento | Responsável | Data / Período |
| Publicação do aviso de consulta e audiência públicas no DOU e disponibilização da minuta do Edital de Chamada Pública | ANP | 05/06/2014 |
| Início do prazo para Inscrição na Chamada Pública | Sociedades e Consórcios Interessados | 06/06/2014 |
| Início da Consulta Pública | Sociedades e Consórcios Interessados | 06/06/2014 |
| Prazo final para contribuições à minuta do Edital de Chamada Pública e término da Consulta Pública | Sociedades e Consórcios Interessados | 26/06/2014 |
| Audiência Pública | Sociedades e Consórcios Interessados | 15/07/2014 |
| Publicação do Edital de Chamada Pública | ANP | 07/08/2014 |
| Prazo limite para solicitação de Chamada Pública Coordenada | Carregadores Interessados | 07/08/2014 |
| Prazo limite para pedidos de esclarecimentos | Carregadores Interessados | 12/08/2014 |
| Prazo limite para obtenção de Autorização de Carregador | Sociedades e Consórcios Interessados | 14/08/2014 |
| Prazo limite para realização da Inscrição na Chamada Pública | Carregadores Interessados | 14/08/2014 |
| Prazo limite para apresentação da Manifestação de Interesse | Carregadores Interessados | 21/08/2014 |
| Dimensionamento da capacidade total do gasoduto e definição da Tarifa Máxima | ANP | 29/08/2014 |
| Entrega das Garantias Financeiras à ANP para submissão de Proposta Garantida  | Carregadores Interessados | 05/09/2014 |
| Prazo limite para encaminhamento das Propostas Garantidas | Carregadores Interessados | 05/09/2014 |
| Possíveis iterações e recálculo do dimensionamento e da Tarifa Máxima com a solicitação de confirmação/retificação das Propostas Garantidas | ANP | 5 dias úteis |
| Publicação do Resultado da Chamada Pública (Alocação de Capacidade por Carregador) | ANP | Até 06/10/2014 |
| Assinatura do Termo de Compromisso | Carregadores Vencedores | Até 20/10/2014 |

# Glossário e Definições

### As definições deste documento, expressas com a primeira letra maiúscula, seguem abaixo:

### “Alocação de Capacidade”: atribuição de Capacidade de Transporte, a cada Participante, em Gasodutos de Transporte existentes, a serem construídos ou ampliados ao longo do processo de Chamada Pública.

### “Alocação *Pro Rata*”: Alocação de Capacidade resultante de uma redução percentual idêntica nas Capacidades Solicitadas de todos os Carregadores Habilitados, de modo a adequar o somatório de suas demandas por capacidade à capacidade do Gasoduto de Referência.

### “Anexo”: documento integrante e complementar ao Edital.

### “ANP”: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

### “Autorização de Carregamento”: autorização para o uso do Serviço de Transporte por meio de gasoduto, contratado junto à empresa autorizada ou concessionária da atividade de Transporte de Gás Natural, nos termos da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013.

### “Capacidade Alocada de Transporte”: parcela da Capacidade de Transporte atribuída ao Carregador Vencedor, resultante do processo de Chamada Pública.

### “Capacidade de Transporte” ou “Capacidade”: volume máximo diário de gás natural que o Transportador pode movimentar em um determinado Gasoduto de Transporte.

### “Capacidade Pretendida Mínima”: parcela mínima da Capacidade Pretendida de Transporte cujo atendimento é condicionante para a validade da Proposta Garantida.

### “Capacidade Pretendida de Transporte” ou “Capacidade Pretendida”: parcela da Capacidade de Transporte requerida pelo Participante na Proposta Garantida, ao longo do prazo para contratação do Serviço de Transporte Firme.

### “Capacidade Solicitada de Transporte” ou “Capacidade Solicitada”: parcela da Capacidade de Transporte requerida pelo Participante na Manifestação de Interesse, ao longo do prazo para contratação do Serviço de Transporte Firme.

### “Capacidade Remanescente”: diferença, quando positiva, entre o volume máximo diário de gás natural do Gasoduto de Referência e o somatório das Capacidades Solicitadas.

### “Carregador”: Agente que utilize ou pretenda utilizar o serviço de movimentação de Gás Natural em Gasoduto de Transporte, mediante autorização da ANP.

### “Carregador Habilitado”: Carregador que tenha ofertado tarifas iguais ou superiores à Tarifa de Transporte Máxima do Gasoduto de Referência, a cada fase do processo de Chamada Pública e a cada iteração para determinação da Alocação de Capacidade.

### “Carregador Inicial”: É aquele cuja contratação de Capacidade de Transporte tenha viabilizado ou contribuído para viabilizar a construção do gasoduto, no todo ou em parte.

### “Carregador Vencedor”: Carregador ao qual se aloca Capacidade de Transporte na Chamada Pública.

### “Carregamento”: uso do Serviço de Transporte por meio de gasoduto, contratado junto à empresa autorizada ou concessionária da atividade de Transporte de Gás Natural.

### “Chamada Pública”: Procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte em dutos existentes, a serem construídos ou ampliados.

### “Chamada Pública Coordenada”: Procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte em dutos existentes, a serem construídos ou ampliados, de maneira coordenada com outras Chamadas Públicas.

### “Comunicado Relevante”: Informação relativa à Chamada Pública que, após sua publicação, passa a integrar a Chamada Pública.

### “Contrato de Concessão”: instrumento contratual que disciplina a atividade de Transporte de Gás Natural para um ou mais Gasodutos de Transporte, a ser celebrado entre a ANP e o transportador, e seus Anexos.

### “Contrato de Serviço de Transporte”: qualquer contrato firmado entre o Carregador e o Transportador para prestação de Serviço de Transporte.

### “Contrato de Serviço de Transporte Firme”: qualquer contrato firmado entre o Carregador e o Transportador para prestação de Serviço de Transporte Firme.

### “Cronograma”: Representação da previsão dos prazos em que se deverão executar as diversas atividades da Chamada Pública, anexo a este documento.

### "Data de Início do Serviço de Transporte": data efetiva do início da prestação do Serviço de Transporte, nos termos do Contrato de Serviço de Transporte.

### “DOU”: Diário Oficial da União, publicado pela Imprensa Nacional.

### “Edital de Chamada Pública” ou “Edital”: O presente documento.

### “Estação de Entrega”: instalações do Transportador destinadas a filtrar, regular a pressão, adequar a temperatura para evitar formação de líquidos, medir e registrar os volumes, pressões e temperaturas do Gás Natural objeto do Serviço de Transporte.

### “Estação de Recebimento”: as instalações do Transportador que permitem a entrada do Gás Natural objeto do Serviço de Transporte.

### “Garantia Financeira”: Valor, expresso em R$, a ser aportado pelo Carregador Habilitado, nas modalidades previstas nesta Chamada Pública, com vistas a garantir sua proposta.

### “Garantia de Termo de Compromisso”: Valor, expresso em R$, a ser aportado pelo Carregador Vencedor, nas modalidades previstas nesta Chamada Pública, com vistas a garantir o Termo de Compromisso.

### “Gás Natural”: Todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais.

### “Gasoduto de Referência”: projeto de gasoduto utilizado para efeito da definição das tarifas e receitas anuais máximas a serem consideradas nas chamadas públicas e nas licitações das concessões.

### “Gasoduto de Transporte”: gasoduto que realize movimentação de gás natural desde instalações de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte até instalações de estocagem, outros gasodutos de transporte e pontos de entrega a concessionários estaduais de distribuição de gás natural, incluindo estações de compressão, de medição, de redução de pressão e de entrega, respeitando-se o disposto no § 2º do art. 25 da Constituição Federal.

### “Inscrição”: ato de entrega dos documentos a serem apresentados à ANP pelos agentes interessados a fim de participar da Chamada Pública, sujeito ao deferimento pela ANP, em conformidade com a Seção 3.6.

### “Manifestação de Interesse”: documento pelo qual o Participante manifesta interesse em adquirir Capacidade de Transporte a ser definida e alocada por meio do processo de Chamada Pública, sem implicar compromisso das partes na consecução dos acordos.

### “MME”: Ministério de Minas e Energia.

### “Participante”: agente interessado que haja recebido a confirmação de sua Inscrição e que, a cada fase do processo de Chamada Pública, tenha realizado o aporte das Garantias, em conformidade com as normas deste Edital.

### “Percurso”: trajeto entre o Ponto de Recebimento e o Ponto de Entrega.

### “Percurso Pretendido”: trajeto entre o Ponto de Recebimento e o Ponto de Entrega, constante da Proposta Garantida.

### “Percurso Solicitado”: trajeto entre o Ponto de Recebimento e o Ponto de Entrega, constante da Manifestação de Interesse.

### “Período de Exclusividade”: período, fixado pelo MME, em que os carregadores iniciais podem explorar de modo exclusivo sua respectiva capacidade contratada nos novos gasodutos de transporte, sendo que o mesmo se encerra quando a movimentação alcança o valor máximo da capacidade contratada de transporte.

### “Ponto de Entrega”: ponto nos Gasodutos de Transporte no qual o Gás Natural é entregue pelo Transportador ao Carregador ou a quem este venha a indicar.

### “Ponto de Recebimento”: Ponto nos Gasodutos de Transporte no qual o Gás Natural é entregue ao Transportador pelo Carregador ou por quem este venha a indicar.

### “Proposta Garantida”: documento pelo qual o Participante se compromete a adquirir determinada parcela da Capacidade de Transporte a ser definida e alocada por meio do processo de Chamada Pública, e assinar com a ANP o Termo de Compromisso, de modo irrevogável e irretratável.

### “Representante”: Indivíduo legalmente habilitado, conforme apresentado no formulário de inscrição, na Manifestação de Interesse e na Proposta Garantida, a tomar decisões referentes à Chamada Pública em nome do Participante.

### “Serviço de Transporte”: receber, movimentar e entregar volumes de gás natural por meio de gasodutos de transporte, nos termos do respectivo Contrato de Serviço de Transporte.

### “Serviço de Transporte Firme”: Serviço de Transporte no qual o Transportador se obriga a programar e transportar o volume diário de Gás Natural solicitado pelo Carregador até a Capacidade Contratada de Transporte estabelecida no contrato com o Carregador.

### “Serviço de Transporte Interruptível”: Serviço de Transporte que poderá ser interrompido pelo Transportador, dada a prioridade de programação do Serviço de Transporte Firme.

### “Tarifa de Transporte Máxima”: valor máximo, decorrente do processo de Chamada Pública, a título de tarifa de transporte a ser paga pelo Carregador no Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado com o Transportador que disporá sobre as regras e condições específicas da contratação de Serviço de Transporte Firme.

### “Termo de Compromisso”: documento a ser entregue pelos Carregadores à ANP, por meio do qual o Carregador se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a adquirir a Capacidade Alocada de Transporte decorrente do processo de Chamada Pública.

### “Teste de Viabilidade Técnico-Econômico”: Teste com o objetivo de determinar se o investimento é viável, para um determinado valor de Tarifa de Transporte Máxima e para uma determinada Capacidade de Transporte.

### “Transportador”: Empresa autorizada ou concessionária da atividade de transporte de Gás Natural por meio de duto.

### “Transporte” ou “Transporte de Gás Natural”: Movimentação de gás natural em gasodutos de transporte, abrangendo a construção, a expansão e a operação das instalações.

### “Zona de Entrega”: o conjunto de Pontos de Entrega em uma área geográfica.

### “Zona de Recebimento”: área geográfica limitada, contendo um ou mais Pontos de Recebimento.

# Regras para Alocação de Capacidade

## Alocação de Capacidade Prevista

### O projeto original do Gasoduto de Referência será redimensionado, conforme o disposto na Seção 8, com o objetivo de adequá-lo ao somatório da(s) Capacidade(s) Pretendida(s) pelos Participantes.

### Caso existam empecilhos técnicos e/ou econômicos que inviabilizem o redimensionamento do Gasoduto de Referência, de modo a atender integralmente à demanda revelada pela(s) Proposta(s) Garantida(s), a Capacidade a ser construída será alocada entre os Carregador(es) Habilitado(s) de acordo com as regras e etapas a seguir.

### A Alocação de Capacidade prevista será informada ao(s) Carregador(es) Habilitado(s) em até 7 dias úteis após o fim do prazo para apresentação da(s) Proposta(s) Garantida(s).

### Terão prioridade na alocação o(s) Carregador(es) Habilitado(s) que, em sua(s) Proposta(s) Garantida(s), solicitem Capacidade por um período contínuo igual ou superior a 25 anos, iniciado na data do início da prestação do Serviço de Transporte.

### Caso o somatório da(s) demanda(s) por capacidade expressa(s) na(s) Proposta(s) Garantida(s) do(s) Carregador(es) Habilitado(s) enquadrados no item 6.1.4 deste Edital não possa ser atendido integralmente, a Capacidade Pretendida sofrerá uma Alocação *Pro Rata* entre este(s) Carregador(es) Habilitado(s).

### A Capacidade Remanescente, caso exista, será alocada ao(s) demais Carregador(es) Habilitado(s) de acordo com sua(s) Proposta(s) Garantida(s).

### Caso o somatório da(s) demanda(s) por capacidade expressa(s) na(s) Proposta(s) Garantida(s) do(s) Carregador(es) Habilitado(s) enquadrados no item 6.1.6 deste Edital não possa ser atendido integralmente, a Capacidade Pretendida sofrerá uma Alocação *Pro Rata* entre este(s) Carregador(es) Habilitado(s).

## Verificação da(s) Capacidade(s) Pretendida(s) Mínima(s) constantes da(s) Proposta(s) Garantida(s)

### Após a Alocação de Capacidade prevista de que trata a Seção 6.1 deste Edital, serão verificadas a(s) Capacidade(s) Pretendida(s) Mínima(s) constantes da(s) Proposta(s) Garantida(s) do(s) Carregador(es) Habilitado(s).

### Quando constatado que um ou mais Carregadores Habilitados obtiveram uma Alocação de Capacidade prevista inferior à(s) Capacidade(s) Pretendida(s) Mínima(s) por ele(s) estipulado(s) na(s) Proposta(s) Garantida(s), este(s) será(ão) excluído(s) desta Chamada Pública.

### A Capacidade que seria alocada ao(s) Carregador(es) excluído(s) com base no item 6.2.2 deste Edital será distribuída entre os demais Carregador(es) Habilitado(s) com Proposta(s) Garantida(s) válidas e vigentes.

### A verificação de que trata o item deste Edital se dará de modo simultâneo para todos os Carregador(es) Habilitado(s) que tenham apresentado Proposta(s) Garantida(s) válidas.

## Realocação da Capacidade liberada em razão da(s) Capacidade(s) Pretendida(s) Mínima(s)

### Em cada iteração prevista na Seção 3.5.6 deste Edital, a Capacidade que não for alocada em decorrência do disposto no item 6.2 deste Edital será realocada aos demais Carregadores Habilitados de maneira *pro rata*, na razão da participação destes na demanda total por Capacidade, já excluídos os Carregadores de que trata o ítem 6.2.2 deste Edital, até que sejam atingidos os valores constantes de suas Proposta(s) Garantida(s).

### Na hipótese de ainda existir Capacidade não alocada após a realocação descrita no item 6.3.1 deste Edital, será procedida nova iteração, com redimensionamento do Gasoduto de Referência e recálculo da Tarifa de Transporte Máxima, nos termos da alínea (e) da Seção 3.5.6 deste Edital.

## Capacidade(s) Alocada(s) de Transporte

### Se ao final dos procedimentos previstos nas Seções 6.1, 6.2 e 6.3 deste Edital o processo de Alocação de Capacidade for bem-sucedido, a ANP comunicará ao(s) Carregador(es) Habilitado(s) os valores de suas respectivas Capacidade(s) Alocada(s) de Transporte.

# Chamadas Públicas Coordenadas

## Chamadas Públicas Coordenadas

### A Chamada Pública objeto deste Edital será realizada de modo coordenado com as chamadas públicas para contratação de capacidade em gasodutos com interconexões existentes ou previstas no projeto objeto da Chamada Pública.

### A Chamada Pública Coordenada poderá ocorrer no caso de existência de capacidade disponível em dutos existentes ou no caso de proposição, por parte do MME, de novos dutos, ambos com interconexão ao duto objeto deste Edital.

### No caso de existência de capacidade disponível em dutos existentes que sejam ou venham a ser interconectados ao gasoduto objeto deste Edital, os agentes interessados em contratar tal capacidade devem solicitar, junto ao Transportador ou à ANP, a Chamada Pública para contratação da referida capacidade até a data indicada no Cronograma deste Edital.

### Na hipótese de o MME propor a ampliação de capacidade ou a construção de novos gasodutos que venham a ser conectados ao gasoduto objeto deste Edital, será realizada Chamada Pública Coordenada.

### Caso haja a viabilidade de realização da Chamada Pública nos dutos acima estabelecidos, a Chamada Pública objeto deste Edital passará à condição de Chamada Pública Coordenada, e suas etapas ocorrerão simultaneamente, a partir da etapa de submissão das Manifestações de Interesse, com as respectivas etapas desta Chamada Pública.

### Os Participantes inscritos nas Chamadas Públicas Coordenadas poderão submeter, nas respectivas Chamadas Públicas, documentos de solicitação de capacidade condicionados entre si.

### As Propostas Garantidas da Chamada Pública que estiverem com condicionante terão sua alocação condicionada à alocação das Chamadas Públicas Coordenadas.

### Caso o Participante não seja habilitado em uma das Chamadas Públicas, as Propostas Garantidas com condicionante serão consideradas inválidas e eliminadas da Chamada Pública.

# Metodologia aplicável ao redimensionamento do Gasoduto de Referência e Estrutura Tarifária

## Redimensionamento do Gasoduto de Referência após o recebimento da(s) Manifestação(ões) de Interesse

### Após o recebimento e análise da(s) Manifestação(ões) de Interesse de que trata a alínea (d) do item 3.5.3 deste Edital, o projeto original do Gasoduto de Referência, definido a partir dos estudos sobre a expansão da malha de transporte dutoviária elaborado pelo MME, poderá ser redimensionado em função da(s) Capacidade(s) Solicitada(s) de Transporte pelo(s) potencial(is) Carregador(es).

### O redimensionamento do Gasoduto de Referência de que trata o item 8.1.1 deste Edital far-se-á necessário em razão de: valor(es) de Capacidade(s) Solicitada(s) de Transporte superior(es) ou inferior(es) ao(s) originalmente estabelecido(s); solicitação de atendimento a Ponto(s) de Entrega distinto(s) daquele(s) originalmente previsto(s); proposição de Percurso(s) distinto(s) daquele(s) originalmente previsto(s); ou quaisquer alterações do projeto que sejam essenciais para o atendimento da demanda total do(s) Potencial(is) Carregador(es) revelada por meio de sua(s) Manifestação(ões) de Interesse.

### Durante o redimensionamento do Gasoduto de Referência, as localizações das Estações de Entrega e Recebimento e suas respectivas capacidades poderão sofrer modificações, de maneira que o projeto seja otimizado.

### Após o redimensionamento do Gasoduto de Referência a ANP deverá proceder ao recálculo da Tarifa de Transporte Máxima, tal com dispõe a Seção 9.4 deste Edital, publicar as informações de que trata o item 3.8.5 deste Edital e informar aos Carregadores o novo projeto de Gasoduto de Referência.

## Redimensionamento do Gasoduto de Referência após o recebimento da(s) Proposta(s) Garantida(s)

### Após o recebimento e análise da(s) Proposta(s) Garantida(s) de que trata a alínea (c) do item 3.5.6 deste Edital, o projeto do Gasoduto de Referência, poderá ser redimensionado em função da(s) Capacidade(s) Pretendida(s) de Transporte pelo(s) Carregador(es) Habilitado(s).

### O redimensionamento do Gasoduto de Referência far-se-á necessário em razão de: variação(ões) no(s) valor(es) de Capacidade(s) Pretendida(s) Transporte dentro do limite superior e inferior estabelecido no item 15 do formulário de Proposta Garantida constante do Anexo II deste Edital; solicitação de atendimento a Ponto(s) de Entrega distinto(s) daquele(s) solicitados(s) pelo(s) Carregador(es) Habilitado(s) por ocasião de sua(s) Manifestação(ões) de Interesse; proposição de Percurso(s) distinto(s) daquele(s) solicitados(s) pelo(s) Carregador(es) Habilitado(s) por ocasião de sua(s) Manifestação(ões) de Interesse; ou quaisquer alterações do projeto que sejam essenciais para o atendimento da demanda total do(s) Carregador(es) Habilitado(s) revelada por meio de sua(s) Proposta(s) Garantida(s).

### Após o redimensionamento do Gasoduto de Referência, a ANP deverá proceder ao recálculo da Tarifa de Transporte Máxima, tal com dispõe a Seção 9.4 deste Edital, publicar as informações de que trata o item deste Edital e informar aos Carregadores o novo projeto de Gasoduto de Referência.

## Redimensionamento do Gasoduto de Referência após a manifestação do MME

### Encerrado o processo de iterações de que trata a alínea (f) do item 3.5.6 deste Edital, o projeto de Gasoduto de Referência decorrente do último processo de iteração, assim como o valor da Tarifa de Transporte Máxima associada à(s) Capacidade(s) Pretendida(s) de Transporte, serão comunicadas ao MME para que o mesmo se manifeste sobre o aumento de capacidade do projeto.

### Caso o MME se manifeste por não usufruir da sua prerrogativa de solicitar o aumento de capacidade do projeto, o projeto do Gasoduto de Referência será, então, definido de acordo com o disposto no item a seguir.

### Alternativamente, e tal como disposto na alínea (h) do item deste Edital, caso o MME se manifeste pelo aumento da capacidade, o(s) Carregador(es) Habilitado(s) da última iteração que apresentou(aram) Proposta(s) Garantida(s) válida(s) terá(ão) a opção de reduzir a(s) Capacidade(s) Pretendida(s) de Transporte ou desistir totalmente da contratação de capacidade objeto dessa Chamada Pública, procedendo-se, então, ao disposto na alínea (i) do item 3.5.6 deste Edital;

### Caso a oferta de capacidade de que trata alínea (j) do item 3.5.6 deste Edital não seja capaz de restabelecer o montante da capacidade de transporte do último processo de iteração, o Gasoduto de Referência deverá ser novamente redimensionado para contemplar as novas características do projeto, assim como para o estabelecimento da nova Tarifa de Transporte Máxima.

### Caso o(s) Carregador(es) Habilitado(s) concordem com o novo valor da Tarifa de Transporte Máxima e da capacidade de transporte decorrentes do processo de redimensionamento de que trata o item acima, o Gasoduto de Referência será, então, definido de acordo com o disposto no item a seguir.

## Definição do projeto do Gasoduto de Referência

### Ao final do processo de Alocação de Capacidade de que trata a Seção deste Edital, o projeto do Gasoduto de Referência será definido com base no(s) valor(es) da(s) Capacidade(s) Alocada(s) de Transporte para o(s) Carregador(es) Habilitado(s).

# Estrutura e Cálculo de Tarifas para Contratação do Serviço de Transporte

## Estrutura Tarifária

### A Tarifa de Transporte Máxima é calculada com base nos custos estimados a partir do projeto do Gasoduto de Referência, e encontra-se estruturada com nos seguintes encargos: Encargo de Capacidade de Entrada; Encargo de Capacidade de Transporte; Encargo de Capacidade de Saída; e Encargo de Movimentação.

### O Encargo de Capacidade de Entrada destina-se a cobrir os investimentos relacionados à capacidade de recebimento, e os custos e as despesas fixos da prestação do Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública, estando seu cálculo descrito nos itens 9.3.1 a 9.3.3 a seguir.

### O Encargo de Capacidade de Transporte destina-se a cobrir os custos de investimento relacionados à Capacidade de Transporte, incluindo a remuneração do capital próprio do Transportador e do capital de terceiros, estando seu cálculo descrito no item 9.3.5 a seguir.

### O Encargo de Capacidade de Saída destina-se a cobrir os investimentos relacionados à capacidade de entrega, estando seu cálculo descrito no item 9.3.7 a seguir.

### O Encargo de Movimentação destina-se a cobrir os custos variáveis com a movimentação de gás, estando seu cálculo descrito no item 9.3.10 a seguir.

## Cálculo da Tarifa de Transporte Máxima

### A Tarifa de Transporte Máxima será inicialmente calculada de maneira a permitir ao transportador auferir uma receita suficiente para arcar com os seus custos e despesas vinculados à prestação do Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública, obrigações tributárias, exceto o recolhimento de tributos incidentes sobre o faturamento (ICMS, PIS, Cofins, ISS, entre outros), assim como para obter a remuneração justa e adequada do investimento em bens e instalações vinculados à prestação do Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública e a respectiva depreciação e amortização da Base Regulatória de Ativos.

### A determinação da Receita Anual Máxima passa pela definição dos seguintes parâmetros:

### a) Base Regulatória de Ativos;

### b) Custos de operação e manutenção;

### c) Despesas gerais e administrativas;

### d) Custo de capital próprio;

### e) Custo de capital de terceiros;

### f) Estrutura de capital;

### g) Método de depreciação e taxa anual de depreciação dos ativos;

### h) Valor residual dos ativos;

### i) Variação da necessidade de capital de giro;

### j) Horizonte de tempo do fluxo de caixa descontado;

### k) Alíquotas de Tributos (Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL);

### l) Volume projetado para a Capacidade Contratada de Transporte; e

### m) Poder calorífico de referência do gás natural.

### A Base Regulatória de Ativos representa o conjunto de ativos diretamente relacionados à atividade de Transporte de Gás Natural, investimento este que deve ser remunerado ao custo de capital próprio (“CCP”) e ao custo de capital de terceiros (“CCT”), de acordo com a proporção e das características de cada uma das fontes de financiamento do projeto.

### No momento inicial da operação de uma instalação de Transporte de Gás Natural, a Base Regulatória de Ativos é dada pelo investimento total incorrido pelo Transportador e aprovado pela ANP, cujo valor total estimado se encontra disposto na Tabela 2 mais adiante.

### Os custos de operação e manutenção (“Custos de O&M”) representam os custos e despesas incorridos pelo Transportador para operar, manter e reparar o sistema de transporte, incluindo os custos diretamente relacionados à instalação física do Gasoduto de Transporte (combustíveis, energia elétrica, lubrificantes) e as perdas de gás, cujo valor estimado se encontra disposto na Tabela 2 mais adiante.

### As despesas gerais e administrativas (“Despesas G&A”) representam as despesas administrativas indispensáveis ao gerenciamento eficiente da atividade de Transporte de Gás Natural, abarcando o pagamento de salários, marketing, suprimentos de escritório, serviços externos, aluguéis e manutenção dos escritórios e filiais do Transportador, cujo valor estimado se encontra disposto na Tabela 2 mais adiante.

### O CCP, ou o retorno sobre o capital próprio, representa o custo de oportunidade para os acionistas do Transportador envolvidos na decisão de investimento em ativos relacionados à atividade de Transporte de Gás Natural, devendo refletir as condições vigentes no mercado de capitais e os riscos associados à prestação eficiente dos serviços de Transporte de Gás Natural.

### Para o cálculo do CCP adotou-se a metodologia do “*Capital Asset Pricing Model* (CAPM) Adaptado para Países Emergentes”, a qual se encontra descrita na Nota Técnica nº 027/2006-SCM, estando os valores utilizados em sua estimação dispostos na Tabela 3 mais adiante. O CCP é calculado a partir da fórmula a seguir:

###

### onde:

### *CCP* = custo do capital próprio, em termos nominais;

### *TLR* = taxa livre de risco;

### *ße* = beta (alavancado) da empresa;

### *PRMg* = prêmio de risco do mercado global (ou apenas prêmio de risco de mercado);

### *SpreadBrasil* = risco Brasil.

### A taxa livre de risco foi calculada com base na média diária da taxa nominal paga pelo título de 20 (vinte) anos do Tesouro dos Estados Unidos de maturação constante dos últimos 10 (dez) anos anteriores à data base do cálculo tarifário de 31 de março de 2014, considerando-se a data de 1º de abril de 2004 como o início da apuração.

### O prêmio de risco de mercado foi o mesmo utilizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no Nota Técnica nº 89/2014-SRE/ANEEL, de 21 de março de 2014, que trata da metodologia e dos critérios para definição do custo de capital a ser utilizado no cálculo da remuneração das instalações de geração de energia elétrica em regime de cotas.

### O risco Brasil foi calculado a partir da média das observações diárias do *EMBI+ Brazil* dos últimos 10 (dez) anos anteriores à data base do cálculo tarifário de 31 de março de 2014, considerando-se a data de 1º de abril de 2004 como o início da apuração.

### O valor do beta dos ativos (desalavancado) foi o mesmo utilizado pelo *Office of Gas and Electricity Markets* (OFGEM) em sua decisão mais recente acerca da remuneração de ativos de transporte no Reino Unido;

### O cálculo da expectativa de inflação dos EUA foi realizado a partir do diferencial entre as taxas dos títulos indexados e não-indexados norte-americanos de mesma maturidade (vinte anos), sendo este parâmetro utilizado para transformar os valores estimados em termos nominais e em dólares norte-americanos para termos reais.

### O CCT representa a remuneração específica que os credores da dívida do Transportador demandam ao realizar empréstimos a esta.

### A estimação do CCT adotou uma abordagem similar à determinação do CCP, adicionando-se à taxa livre de risco os prêmios de risco adicionais exigidos para se ofertar recursos para um agente que deseja exercer a atividade de transporte de gás natural no Brasil, sendo estes componentes adicionais o prêmio de risco de crédito e o prêmio de risco Brasil, cujos valores se encontram dispostos na Tabela 3 mais adiante.

### O prêmio de risco de crédito representa o *spread* sobre a taxa livre de risco, o qual os tomadores de empréstimo devem pagar em função de seu nível de endividamento e da probabilidade do contratante não poder honrar seus compromissos junto ao agente credor.

### No cálculo do CCT o prêmio de risco de crédito foi estimado como sendo de empresa com *rating* de crédito equivalente a “BBB”, de acordo com a classificação utilizada pelas agências de risco Standard & Poor's e Fitch (ou equivalente a “Baa2” pela classificação da agência de risco Moody´s).

### A estrutura de capital representa a proporção entre montante aplicado a título de capital próprio investido pelos acionistas (“capital próprio”) e os empréstimos obtidos junto a terceiros interessados em financiar o projeto (“capital de terceiros”).

### A razão adotada entre capital próprio e capital de terceiros representa uma aproximação da proporção ideal entre as fontes de financiamento que os Transportadores devem deter de maneira a estimular a eficiência na prestação do serviço, assim como o de maximizar o valor do projeto sem incorrer em risco excessivo de insolvência devido ao seu nível de alavancagem.

### O custo médio ponderado de capital (“CMPC”) representa a taxa de retorno sobre o capital, ponderado pelas fontes de financiamento utilizadas (capital próprio e capital de terceiros), levando-se em consideração o benefício fiscal decorrente do pagamento de juros da dívida contraída, sendo este parâmetro calculado a partir da fórmula a seguir:



onde:

*CCP* = custo do capital próprio;

*CCT* = custo do capital de terceiros;

*E* = proporção de capital próprio;

*D* = proporção de capital de terceiros;

*t* = alíquotas de Imposto de Renda e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (ver item 9.2.26 mais adiante); e

(1-*t*) = benefício fiscal da dívida.

### A taxa anual de depreciação contábil e fiscal foi suposta idêntica para cada um dos itens que compõem a Base Regulatória de Ativos e encontra-se disposta na Tabela 4 mais adiante, tendo sido aplicado o método de depreciação linear tanto no que se refere à depreciação contábil e fiscal por ocasião do cálculo da Tarifa de Transporte Máxima e da Receita Anual Máxima.

### O valor residual dos ativos representa o valor dos investimentos (Base Regulatória de Ativos) que não foram integralmente depreciados contabilmente ao longo do período de cálculo da Tarifa de Transporte Máxima e da Receita Anual Máxima.

### A variação da necessidade de capital de giro (“VNCG”) indica o montante de recursos que o Transportador precisa para financiar suas operações, ou seja, o valor dos recursos que a empresa precisa para que seus compromissos sejam pagos nos prazos de vencimento, incluindo: o montante necessário para a cobertura de despesas e custos operacionais cotidianos; pré-pagamentos da prestação de serviços (por exemplo, prêmios de seguro); e a manutenção de um estoque de materiais e equipamentos necessários a condução da atividade de transporte de gás natural.

### A VNCG foi calculada com base nas necessidades de caixa para a cobertura de: (i) 1/6 (um sexto), ou o equivalente a 60 (sessenta) dias das Despesas G&A; (ii) 1/12 (um doze avos), ou o equivalente a 30 (trinta) dias, dos custos com salários e benefícios; e (iii) 1/8 (um oitavo), ou o equivalente a 45 (quarenta e cinco) dias, dos demais Custos de O&M anuais projetados do Gasoduto de Transporte.

### O horizonte de tempo do fluxo de caixa descontado utilizado para o cálculo da Tarifa de Transporte Máxima e da Receita Anual Máxima foi o mesmo do período da concessão, ou seja, 30 (trinta) anos, dos quais o período de 28 (vinte e oito) anos e 11 (onze) meses representa a fase operacional do projeto na qual a Receita Anual Máxima deverá ser auferida pelo transportador.

### Os tributos a serem considerados no cálculo da Receita Anual Máxima são: o imposto de renda de pessoa jurídica (“IRPJ”), ao qual foi aplicada a alíquota de 25,00%, incidente sobre o lucro tributável; e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), à qual foi aplicada a alíquota de 9,00%, incidente sobre o lucro tributável. Assim, a alíquota tributária efetiva a ser considerada foi de 34,00%.

### Adicionalmente, foi considerado no cômputo da Receita Anual Máxima o crédito decorrente do pagamento da PIS e do COFINS incidente nos custos de operação e manutenção das instalações auxiliares do gasoduto e do sistema de proteção catódica e de conservação e manutenção da faixa de servidão.

### O volume projetado para a Capacidade de Transporte representa as informações fornecidas pelo MME, e utilizadas na elaboração do Gasoduto de Referência original, acerca da demanda potencial do mercado a ser atendido pelo Gasoduto de Transporte objeto da presente Chamada Pública.

### Por fim, o poder calorífico de referência do gás natural foi estabelecido como sendo de 9.400 (nove mil e quatrocentas) quilocalorias por metro cúbico de gás de natural (kcal/m³), ou o equivalente a 37.302,1794 Btu/m³.

### A Tabela 2, cujo objeto é apresentar os parâmetros e premissas adotados no cálculo da Tarifa de Transporte Máxima e da Receita Anual Máxima, encontra-se a seguir:

Tabela 2 – Parâmetros e Premissas Adotados no Cálculo da Tarifa de Transporte Máxima e da Receita Anual Máxima

| **Parâmetro** | **Valor** | **Observações** |
| --- | --- | --- |
| Base Regulatória de Ativos | R$ 112,33 milhões |  |
| - Tubulações | R$ 67.375,46 mil |  |
| *Linha Tronco* | *R$ 67.375,46 mil* |  |
| - Componentes | R$ 28.087,39 mil |  |
| *Lançadores e Recebedores de Pigs e Esferas*  | *R$ 8.578,78 mil* |  |
| *Válvulas* | *R$ 6.051,00 mil* |  |
| *Sistema de Proteção Catódica e Demais Equipamentos de Controle de Corrosão* | *R$ 3.238,53 mil* |  |
| *Sistemas de Comunicação e de Supervisão e Controle* | *R$ 10.219,07 mil* |  |
| - Complementos | R$ 16.870,15 mil |  |
| *Estação(ões) de Recebimento*  | *R$ 8.435,07 mil* |  |
| *Estação(ões) de Entrega* | *R$ 8.435,07 mil* |  |
| Custos de O&M e Despesas G&A | R$ 4.492,90 mil/ano |  |
| - Salários e Benefícios | R$ 1.682,00 mil/ano |  |
| - Manutenção do Sistema de Proteção Catódica | R$ 22,40 mil/ano |  |
| - Outras Manutenções | R$ 692,00 mil/ano |  |
| - Conservação e Manutenção da Faixa de Servidão do Duto | R$ 69,00 mil/ano |  |
| - Serviços de Utilidade Pública (Energia Elétrica, Água e Esgoto etc.) e Comunicação | R$ 21,50 mil/ano |  |
| - Aluguéis e Seguros | R$ 8,00 mil/ano |  |
| - Aquisição e Passagem de *Pigs* de Limpeza e Instrumentados | R$ 73,00 mil/ano |  |
| - Outros Custos e Despesas | R$ 155,00 mil/ano |  |
| - Despesas Gerais e Administrativas (G&A) Atribuíveis ao Empreendimento | R$ 1.730,00 mil/ano |  |
| Valor Residual dos Ativos | R$ 1,03 milhões |  |
| Horizonte de tempo do fluxo de caixa descontado | 30 anos |  |
| Volume projetado de Capacidade de Transporte | 17,00 milhões de m3/dia |  |

### A Tabela 3, cujo objeto é apresentar os parâmetros utilizados no cálculo do CCP, do CCT e do CMPC, encontra-se a seguir:

Tabela 3 – Parâmetros Utilizados no Cálculo do Custo de Capital Próprio, do Custo de Capital de Terceiros e do Custo Médio Ponderado de Capital

|  |  |
| --- | --- |
| **Parâmetro** | **Valor** |
| Total da Dívida/Capital Total [D/(D+E)] | 50,00% |
| Capital Próprio/Capital Total [E/(D+E)] | 50,00% |
| Taxa Livre de Risco (US$) | 4,10% |
| Prêmio de Risco de Mercado (US$) | 5,79% |
| Prêmio de Risco de Crédito (US$) | 2,00% |
| Risco Brasil (US$) | 2, 69% |
| Beta do Ativo (Desalavancado) | 0,60 |
| Beta do Acionista (Alavancado) | 1,00 |
| Tributos (IR e CSLL) | 34,00% |
| Inflação EUA (a.a.) | 2,25 % |
| **CCP, em termos nominais (US$)** | **12,56%** |
| **CCP, em termos reais** | **10,08%** |
| **CCT, em termos nominais (US$)** | **8,79%** |
| **CCT, em termos reais** | **6,40%** |
| **CMPC, em termos nominais (US$)** | **9,18%** |
| **CMPC, em termos reais** | **7,15%** |

### A Tabela 4, cujo objeto é apresentar as taxas anuais de depreciação contábil e fiscal, encontra-se a seguir:

**Tabela 4 – Taxa Anual de Depreciação dos Ativos**

|  |  |
| --- | --- |
| **Item** | **Valor** |
| Linha Tronco | 3,33% |
| Trecho(s)/Ramal(is) | 3,33% |
| Lançadores e Recebedores de *Pigs* e Esferas | 3,33% |
| Válvulas | 3,33% |
| Sistema de Proteção Catódica e Demais Equipamentos de Controle de Corrosão | 3,33% |
| Sistemas de Comunicação e de Supervisão e Controle | 20,00% |
| Outros Componentes | 3,33% |
| Estação(ões) de Recebimento | 3,33% |
| Estação(ões) de Entrega | 3,33% |
| Estação(ões) de Interconexão | 3,33% |
| Estação(ões) de Compressão | 3,33% |
| Estação(ões) de Medição | 3,33% |
| Estação(ões) de Regulagem de Pressão | 3,33% |
| Sistema Elétrico | 10,00% |
| Sistemas Auxiliares | 10,00% |
| Imóveis/Edificações/Terrenos e Benfeitorias | 3,33% |
| Móveis, Equipamentos e Instalações de Escritório | 10,00% |
| Equipamentos e Instalações de Processamento de Dados e de Comunicação | 20,00% |
| Veículos | 20,00% |
| Outros Bens Imobilizados | 5,00% |

### A partir dos parâmetros e das premissas acima apresentadas, efetua-se o cálculo de valores referentes à expectativa de receita anual e de tarifa de transporte para os patamares admissíveis de valor da Base Regulatória de Ativos e dos Custos de O&M e Despesas de G&A a partir da aplicação do método do Fluxo de Caixa Descontado Livre da Firma (FCDLF), em termos reais, cuja memória de cálculo se encontra anexo a este Edital de Chamada Pública.

### Neste sentido, em razão da fase do projeto do Gasoduto de Referência, assume-se que os custos e despesas do projeto apresentam um nível médio de incerteza de -15% a +20%, em conformidade com as boas práticas de engenharia, e como conseqüência os valores da tarifa de transporte e da receita anual referidos no item 9.2.33 podem variar dentro deste intervalo de estimativa, estando estes apresentados na Tabela 5 seguir:

Tabela 5 – Intervalos de tarifa de transporte e de receita anual, em função do nível de incerteza dos custos e despesas do projeto

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nível de Incerteza** | **Tarifa de Transporte (R$/Mil m3)** | **Tarifa de Transporte (R$/MMBtu)** | **Receita Anual1****(Mil de R$)** |
| -15% | 2,3492 | 0,0630 | 14.576,86 (14.616,80) |
| - | 2,7638 | 0,0741 | 17.149,25 (17.196,24) |
| +20% | 3,3165 | 0,0889 | 20.579,10 (20.635,48) |

### **Nota:** 1) Em anos bissextos, a Receita Anual corresponderá ao valor entre parênteses.

### Como resultado, o valor da Receita Anual Máxima é de R$ 20.579,10 (vinte mil, quinhentos e setenta e nove reais e dez centavos), refletindo o teto de incerteza das estimativas de custos do Gasoduto de Referência.

### O valor da Tarifa de Transporte Máxima é de R$ 3,3165/m3 (três reais e três mil, cento e sessenta e cinco décimos de milésimo por metro cúbico), convertido para R$ 0,0889/MMBtu (oitocentos e oitenta e nove décimos de milésimo de real por milhão de Btu), refletindo o teto de incerteza das estimativas de custos do Gasoduto de Referência.

### Com base no valor da Tarifa de Transporte Máxima, a Tabela 6, a seguir, apresenta a amplitude de valores de oferta de Tarifa de Transporte Máxima associados a cada curva de crescimento de Capacidade Solicitada de Transporte que devem constar da Manifestação de Interesse:

Tabela 6 – Intervalos de tarifa de transporte, em função da amplitude dos valores de receita anual

|  |  |
| --- | --- |
| **Tarifa de Transporte Máxima (R$/Mil m3)** | **Tarifa de Transporte Máxima (R$/MMBtu)** |
| 2,6500 | 0,0710 |
| 3,0000 | 0,0804 |
| 3,3165 | 0,0889 |
| 3,6500 | 0,0978 |
| 4,0000 | 0,1072 |

## Cálculo dos Encargos de Capacidade e do Encargo de Movimentação

### O valor do Encargo de Capacidade de Entrada aplicável a todos os Carregadores foi calculado a partir dos custos e despesas fixos de O&M e G&A e o volume previsto para a Capacidade Contratada de Transporte para o Gasoduto de Transporte objeto da presente Chamada Pública.

### A determinação da parcela do Encargo de Capacidade de Entrada considerou, também, os investimentos em construção e montagem da(s) Estação(ões) de Recebimento necessário(s) para a entrega do Gás Natural pelo Carregador, ou a quem este venha indicar, ao Transportador e o volume previsto para a Capacidade Contratada de Transporte em cada Percurso, de maneira a remunerar a parcela específica dos custos de injeção de gás natural no Gasoduto de Transporte objeto da presente Chamada Pública de acordo com a sua respectiva demanda.

### Desta forma, o valor do Encargo de Capacidade de Entrada para cada Carregador foi estabelecido na ocasião da determinação da(s) Capacidade(s) Contratada(s) de Transporte para cada de Percurso a partir do somatório da parcela do Encargo de Capacidade de Entrada destinado a remunerar os Custos de O&M e Despesas de G&A, comum a todos os Carregadores, e a parcela destinada a remunerar os investimentos na instalação da(s) Estação(ões) de Recebimento de cada Percurso específico.

### O valor do Encargo de Capacidade de Entrada, por Percurso, encontra-se expresso na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7 – Encargo de Capacidade de Entrada, por Percurso

|  |  |
| --- | --- |
| **Percurso** | **Encargo de Capacidade de Entrada** |
| **R$/Mil m3** | **R$/MMBtu** |
| UPGN COMPERJ - Interconexão GASDUC III | 1,0536 | 0,0282 |

### O valor do Encargo de Capacidade de Transporte, aplicável a todos os Carregadores, foi calculado a partir dos custos fixos de investimentos necessários para a prestação do Serviço de Transporte (dutos, estações de compressão, válvulas, etc.) e o volume previsto para a Capacidade Contratada de Transporte para o Gasoduto de Transporte objeto da presente Chamada Pública.

### O valor do Encargo de Capacidade de Transporte é de R$ 2,0776/m3 (dois reais e setecentos e setenta e seis décimos de milésimo por metro cúbico), convertido para R$ 0,0557/MMBtu (quinhentos e cinquenta e sete décimos de milésimo de real por milhão de Btu).

### O valor do Encargo de Capacidade de Saída foi inicialmente estimado a partir da previsão de demanda na(s) Estação(ões) de Entrega originalmente constante(s) do projeto do Gasoduto de Referência, e representa os investimentos na construção e montagem do(s) Ponto(s) de Entrega necessário(s) para a entrega do gás natural pelo Transportador ao Carregador ou a quem este venha a indicar e o volume previsto para a capacidade contratada de entrega para o Gasoduto de Transporte objeto da presente Chamada Pública.

### É importante ressaltar que o valor do Encargo de Capacidade de Saída para cada Carregador será estabelecido na ocasião da determinação da(s) capacidade(s) contratada(s) de entrega para cada Ponto de Entrega, considerando a necessidade de cada Carregador Vencedor.

### O valor do Encargo de Capacidade de Saída, por Percurso, encontra-se expresso na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 – Encargo de Capacidade de Saída, por Percurso

|  |  |
| --- | --- |
| **Percurso** | **Encargo de Capacidade de Saída** |
| **R$/Mil m3** | **R$/MMBtu** |
| UPGN COMPERJ - Interconexão GASDUC III | 0,1853 | 0,0050 |

### O valor do Encargo de Movimentação foi estimado na elaboração do Gasoduto de Referência original como sendo igual a R$ 0,000/m3 (zero reais por metro cúbico), convertido para R$ 0,0000/MMBtu (zero reais por milhão de Btu).

### Tal com disposto no item 9.2.34 acima, em razão da fase do projeto do Gasoduto de Referência, assume-se que os custos apresentam um nível médio de incerteza de -15% a +20%, em conformidade com as boas práticas de engenharia, e como conseqüência os valores dos encargos apresentados nos itens 9.3.4, 9.3.6, 9.3.9 e 9.3.10 já refletem teto de incerteza das estimativas de custos do Gasoduto de Referência.

## Recálculo da Tarifa de Transporte Máxima e dos Encargos de Capacidade e do Encargo de Movimentação

### Sempre que houver a necessidade de Redimensionamento do Gasoduto de Referência (ver Seção 8 deste Edital) os valores da Receita Anual Máxima e da Tarifa de Transporte Máxima serão recalculados de maneira a adequar-se aos novos valores de investimento, dos custos, das despesas, do volume previsto de Capacidade de Transporte e das características do projeto de Gasoduto de Referência redimensionado.

### Na hipótese de recálculo da Receita Anual Máxima e da Tarifa de Transporte Máxima de que trata o item 9.4.1 acima, o Encargo de Capacidade de Entrada, o Encargo de Capacidade de Transporte, Encargo de Capacidade de Saída, e o Encargo de Movimentação também devem ser recalculados.

### O recálculo do Encargo de Capacidade de Saída citado no item 9.4.2 deste Edital deverá considerar as estimativas de custo de investimento na construção e montagem da(s) Estação(ões) de Entrega necessárias ao atendimento das demandas por Capacidade de Transporte dos Carregadores Habilitados para efeito da divulgação das informações de que trata os itens 3.5.4 e 3.5.6 deste Edital.

## Alteração e Revisão do Valor da Tarifa de Transporte Cobrada dos Carregadores Iniciais

### A Tarifa de Transporte aplicável ao Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública será utilizada como referência para a determinação das Tarifas de Transporte aplicáveis aos demais Serviços de Transporte ofertados pelo Transportador.

### A Tarifa de Transporte aplicável ao Serviço de Transporte Interruptível ofertado na Capacidade Ociosa dos Carregadores Vencedores da presente Chamada Pública deverá ser estruturada de acordo como disposto no Art. 9º da Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014.

### Na hipótese da prestação de Serviço de Transporte Interruptível, o Transportador repassará ao(s) Carregador(es) que vierem a celebrar Contrato(s) de Serviço de Transporte em modalidade firme como consequência da presente Chamada Pública, na forma de desconto na Tarifa de Transporte aplicável a este serviço, 90% (noventa por cento) do resultado da contratação de Serviços de Transporte Interruptíveis, decorrentes da utilização de Capacidade Ociosa, descontados os tributos a serem recolhidos, de forma proporcional ao valor de cada Contrato de Serviço de Transporte em modalidade firme no correspondente percurso utilizado.

### A Tarifa de Transporte aplicável ao Serviço de Transporte Extraordinário ofertado na Capacidade Disponível do Gasoduto de Transporte objeto da presente Chamada Pública deverá ser estruturada de acordo como disposto no Art. 10 da Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014.

### Na hipótese da prestação de Serviço de Transporte Extraordinário, as receitas decorrentes da prestação Serviço de Transporte de que trata o item 9.5.4 deverão ser revertidas para a redução das Tarifas de Transporte do Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública, quando couber, e da respectiva remuneração dos ativos efetivamente empregados na prestação do(s) Serviço(s) de Transporte, assim como para a cobertura dos custos e despesas adicionais do Transportador.

### O Transportador deve encaminhar para aprovação da ANP, no prazo de 60 (sessenta) dias antes da Data de Início do Serviço de Transporte, a proposta das Tarifas de Transporte aplicáveis aos Serviços de Transporte diversos do Serviço de Transporte Firme acompanhada da memória de cálculo, os gastos projetados e a comprovação dos gastos efetivamente realizados para a prestação do respectivo Serviço de Transporte ofertado.

### As Tarifas de Transporte aplicáveis ao Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública serão reajustadas a cada 12 (doze) meses de acordo com os critérios estabelecidos nos itens 9.1, 9.2 e 9.3 do Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte anexo ao Edital de Chamada Pública (Anexo VI).

### A inclusão de novos bens e instalações na Base Regulatória de Ativos, desde que considerados necessários à prestação de Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública e cujo investimento tenha sido previamente aprovado pela ANP, implicará a revisão da correspondente Tarifa de Transporte.

### A desativação, temporária ou permanente, de Instalações de Transporte pelo Transportador implicará a revisão da Tarifa de Transporte de Gasodutos de Transporte objeto da presente Chamada Pública, de maneira a contemplar a alteração dos bens e instalações na Base Regulatória de Ativos.

### A Tarifa de Transporte aplicável à prestação do Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública será revisada periodicamente a cada 5 (cinco) anos, a contar da Data de Início do Serviço de Transporte.

### O processo de revisão periódica de que trata o item 9.5.10 tem como objetivo a atualização e a adequação da metodologia e dos parâmetros utilizados para o cálculo da remuneração do investimento às condições macroeconômicas e de mercado prevalecentes no país.

### A ANP, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes da data-base para revisão de que trata o item 9.5.10, solicitará ao Transportador o encaminhamento da proposta de revisão das Tarifas de Transporte.

### A revisão de que trata o item 9.5.10 implicará o recálculo das Tarifas de Transporte aplicáveis aos demais Serviços de Transporte que tenham sido determinadas em função do Serviço de Transporte Firme objeto da presente Chamada Pública.

### As revisões das Tarifas de Transporte, para mais ou para menos, de que tratam os itens 9.5.8, 9.5.9 e 9.5.10 devem ser obrigatoriamente homologadas pela ANP, em processos por ela conduzidos, os quais obedecerão aos princípios da publicidade e transparência.

# Cláusulas essenciais da minuta de contrato padrão a ser celebrado entre os carregadores e os transportadores

## Padronização do Contrato de Serviço de Transporte

### Os Serviços de Transporte serão formalizados em Contratos de Serviço de Transporte, padronizados para cada modalidade de serviço, explicitando:

### (a) Tipo de Serviço de Transporte contratado;

### (b) Data de Início do Serviço de Transporte;

### (c) Identificação da(s) Zona(s) de Recebimento, da(s) Zona(s) de Entrega, do(s) Ponto(s) de Recebimento e do(s) Ponto(s) de Entrega;

### (d) Capacidade contratada de transporte;

### (e) Capacidade contratada de transporte entre Zona(s) de Recebimento e Zona(s) de Entrega;

### (f) Capacidade(s) contratada(s) de entrega por Ponto de Entrega;

### (g) Tarifa(s) de transporte e seu(s) critério(s) de reajuste;

### (h) Valores a faturar;

### (i) Período de Exclusividade, quando aplicável;

### (j) Prazo de vigência; e

### (k) Termos e condições gerais de prestação do Serviço de Transporte (“TCG”).

### O documento TCG constitui um documento anexo e obrigatório ao Contrato de Serviço de Transporte, devendo conter cláusulas sobre:

### (a) Definições e interpretações;

### (b) Previsão de inclusão de novo(s) Ponto(s) de Entrega e de novo(s) Ponto(s) de Recebimento, assim como da alteração da capacidade do(s) Ponto(s) de Entrega e do(s) Ponto(s) de Recebimento;

### (c) Compartilhamento de Ponto(s) de Entrega e de Ponto(s) de Recebimento entre Carregadores;

### (d) Pressões de recebimento e de entrega;

### (e) Qualidade do gás natural (especificação, testes, responsabilidade por gás natural fora de especificação, odoração etc.);

### (f) Mensuração e fornecimento do estoque de referência, do gás natural para uso no sistema, do gás natural para reposição de perdas extraordinárias e do gás para comissionamento e testes;

### (g) Solicitação e programação de transporte;

### (h) Medição;

### (i) Apuração e registro das quantidades de gás;

### (j) Operação e manutenção das instalações;

### (k) Falhas de Serviço de Transporte;

### (l) Pagamento por Capacidade de Transporte não utilizada (“Cláusula de *Ship-or-pay*”);

### (m) Penalidades;

### (n) Faturamento;

### (o) Garantias de pagamento;

### (p) Força Maior;

### (q) Eventos de rescisão contratual;

### (r) Resolução de eventuais divergências, podendo prever a convenção de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996; e

### (s) Cessão de direitos e obrigações.

### Tal como disposto no Inciso III do Art. 24 da Lei nº 11.909/09, a minuta de Contrato de Serviço de Transporte padrão a ser celebrado entre o(s) Carregador(es) e o Transportador deve ser previamente aprovada pela ANP.

## Cláusulas do TCG que disciplinam a divisão de responsabilidades entre o transportador e o carregador

### O documento TCG contido no Anexo VII deverá integrar a minuta de Contrato Padrão de Serviço de Transporte a ser celebrado entre os Carregadores Vencedores e o transportador concessionário da atividade de Transporte de Gás Natural.

### O documento TCG integrante da minuta de Contrato Padrão de Serviço de Transporte poderá ser alterado por decisão de comum acordo entre o(s) Carregador(es) e o transportador, desde que a alteração seja prévia e expressamente aprovada pela ANP.

**Anexo I**

MODELO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

1. Identificação do Interessado (\*):

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Interessado) com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e autorizada a exercer a atividade de carregamento pela ANP sob a Autorização nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu Representante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome, Nacionalidade, estado civil, profissão), inscrito na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(credenciamento profissional), portador da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no logradouro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (número, complemento, bairro, CEP), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_, manifesta interesse em adquirir Capacidade de Transporte a ser definida e alocada por meio do processo de Chamada Pública nº 01/2014 a ser criada na concessão da atividade de transporte de gás natural pelo transportador vencedor da respectiva licitação referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim.

2. Informações para contato (\*):

|  |  |
| --- | --- |
| Telefone(s): |  |
| Fax: |  |
| E-Mail: |  |
| Endereço: |  |

3. Representante(s) (Nome, CPF, RG) (\*):

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: |  |
| RG: |  | Órgão Expedidor: |  |
| CPF: |  |

4. A presente Manifestação de Interesse (\*):

 □ Não está condicionada a outra Chamada Pública.

 □ Está condicionada às Chamadas Públicas Coordenadas listadas abaixo:

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

5. O Interessado deve preencher as tabelas constantes dos Anexos I e II do presente documento em atendimento ao disposto na Seção 3.10 e nos itens 3.11.1 a 3.11.4 do Edital de Chamada Pública nº 01/2014, os quais referem-se a:

(a) Indicação do(s) Percurso(s) Solicitado(s) entre o(s) Pontos(s) de Recebimento e o(s) Pontos(s) de Entrega, conforme item 3.11.3 do Edital (Tabela 1 do Anexo I);

(b) Localização e características da(s) Estação(ões) de Recebimento e da(s) Estação(ões) de Entrega, conforme item 3.11.4 do Edital (Tabelas 2 e 3 do Anexo I);

(c) Indicação do período de contratação de cada Percurso solicitado, conforme itens 3.11.1 e 3.11.2 do Edital (Tabela 1 do Anexo II); e

(d) Capacidade(s) Solicitada(s) de Transporte em mil m³/dia (1 mil m³ = 36,480 MMBTU) para cada Percurso Solicitado e para cada ano de vigência do Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado com o transportador vencedor da licitação referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim, que disporá sobre as regras e condições específicas da contratação de Serviço de Transporte Firme, preenchida para cada valor de Tarifa de Transporte Máxima, conforme a Seção do Edital (Tabela 2.1 a 2.X do Anexo II).

6. Esta Manifestação de Interesse não obriga o signatário a celebrar qualquer forma de contrato com o transportador vencedor da licitação referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim.

7. Declaro estar ciente e de acordo com as regras apresentadas no Edital de Chamada Pública nº 01/2014, necessárias à participação no processo de contratação de capacidade de transporte resultantes da expansão de instalações de transporte de gás natural.

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Interessado) (\*)

Obs.: Os campos de preenchimento obrigatório estão marcados com (\*).

**Anexo i da MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – identificação do(s) percurso(s) solicitado(s)**

Tabela 1 – Percurso(s) Solicitado(s) entre o(s) Ponto(s) de Recebimento e o(s) Ponto(s) de Entrega (\*)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Percurso** | **Denominação da Zona de Recebimento** | **Denominação da Zona de Entrega** | **Denominação do Ponto de Recebimento** | **Denominação do Ponto de Entrega** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

Tabela 2 – Localização e Características da(s) Estação(ões) de Recebimento (\*)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Denominação do Ponto de Recebimento** | **Denominação da Zona de Recebimento** | **Localização no Gasoduto (km)** | **Vazão Mínima (Mil m3/dia)** | **Vazão Máxima (Mil m3/dia)** | **Pressão máx. e mín. de Saída (kgf/cm²)** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

Tabela 3 – Localização e Características da(s) Estação(ões)Entrega (\*)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Denominação do Ponto de Entrega** | **Denominação da Zona de Entrega**  | **Localização no Gasoduto (km)** | **Vazão Mínima (Mil m3/dia)** | **Vazão Máxima (Mil m3/dia)** | **Pressão máx. e mín. de Entrada (kgf/cm²)** | **Pressão máx. e mín. de Saída (kgf/cm²)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

Obs.: Os campos de preenchimento obrigatório estão marcados com (\*).

**anexo ii da MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – capacidades solicitadas de transporte**

Tabela 1 – Período de Contratação de cada Percurso (\*)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Percurso** | **Início (mm/aaaa)** | **Término (mm/aaaa)** |
|  |  |  |
|  |  |  |

Tabela 2.X – Capacidade Solicitada de Transporte para o Percurso Solicitado para cada ano e valor de Tarifa de Transporte Máxima (\*)

(Continua)

|  |
| --- |
| **Capacidade Solicitada de Transporte (Mil m³/dia) – Percurso** [PREENCHER A DENOMINAÇÃO DO PERCURSO SOLICITADO] |
| **Tarifa de Transporte Máxima (R$/MMBtu)** | **Ano** |
| **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** | **2027** | **2028** | **2029** | **2030** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

(Conclusão)

|  |
| --- |
| **Capacidade Solicitada de Transporte (Mil m³/dia)** |
| **Tarifa de Transporte Máxima (R$/MMBtu)** | **Ano** |
| **2031** | **2032** | **2033** | **2034** | **2035** | **2036** | **2037** | **2038** | **2039** | **2040** | **2041** | **2042** | **2043** | **2044** | **2045** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Obs.: Os campos de preenchimento obrigatório estão marcados com (\*).

**Anexo II**

MODELO DE PROPOSTA GARANTIDA

1. Identificação do Interessado (\*):

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Interessado) com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e autorizada a exercer a atividade de carregamento pela ANP sob a Autorização nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu Representante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome, Nacionalidade, estado civil, profissão), inscrito na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(credenciamento profissional), portador da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no logradouro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (número, complemento, bairro, CEP), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_, por meio desta Proposta Garantida compromete-se a adquirir Capacidade de Transporte a ser definida e alocada por meio do processo de Chamada Pública nº 01/2014, a ser criada na concessão da atividade de transporte de gás natural pelo transportador vencedor da respectiva licitação referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim nas seguintes condições:

2. Informações para contato(\*):

|  |  |
| --- | --- |
| Telefone(s): |  |
| Fax: |  |
| E-Mail: |  |
| Endereço: |  |

3. Representante(s) (Nome, CPF, RG) (\*):

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: |  |
| RG: |  | Órgão Expedidor: |  |
| CPF: |  |

4. A presente Proposta Garantida (\*):

 □ Não está condicionada a outra Chamada Pública.

 □ Está condicionada às Chamadas Públicas Coordenadas listadas abaixo:

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

5. A presente Proposta Garantida (\*):

 □ É válida caso a Capacidade Pretendida seja atendida parcialmente.

 □ É válida apenas se houver o atendimento à Capacidade Mínima Pretendida de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ mil m³/dia.

 □ É válida apenas caso a Capacidade Pretendida seja totalmente atendida.

6. Valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima (\*) \_\_\_\_\_\_\_ R$/MMBtu (máximo de 4 casas decimais), nos termos do item 3.11.5 do Edital da Chamada Pública nº 01/2014.

7. O Interessado deve preencher as tabelas constantes dos Anexos I e II do presente documento em atendimento ao disposto na Seção 3.10 e nos itens 3.11.1 a 3.11.4 do Edital de Chamada Pública nº 01/2014, os quais se referem a:

(a) Indicação do(s) Percurso(s) Solicitado(s) entre o(s) Pontos(s) de Recebimento e a(s) Zona(s) de Entrega e mercado(s) a ser(em) atendido(s), conforme item 3.11.3 do Edital (Tabela 1 do Anexo I);

(b) Localização e características da(s) Estação(ões) de Recebimento e de Entrega, conforme item 3.11.4 do Edital (Tabelas 2 e 3 do Anexo I);

(c) Indicação do período de contratação de cada Percurso solicitado, conforme itens 3.11.1 e 3.11.2 do Edital (Tabela 1 do Anexo II); e

(d) Capacidade(s) Pretendida(s) de Transporte em mil m³/dia (1 mil m³ = 36,480 MMBTU) para cada Percurso Solicitado e para cada ano de vigência do Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado com o transportador vencedor da licitação referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim, que disporá sobre as regras e condições específicas da contratação de Serviço de Transporte Firme, referente ao valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima indicado no item 6 do presente documento, conforme a Seção do Edital (Tabela 2.1 a 2.X do Anexo II).

8. Esta Proposta Garantida é válida apenas se estiverem corretamente preenchidos todos os campos obrigatórios e houver a comprovação, junto à ANP, do aporte prévio da Garantia Financeira no montante suficiente para cobrir a Capacidade Pretendida, nos termos da Seção do Edital da Chamada Pública nº 01/2014.

9. Esta Proposta Garantida é válida apenas se a Capacidade Pretendida de Transporte situar-se dentro dos limites de superior ou inferior a 20% da Capacidade Solicitada de Transporte para o valor ofertado de Tarifa de Transporte Máxima por ocasião da Manifestação de Interesse submetida previamente à ANP pelo interessado, nos termos do item 3.2.4 do Edital da Chamada Pública nº 01/2014.

10. Por meio desta Proposta Garantida, o signatário se compromete a assinar com a ANP o Termo de Compromisso, de modo irrevogável e irretratável e nas condições previstas, assim como celebrar Contrato de Transporte com o transportador vencedor da licitação referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim, utilizando as cláusulas essenciais e os modelos de instrumentos contratuais previstos na Seção e no Anexo VI do Edital da Chamada Pública nº 01/2014.

11. Para cada Proposta Garantida protocolada, o Carregador Habilitado deve ajustar a Garantia Financeira de acordo com a nova proposta e a regra do item do Edital da Chamada Pública nº 01/2014.

12. No caso de recusa do signatário em assinar o Termo de Compromisso até a data limite estabelecida pelo Cronograma, conforme as situações previstas no item 3.12 do Edital da Chamada Pública nº 01/2014, a Garantia Financeira aportada pelo signatário será executada.

13. Declaro estar ciente e de acordo com as regras apresentadas no Edital de Chamada Pública nº 01/2014, necessárias à participação no processo de contratação de capacidade de transporte resultantes da expansão de instalações de transporte de gás natural.

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Interessado) (\*)

Obs.: Os campos de preenchimento obrigatório estão marcados com (\*).

**anexo i da proposta garantida – identificação do(s) percurso(s) PRETENDIDO(S)**

Tabela 1 – Percurso(s) Pretendidos(s) entre o(s) Ponto(s) de Recebimento e o(s) Ponto(s) de Entrega (\*)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Percurso** | **Denominação da Zona de Recebimento** | **Denominação da Zona de Entrega** | **Denominação do Ponto de Recebimento** | **Denominação do Ponto de Entrega** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

Tabela 2 – Localização e Características da(s) Estação(ões) de Recebimento

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Denominação do Ponto de Recebimento** | **Denominação da Zona de Recebimento** | **Localização no Gasoduto (km)** | **Vazão Mínima (Mil m3/dia)** | **Vazão Máxima (Mil m3/dia)** | **Pressão máx. e mín. de Saída (kgf/cm²)** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

Tabela 3 – Localização e Características da(s) Estação(ões)Entrega

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Denominação do Ponto de Entrega** | **Denominação da Zona de Entrega**  | **Localização no Gasoduto (km)** | **Vazão Mínima (Mil m3/dia)** | **Vazão Máxima (Mil m3/dia)** | **Pressão máx. e mín. de Entrada (kgf/cm²)** | **Pressão máx. e mín. de Saída (kgf/cm²)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

Obs.: Os campos de preenchimento obrigatório estão marcados com (\*).

**anexo ii da proposta garantida – capacidades pretendidas de transporte**

Tabela 1.X – Capacidade Pretendida de Transporte para o Percurso Solicitado para cada ano (\*)

(Continua)

|  |
| --- |
| **Capacidade Pretendida de Transporte (Mil m³/dia) – Percurso** [PREENCHER A DENOMINAÇÃO DO PERCURSO SOLICITADO]  |
| **Ano** |
| **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** | **2025** | **2026** | **2027** | **2028** | **2029** | **2030** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

(Conclusão)

|  |
| --- |
| **Capacidade Pretendida de Transporte (Mil m³/dia)** |
| **Ano** |
| **2031** | **2032** | **2033** | **2034** | **2035** | **2036** | **2037** | **2038** | **2039** | **2040** | **2041** | **2042** | **2043** | **2044** | **2045** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Obs.: Os campos de preenchimento obrigatório estão marcados com (\*).

**Anexo III**

MODELO DE CARTA DE FIANÇA

**[INSERIR DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]**, inscrito no CNPJ sob o n.º [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], com sede no Estado de [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], no Município de [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], à [INSERIR ENDEREÇO], doravante denominado simplesmente **FIADOR**,

**[INSERIR DENOMINAÇÃO SOCIAL DO CARREGADOR]**, inscrita no CNPJ sob o n.º [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], com sede no Estado de [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], no Município de [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], à [INSERIR ENDEREÇO] doravante denominada **AFIANÇADA**, e

**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP**, inscrita no CNPJ sob o n.º [A SER PREENCHIDO PELA ANP], com sede Estado de [A SER PREENCHIDO PELA ANP], no Município de [A SER PREENCHIDO PELA ANP], à [INSERIR ENDEREÇO] doravante denominada **BENEFICIÁRIA**, e

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR] declara-se FIADOR e principal pagador, solidariamente responsável com a AFIANÇADA, até o limite de R$............., pelo pagamento de todos os valores devidos pelo AFIANÇADA à BENEFICIÁRIA nos termos do Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a AFIANÇADA em [INSERIR A DATA DE DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO], com exceção dos valores devidos a título de verbas rescisórias do referido contrato.

Esta Fiança é prestada com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no *caput* do artigo 827, combinado com o artigo 828, inciso I, e ainda aos benefícios previstos nos artigos 837 e 838, inciso I, todos do Código Civil Brasileiro, e vigorará pelo prazo de [A SER DEFINIDO PELA ANP] (escrever por extenso o número de dias) dias, a contar de .../.../..., vencível, portanto, em .../.../.....

Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o FIADOR efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita enviada pela BENEFICIÁRIA, remetida ao órgão responsável do FIADOR, localizado [INSERIR ENDEREÇO].

O FIADOR declara, ainda, que esta Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários.

Esta Carta de Fiança é emitida em 02 (duas) vias.

....................... , ..... de ..................... de ........

**[INSERIR DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
Nome:
Título:

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:CPF: |  | Nome:CPF: |

**Anexo IV**

FICHA DE INSCRIÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Interessado) com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e autorizada a exercer a atividade de carregamento pela ANP sob a Autorização nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através de seu Representante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome, Nacionalidade, estado civil, profissão), inscrito na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (credenciamento profissional), portador da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no logradouro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (número, complemento, bairro, CEP), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_, inscreve-se na Chamada Pública nº 01/2014, referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim.

**Anexo V**

MODELO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Informações para contato (\*):

|  |  |
| --- | --- |
| Telefone(s): |  |
| Fax: |  |
| Email: |  |
| Endereço: |  |

2. Representante(s) Legal(is) (Nome, CPF, RG) (\*):

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: |  |
| RG: |  | Órgão Expedidor: |  |
| CPF: |  |

3. Esclarecimento (s):

|  |  |
| --- | --- |
| Item do Edital: |  |
| Esclarecimento Solicitado: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Item do Edital: |  |
| Esclarecimento Solicitado: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Item do Edital: |  |
| Esclarecimento Solicitado: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Item do Edital: |  |
| Esclarecimento Solicitado: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Item do Edital: |  |
| Esclarecimento Solicitado: |  |

Obs.: Os campos de preenchimento obrigatório estão marcados com (\*).

**Anexo VI**

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO PARA COMPRA DE CAPACIDADE

**TERMO DE COMPROMISSO DE COMPRA DE**

**CAPACIDADE DE TRANSPORTE**

1. Objeto

Atendendo ao disposto no §3º do Art. 5º da Lei no 11.909, de 04 de março de 2009 e na Seção 3 do Edital de Chamada Pública para alocação de capacidade nº 01/2014, o presente Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte (“Termo de Compromisso”) possui caráter irrevogável e irretratável, e representa o compromisso do Carregador em adquirir Capacidade de Transporte definida e alocada por meio do processo de Chamada Pública, a ser criada na concessão da atividade de transporte de gás natural pelo Transportador vencedor da respectiva licitação, referente ao Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim nas condições constantes do presente Termo de Compromisso e seus respectivos anexos.

1. Identificação do Carregador

|  |
| --- |
| **Carregador** |
| Razão Social: |  |
| Nº da inscrição no CNPJ: |  |
| Nº do registro na ANP: |  |
| Sede (logradouro, bairro, CEP, etc.): |  |
|  |
|  |
| Segmento de atividade principal do carregador: | 🞏 Produtor 🞏 Importador 🞏 Exportador 🞏 Comercializador🞏 Autoprodutor 🞏 Autoimportador 🞏 Consumidor Livre 🞏 Distribuidora Local de Gás Canalizado 🞏 Outro  |
| **Representante legal** |
| Nome: |  |
| Nacionalidade: |  |
| Estado Civil: |  |
| Profissão: |  |
| Cédula de Identidade nº: |  | CPF: |  |
| Telefone de contato: | ( ) | Fax de contato: | ( ) |
| Endereço eletrônico: |  |
| Endereço completo para contato (logradouro, bairro, CEP, etc.): |  |
|  |
|  |

1. Termos Definidos

Neste Termo de Compromisso, os termos grafados com primeira letra em maiúscula, no singular ou no plural, terão as definições que lhes são atribuídas no Anexo I, o qual é parte integrante e indissociável do presente documento.

1. Previsão de Início do Serviço de Transporte Firme

A data prevista para início da prestação de Serviço de Transporte Firme, respeitado o disposto no Contrato de Concessão é dd/mm/aaaa (A SER PREENHIDO PELA ANP).

1. Vigência

* 1. O Termo de Compromisso perderá a validade após 3 (três) anos contados de sua assinatura, no caso do fracasso das licitações para concessão da atividade de transporte de gás natural referente ao Gasoduto de Transporte [PREENCHER A DENOMINAÇÃO DO GASODUTO OBJETO DA CHAMADA PÚBLICA] que venham a ocorrer.
1. Ponto(s) de Recebimento, Ponto(s) de Entrega, Zona(s) de Recebimento e Zona(s) de Entrega
	1. Ponto(s) de Recebimento a ser(em) utilizado(s) na(s) Zona(s) de Recebimento: [A SER PREENCHIDO PELA ANP]

Ponto(s) de Recebimento:

* [A SER PREENCHIDO PELA ANP]
	1. Ponto(s) de Entrega a ser(em) utilizado(s) na(s) Zona(s) de Entrega: [A SER PREENCHIDO PELA ANP]

Ponto(s) de Entrega:

* [A SER PREENCHIDO PELA ANP]
1. Capacidade(s) Alocada(s) de Transporte por Percurso para o período de vigência do Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado com o Transportador: [A SER PREENCHIDO PELA ANP]

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Percurso** | **Capacidade Alocada de Transporte1****(103 m3/dia)** | **Período de Contratação** |
| **Início (mm/aaaa)** | **Fim (mm/aaaa)** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

**Nota:** 1) De maneira a refletir a curva de crescimento da Capacidade Alocada de Transporte, ocorrerá o preenchimento de distintos períodos de contração para o mesmo Percurso, associando tais períodos à respectiva Capacidade Alocada de Transporte.

1. Tarifa(s) de Transporte Máxima(s) associada(s) ao(s) Percurso(s).
	1. Os encargos de capacidade da(s) Tarifa(s) de Transporte Máxima(s) associada(s) ao(s) Percurso(s), em R$/MMBtu (considerando as Condições de Referência e o Poder Calorífico de Referência) se encontram dispostos a seguir: [A SER PREENCHIDO PELA ANP]

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Percurso**  | **Tarifa de Transporte Máxima1** | **Encargos de Capacidade** |
| **Entrada** | **Transporte** | **Saída** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

**Nota:** 1) A Tarifa de Transporte Máxima já contempla o valor referente ao Encargo de Movimentação, cujo valor se encontra disposto no item 8.2 do presente Termo de Compromisso.

* 1. O valor do encargo de movimentação é igual a: R$ [A SER PREENCHIDO PELA ANP]/MMBtu (considerando as Condições de Referência e o Poder Calorífico de Referência).
1. Critério de Reajuste da Tarifa de Transporte
	1. O valor da Tarifa de Transporte a constar do Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado pelo Carregador será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, a contar do primeiro dia do mês subsequente à data de assinatura do Contrato de Serviço de Transporte a partir da variação anual do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

9.2 O valor da Tarifa de Transporte será reajustada conforme fórmula abaixo:

, onde

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *TTr* | - | Corresponde ao valor em Reais por MMBtu da Tarifa de Transporte no período “r”; |
| *r* |  | Refere-se ao período de 12 meses de vigência da Tarifa de Transporte; |
| *TTr-1* | - | Corresponde ao valor em Reais por MMBtu da tarifa vigente no período de 12 meses anterior ao período “r”; |
| *IPCAm-1* | - | Corresponde ao número índice do IPCA, divulgado mensalmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao mês anterior ao início do período “r”; |
| *IPCAm-13* | - | Corresponde ao número índice do IPCA, divulgado mensalmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao décimo terceiro mês anterior ao início do período “r”. |

9.3 Caso o IPCA deixe de ser publicado, o mesmo deverá ser substituído por um índice de preços escolhido ou selecionado por mútuo acordo entre a União e as Partes que vierem a celebrar o Contrato de Serviço de Transporte, devendo o mesmo (i) refletir, de forma razoável, a manutenção do poder de compra da moeda brasileira, (ii) ser publicado com periodicidade pelo menos mensal e (iii) ser amplamente adotado em contratos comerciais no Brasil.

1. Período de Exclusividade dos Carregadores Iniciais

Em se tratando da construção de novo Gasoduto de Transporte, o período de exclusividade que terão os Carregadores Iniciais para exploração da capacidade contratada do Gasoduto de Transporte Itaboraí-Guapimirim será de [A SER DEFINIDO PELA ANP] (escrever por extenso o número de anos) anos.

1. Garantias de Termo de Compromisso

No ato de entrega da assinatura deste Termo de Compromisso, o Carregador deverá apresentar instrumento jurídico-financeiro com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Compromisso, em especial quanto aos pagamentos referentes ao período de vigência do Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado com o Transportador concessionário da atividade de transporte de gás natural.

O valor da Garantia de Termo de Compromisso deve ser equivalente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do valor presente das receitas decorrentes da aplicação da(s) Tarifa(s) de Transporte Máxima(s) às respectiva(s) Capacidade(s) Alocadas(s) de Transporte, conforme fórmula constante do item 3.17.2 do Edital de Chamada Pública.

A Garantia de Termo de Compromisso poderá ser prestada nas seguintes modalidades: (a) Seguro-Garantia; e (b) Fiança Bancária.

1. Concordância das Partes

As Partes expressam a sua concordância com o teor integral do presente Termo do Compromisso, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que são firmadas na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 2 (duas) vias de um mesmo teor e para um só efeito, na presença das testemunhas indicadas abaixo, aos [\_\_\_] dias de [\_\_\_\_\_] de [\_\_\_\_\_].

**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves – ANP**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
Nome:
Título:

[**RAZÃO SOCIAL DO CARREGADOR**]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
Nome:
Título:

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:CPF: |  | Nome:CPF: |

**ANEXO I do Termo de Compromisso de Compra de Capacidade**

**Termos Definidos**

Os termos previstos neste Anexo, quando grafados com primeira letra em maiúscula neste Termo de Compromisso, seja no singular ou no plural ou nos gêneros masculino ou feminino, terão o significado abaixo:

“ANP”: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, com Escritório Central na Avenida Rio Branco nº 65, 21º andar, Centro, CEP 20090-004, Rio de Janeiro, RJ;

“Capacidade de Transporte”: volume máximo diário de Gás Natural que o Transportador pode movimentar em um determinado Gasoduto de Transporte;

“Capacidade Alocada de Transporte”: parcela da Capacidade de Transporte alocada ao Carregador por meio do processo de Chamada Pública nº 01/2014 para o prazo disposto no item 5 do Termo de Compromisso, em mil Metros Cúbicos por dia (103 m³/dia), indicada no preenchimento do item 7 do Termo de Compromisso;

“Capacidade Contratada de Transporte”: volume diário de Gás Natural que o Transportador é obrigado a movimentar para o Carregador, nos termos do respectivo contrato de transporte;

“Carregador”: agente que utilize ou pretenda utilizar o serviço de movimentação de Gás Natural em Gasoduto de Transporte, mediante autorização da ANP;

“Carregador Inicial”: é aquele cuja contratação de Capacidade de Transporte tenha viabilizado ou contribuído para viabilizar a construção do gasoduto, no todo ou em parte;

“Chamada Pública”: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte em dutos existentes, a serem construídos ou ampliados;

“Condições de Referência”: entendem-se como tais (i) a temperatura de 20º Celsius (vinte graus Celsius) e (ii) a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascal);

“Contrato de Serviço de Transporte Firme”: qualquer contrato firmado entre o Carregador e o Transportador para prestação de Serviço de Transporte Firme;

“Garantia de Termo de Compromisso”: valor, expresso em R$, a ser aportado pelo Carregador Vencedor, nas modalidades previstas nesta Chamada Pública, com vistas a garantir o Termo de Compromisso.

“Gás Natural” ou “Gás”: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais;

“Gasoduto de Transporte”: gasoduto que realize movimentação de Gás Natural desde instalações de processamento, estocagem ou outros Gasodutos de Transporte até instalações de estocagem, outros Gasodutos de Transporte e Pontos de Entrega a concessionários estaduais de distribuição de gás natural, ressalvados os casos previstos nos incisos XVII e XIX do *caput* do artigo 2º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, incluindo estações de compressão, de medição, de redução de pressão e de entrega, respeitando-se o disposto no § 2º do art. 25 da Constituição Federal;

“Metro Cúbico” ou “m3”: unidade de medida de volume de Gás do Sistema Internacional de Unidades (SI).

“Parte”: no singular, a ANP ou o Carregador isoladamente; no plural, a ANP e o Carregador, em conjunto;

“Poder Calorífico de Referência” ou “PCR”: significa o poder calorífico de 9.400,00 kcal/m³ (quilo caloria por metro cúbico), de modo que 1,0 m3 seja equivalente a 36.480 Btu (*British Thermal Unit*);

“Ponto de Entrega”: ponto nos Gasodutos de Transporte no qual o Gás Natural é entregue pelo Transportador ao Carregador ou a quem este venha a indicar.

“Ponto de Recebimento”: ponto nos Gasodutos de Transporte no qual o Gás Natural é entregue ao Transportador pelo Carregador ou por quem este venha a indicar.

“Serviço de Transporte Firme” ou “STF”: serviço de transporte no qual o Transportador se obriga a programar e transportar o volume diário de Gás Natural solicitado pelo Carregador até a Capacidade Contratada de Transporte estabelecida no contrato com o Carregador.

“Quantidade de Gás”: volume de Gás, expresso em Metros Cúbicos nas Condições de Referência e no Poder Calorífico de Referência;

“Tarifa de Transporte”: valor a ser pago pelo Carregador no Contrato de Serviço de Transporte Firme a ser celebrado com o Transportador que disporá sobre as regras e condições específicas da contratação de Serviço de Transporte Firme.

“Tarifa de Transporte Máxima”: valor máximo, decorrente do processo de Chamada Pública, a título de tarifa de transporte a ser paga pelo Carregador no Contrato de Serviço de Transporte a ser celebrado com o Transportador que disporá sobre as regras e condições específicas da contratação de Serviço de Transporte Firme.

“Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte” ou “Termo de Compromisso”: documento a ser entregue pelos Carregadores à ANP, por meio do qual o Carregador se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a adquirir a Capacidade Alocada de Transporte decorrente do processo de Chamada Pública.

“Transportador”: empresa autorizada ou concessionária da atividade de transporte de Gás Natural por meio de duto;

“Zona de Entrega”: conjunto de Pontos de Entrega em uma área geográfica.

“Zona de Recebimento”: área geográfica limitada, contendo um ou mais Pontos de Recebimento.**ANEXO II do Termo de Compromisso de Compra de Capacidade**

**Modelo de Carta de Fiança**

**[INSERIR DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]**, inscrito no CNPJ sob o n.º [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], com sede no Estado de [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], no Município de [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], à [INSERIR ENDEREÇO], doravante denominado simplesmente **FIADOR**,

**[INSERIR DENOMINAÇÃO SOCIAL DO CARREGADOR]**, inscrita no CNPJ sob o n.º [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], com sede no Estado de [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], no Município de [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR], à [INSERIR ENDEREÇO] doravante denominada **AFIANÇADA**, e

**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP**, inscrita no CNPJ sob o n.º [A SER PREENCHIDO PELA ANP], com sede Estado de [A SER PREENCHIDO PELA ANP], no Município de [A SER PREENCHIDO PELA ANP], à [INSERIR ENDEREÇO] doravante denominada **BENEFICIÁRIA**, e

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco [A SER PREENCHIDO PELO CARREGADOR] declara-se FIADOR e principal pagador, solidariamente responsável com a AFIANÇADA, até o limite de R$............., pelo pagamento de todos os valores devidos pela AFIANÇADA à BENEFICIÁRIA nos termos do Termo de Compromisso de Compra de Capacidade de Transporte celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a AFIANÇADA em [INSERIR A DATA DE DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO], com exceção dos valores devidos a título de verbas rescisórias do referido contrato.

Esta Fiança é prestada com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no *caput* do artigo 827, combinado com o artigo 828, inciso I, e ainda aos benefícios previstos nos artigos 837 e 838, inciso I, todos do Código Civil Brasileiro, e vigorará pelo prazo de [A SER DEFINIDO PELA ANP] (escrever por extenso o número de dias) dias, a contar de .../.../..., vencível, portanto, em .../.../.....

Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o FIADOR efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita enviada pela BENEFICIÁRIA, remetida ao órgão responsável do FIADOR, localizado [INSERIR ENDEREÇO].

O FIADOR declara, ainda, que esta Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários.

Esta Carta de Fiança é emitida em 02 (duas) vias.

....................... , ..... de ..................... de ........

**[INSERIR DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
Nome:
Título:

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:CPF: |  | Nome:CPF: |

**Anexo VII**

MODELO DE TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

**TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE -TCG**

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

* 1. O presente instrumento tem por objeto estabelecer as regras aplicáveis, de forma obrigatória, ao Transportador e aos Carregadores para a prestação do Serviço de Transporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DEFINIÇÕES

* 1. Os termos previstos nesta Cláusula, quando grafados em versalete neste TCG, seja no singular ou no plural ou nos gêneros masculino ou feminino, terão o significado abaixo:

**Agente a Montante**: é o responsável pela Alocação da Quantidade Diária Medida de Recebimento no Ponto de Recebimento, exceto nos casos em que o Gás colocado, pelo Carregador, à disposição do Transportador no Ponto de Recebimento já se encontra sob a custódia do Transportador a montante do referido Ponto de Recebimento. Nestes casos, Agente a Montante significa o responsável pela alocação da Quantidade de Gás no Ponto de Recebimento;

**Alocação**:distribuição da Quantidade Diária Medida de Entrega, em qualquer Dia Operacional, entre os Carregadores, considerando (i) a Quantidade Diária Programada de Entrega para cada um deles no Dia Operacional em questão e (ii) as prioridades de alocação estabelecidas neste TCG;

**Ano**: período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) Dias consecutivos com início em 1º de janeiro ressalvado, no entanto, que, qualquer Ano que contenha o dia 29 de fevereiro, consistirá de 366 (trezentos e sessenta e seis) Dias consecutivos. O termo “ano”, quando não grafado em versalete, significa qualquer período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) Dias consecutivos, ou 366 (trezentos e sessenta e seis) conforme o caso;

**ANP:** Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, autarquia especial criada pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com as atribuições e finalidades estipuladas nas referidas normas;

**Arbitragem**: procedimento adotado para solução de controvérsias, conforme estabelecido na Cláusula Vinte e Dois deste TCG;

**Árbitro (Primeiro Árbitro, Segundo Árbitro e Terceiro Árbitro)**: cada um dos membros do tribunal arbitral responsável pela Arbitragem, indicados de acordo com a Cláusula 22.3.4 deste TCG;

**Autoridade Governamental**: qualquer pessoa jurídica de direito público brasileira, incluindo os seus funcionários, empregados, prepostos ou representantes, que tenha competência para impor normas ou regras para qualquer das Partes ou relativas a quaisquer operações previstas no presente TCG e no Contrato, de acordo com a legislação brasileira em vigor;

**Aviso de Gás Desconforme**: Notificação a ser enviada pelo Transportador ou pelo Carregador, conforme o caso, sempre que tiver ciência de que poderá ocorrer ou estiver ocorrendo a presença de Gás Desconforme na Instalação de Transporte por meio da qual a Parte remetente apresentará à Parte destinatária as seguintes informações em relação ao Gás Desconforme: (i) as variações máximas esperadas em relação às Especificações de Qualidade do Gás verificadas no último teste de qualidade realizado pelo Carregador antes da constatação da presença de Gás Desconforme para cada Ponto de Recebimento ou Ponto de Entrega afetado (conforme o caso), (ii) a Quantidade de Gás fora das Especificações de Qualidade do Gás a ser entregue em cada Ponto de Recebimento ou Ponto de Entrega afetado (conforme o caso), (iii) as estimativas quanto aos momentos inicial e final de sua ocorrência, (iv) as razões que originaram tal Gás Desconforme e (v) as medidas tomadas ou a serem tomadas para mitigar o problema;

**Aviso de Aceitação de Gás Desconforme**: Notificação a ser enviada pelo Transportador ou pelo Carregador, em até 2 (duas) horas após o recebimento do Aviso de Gás Desconforme, por meio da qual a Parte remetente comunica que aceita receber o referido Gás Desconforme;

**Aviso de Rejeição de Gás Desconforme**: Notificação a ser enviada pelo Transportador ou pelo Carregador, em até 2 (duas) horas após o recebimento do Aviso de Gás Desconforme, por meio da qual a Parte remetente comunica que não aceita receber o referido Gás Desconforme;

**Caloria -** quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g de água pura de 14,5ºC até 15,5ºC, à pressão absoluta de 101.325Pa. Uma caloria equivale a 4,1855 J (Joule). Quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) Calorias.

**Capacidade Contratada de Transporte:** volume diário de Gás Natural que o Transportador é obrigado a movimentar para o Carregador, conforme o respectivo Contrato de Serviço de Transporte;

**Capacidade Ociosa de Transporte:** diferença entre a soma das Capacidades Contratadas de Transporte para Serviço de Transporte Firme e o volume diário de gás natural programado para o Serviço de Transporte Firme;

**Carregador**: qualquer pessoa jurídica que tenha celebrado um Contrato de Serviço de Transporte com o Transportador;

**Carta de Fiança**: Carta de Fiança emitida em favor do Transportador, substancialmente nos termos e condições do modelo constante do ANEXO II, deste TCG e conforme estabelecido na Cláusula 19.1, para assegurar o pagamento dos valores devidos pelo Carregador nos termos do presente TCG e do Contrato de Serviço de Transporte Firme;

**Comissionamento e Testes:** os trabalhos realizados após o término do Pré-comissionamento, compreendendo: (i) os testes da Instalação de Transporte a serem executados, de forma a permitir que a Instalação de Transporte esteja apta a entrar em operação comercial para a efetiva prestação do Serviço de Transporte Firme, na data estabelecida no Contrato de Serviço de Transporte Firme, e (ii) o recebimento das quantidades de gás necessárias para a realização de tais testes e a obtenção do aceite da Instalação de Transporte;

**Condições de Referência:** volume de gás com Poder Calorífico Superior de 9.400 Kcal/m3, a 20º Celsius (vinte graus Celsius) de temperatura e a 0,101325 MPa de pressão;

**Contrato:** qualquer contrato firmado entre o Carregador e o Transportador para prestação de Serviço de Transporte Firme, Serviço de Transporte Extraordinário, Serviço de Transporte Interruptível ou outro Serviço de Transporte previsto em regulamentação;

**Contrato de Serviço de Transporte Firme**: qualquer contrato firmado entre o Carregador e o Transportador para prestação de Serviço de Transporte Firme;

**Contrato de Serviço de Transporte Interruptível**: qualquer contrato firmado entre o Carregador e o Transportador para prestação de Serviço de Transporte Interruptível;

**Data de Início de Operação Comercial ou “DIOC”:** início de operação comercial da instalação de transporte, para todos os efeitos, será a data do inicío da prestação efetiva do Serviço de Transporte Firme da Instalação de Transporte;

**Desequilíbrio**: significa, para determinado Dia Operacional, a diferença (positiva ou negativa) entre (i) o somatório das Quantidades Diárias Realizadas de Recebimento, excluindo-se o Gás para Uso no Sistema, e (ii) a soma entre o total das Quantidades Diárias Realizadas de Entrega e eventuais Perdas Extraordinárias;

**Dia** ou **Dia Operacional**: significa um período de 24h (vinte e quatro horas) que se inicia à 0h (zero hora) de cada dia e termina às 24h (vinte e quatro horas) do mesmo dia, horário de Brasília-DF;

**Dia Útil**: qualquer Dia, excluindo sábados, domingos e feriados no Município onde se localiza a sede do Transportador;

**Documento de Cobrança**: qualquer fatura, duplicata, nota de débito ou título emitido por uma Parte para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do presente TCG e do Contrato, pela outra Parte;

**Encargo de Capacidade de Entrada**: encargo cobrado pelo Transportador ao Carregador destinado a cobrir os investimentos relacionados à capacidade de recebimento, e os custos e as despesas fixos da prestação do Serviço de Transporte Firme;

**Encargo de Capacidade de Saída**: encargo cobrado pelo Transportador ao Carregador destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade de entrega do Gás;

**Encargo de Capacidade de Transporte**: encargo cobrado pelo Transportador ao Carregador destinada a cobrir os investimentos relacionados à capacidade de transporte do Gás;

**Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada**: terá o significado atribuído na Cláusula 15.1 deste TCG;

**Encargo de Movimentação**: encargo cobrado pelo Transportador ao Carregador destinado a cobrir os custos variáveis com a movimentação do Gás, incluindo os custos variáveis com energia elétrica para acionamento de qualquer equipamento da Instalação de Transporte que, no lugar de Gás Combustível, consuma energia elétrica;

**Encargo de Serviço Excedente Autorizado**: terá o significado atribuído na Cláusula 15.2 deste TCG.

**Encargo de Serviço Excedente Não Autorizado**: terá o significado atribuído na Cláusula 15.3 deste TCG.

**Encargo de Reserva de Capacidade de Transporte (Ship or Pay):** valor devido pelo Carregador ao Transportador pela reserva da capacidade de transporte correspondente à Quantidade Diária Contratada para cada Dia Operacional do Mês, independentemente do efetivo transporte da Quantidade Diária Contratada. O seu valor é o resultado da soma do Encargo de Serviço de Transporte com o Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada.

**Encargo de Serviço de Transporte**: remuneração a ser paga pelo Carregador ao Transportador, pela prestação do Serviço de Transporte Firme, calculada na forma do Contrato de Serviço de Transporte Firme;

**Encargo de Serviço de Transporte Interruptível**: remuneração a ser paga pelo Carregador ao Transportador, pela prestação do Serviço de Transporte Interruptível, calculada na forma da Cláusula 15.4 deste TCG;

**Especificações de Qualidade do Gás**: composição e propriedades físico-químicas do Gás a serem disponibilizadas pelo Carregador no Ponto de Recebimento e pelo Transportador no Ponto de Entrega, conforme estabelecido na Cláusula 6.1 deste TCG;

**Estação de Entrega**: instalações do Transportador destinadas a filtrar, regular a pressão, adequar a temperatura para evitar formação de líquidos, medir e registrar os volumes, pressões e temperaturas do Gás objeto do Serviço de Transporte;

**Estoque**: para determinado Dia Operacional, significa a Quantidade de Gás armazenada nas Instalações de Transporte equivalente à soma do Estoque de Referência com o Desequilíbrio;

**Estoque de Referência**: Quantidade de Gás para se alcançar uma pressão nas Instalações de Transporte necessária para a prestação de Serviço de Transporte, conforme estabelecido na Cláusula 7.1 deste TCG;

**Falha de Serviço de Transporte**: terá o seu significado definido na Cláusula 12 deste TCG;

**Força Maior**: qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem no conceito contido na Cláusula 20 deste TCG;

**Gás** ou **Gás Natural**: significa o gás natural objeto do Serviço de Transporte, que consiste na mistura de hidrocarbonetos em estado gasoso nas condições atmosféricas, constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos gasosos nas condições de operação das Instalações de Transporte, além de outros gases, inclusive não-combustíveis, em menor proporção. Quando não grafados em maiúsculas, os termos “gás” e “gás natural” referem-se à generalidade do produto, não se relacionando necessariamente a este TCG ou ao Contrato;

**Gás Combustível**: Quantidade de Gás efetivamente consumida (queimada) nos equipamentos das Instalações de Transporte;

**Gás Desconforme**: o Gás que não esteja de acordo com as Especificações de Qualidade do Gás;

**Gás para Comissionamento e Testes:** Quantidade de Gás que deverá ser disponibilizada pelo Carregador ao Transportador para ser usada no período de Comissionamento e Testes da Instalação de Transporte**;**

**Gás para Uso no Sistema**: Quantidade de Gás que tenha sido efetivamente utilizada na operação da Instalação de Transporte, incluindo, sem limitação, o Gás Combustível acrescido do Gás Não Contado e das Perdas Operacionais;

**Gás Não Contado:** Quantidade de Gás referente a erros de medição, computada no curso normal da operação da Instalação de Transporte, calculada conforme Cláusula 11.4.1(ii) deste TCG;

**IGP-M:** Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas;

**Instalação de Transporte:** conjunto de instalações necessárias à prestação do Serviço de Transporte, incluindo, mas não se limitando a, dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão e Estações de Entrega;

**Lei**: qualquer lei, decreto, resolução, regulamento, portaria, deliberação, instrução normativa ou decisões judiciais ou administrativas, em vigor no Brasil, criada ou proferida por qualquer Autoridade Governamental;

**Manutenções Emergenciais**: manutenções e/ou reparos tecnicamente recomendáveis na Instalação de Transporteem situações críticas e emergenciais, que demandem a interrupção ou redução do Serviço de Transporte, por constituírem risco à segurança de pessoas, à integridade da Instalação de Transporte ou ao meio ambiente;

**Manutenções Programadas**: manutenções e/ou reparos tecnicamente recomendáveis na Instalação de Transporte em situações transitórias, que demandem a interrupção ou redução do Serviço de Transporte;

**Mês**: significa um período de tempo que:

(i) para o primeiro Mês, começará no primeiro Dia Operacional a partir do início do Serviço de Transporte e terminará no último Dia Operacional do correspondente mês;

 (ii) para cada Mês de vigência do Contrato subseqüente ao primeiro, com exceção do último Mês de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia Operacional desse mês e terminará no último Dia Operacional daquele mesmo mês;

(iii) para o último Mês de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia Operacional do correspondente mês e terminará no último Dia Operacional de vigência do Contrato,

observando-se, ademais, que o termo “mês”, quando não grafado em maiúsculas, significa mês calendário;

**Metro Cúbico de Gás** ou **m³**: 01 (um) metro cúbico de Gás nas Condições de Referência;

**MMBTU:** significa um milhão de Unidades Térmicas Britânicas;

**Modelo Termo-Hidráulico:** modelo de simulação computacional que com suas premissas, metodologia e parâmetros, constantes do ANEXO ao Contrato, representa integralmente a Instalação de Transporte, em conformidade com os padrões internacionais da indústria de gás, para atendimento das condições contratuais. Com base no referido modelo, serão gerados relatórios para condições de escoamento específicas. O referido modelo deverá ser atualizado sempre que houver alteração nas características físicas das Instalações de Transporte que impacte a capacidade de transporte ou quando as Partes de comum acordo, julgarem necessário;

**Mudança de Lei**: ocorrência, após a data de assinatura do Contrato, de qualquer (i) promulgação ou publicação de qualquer nova Lei ou suspensão ou revogação da Lei ou (ii) mudança na interpretação ou aplicação de qualquer Lei, desde que, em qualquer hipótese, afete comprovadamente o cumprimento das obrigações assumidas pelas Partes, nos termos do presente TCG e do Contrato;

**Notificação**: qualquer instrumento por escrito passado de uma Parte à outra Parte, exigido ou permitido, nos termos deste TCG ou do Contrato, para notificar, indicar, comunicar, confirmar, informar ou solicitar;

**Parte**: no singular, o Transportador ou o Carregador isoladamente; no plural, o Transportador e o Carregador, em conjunto;

**Parte Afetada**: Parte que invocar a ocorrência de evento de Força Maior para exonerar-se do cumprimento de quaisquer de suas obrigações do presente TCG e do Contrato, nos termos da Cláusula 20 deste TCG;

**Perdas Extraordinárias**: qualquer Quantidade de Gás liberada para atmosfera devido a danos, acidentes ou mau funcionamento da Instalação de Transporte decorrentes de atos ou omissões do Transportador;

**Perdas Operacionais**: Quantidade de Gás utilizada pelo Transportador para a manutenção do curso normal da operação da Instalação de Transporte, tais como a utilização de Gás para sistemas auxiliares ou perdas de líquido;

**Peritagem**: procedimento adotado para solução de controvérsias, conforme estabelecido na Cláusula 22 deste TCG;

**Perito**: qualquer terceiro, perito técnico, contábil ou financeiro, independente, nomeado pelas Partes, para solucionar uma Controvérsia, conforme Cláusula Vinte e Dois deste TCG;

**Poder Calorífico de Referência** ou **PCR**: poder calorífico de 9.400 (nove mil e quatrocentas) kcal/m³ (quilo calorias por metro cúbico), de modo que 1,0 MMm3 seja equivalente a 37.302 MMBTU;

**Poder Calorífico Superior** ou **PCS**: quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa, em base seca e à pressão atmosférica, de uma quantidade definida de gás, medida a 20ºC e 1,013 bar, com o ar e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A unidade de medida será quilocalorias por Metro Cúbico de Gás (kcal/m³);

**Ponto de Interconexão**: constitui a região onde fisicamente ocorre a ligação entre dois ou mais equipamentos, processos ou sistema de transferência, transporte ou estocagem, na qual é instalado um ou mais sistemas de medição;

**Ponto de Entrega**: local físico da Instalação de Transporte onde o Gás é colocado à disposição do Carregador pelo Transportador;

**Ponto de Recebimento**: local físico da Instalação de Transporte onde o Gás é colocado à disposição do Transportador pelo Carregador;

**Pré-comissionamento:** os trabalhos realizados durante a implementação da Instalação de Transporte, incluindo, mas não se limitando a, testes hidrostáticos da Instalação de Transporte e injeção de gás inerte, de forma a permitir que a Instalação de Transporte esteja apta para o início do Comissionamento e Testes;

**Pressão de Entrega:** pressão do Gás que esteja dentro dos limites estabelecidos na Cláusula 5.2 deste TCG;

**Pressão de Recebimento**: terá o seu significado definido na Cláusula 5.1 deste TCG.

**Quantidade de Gás:** volume de Gás, expresso em Metros Cúbicos nas Condições de Referência e no Poder Calorífico de Referência;

**Quantidade Diária Contratada**: Quantidade de Gás estabelecida no Contrato que o Transportador, ressalvadas as exceções previstas neste TCG e no Contrato, compromete-se a aceitar como Quantidade Diária Programada de Entrega para o total de Pontos de Entrega ou Quantidade Diária Programada de Recebimento;

**Quantidade Diária Contratada por Ponto de Entrega:** Quantidade de Gás estabelecida no Contrato que o Transportador, ressalvadas as exceções previstas neste TCG e no Contrato, compromete-se a programar para um determinado Ponto de Entrega;

**Quantidade Diária Contratada por Zona de Entrega:** Quantidade de Gás estabelecida no Contrato que o Transportador, ressalvadas as exceções previstas neste TCG e no Contrato, compromete-se a programar para uma determinada Zona de Entrega;

**Quantidade Diária Medida de Entrega**: Quantidade de Gás medida em um determinado Ponto de Entrega, nos termos da Cláusula 10.3.1 deste TCG;

**Quantidade Diária Medida de Recebimento**: Quantidade de Gás medida no Ponto de Recebimento, nos termos da Cláusula 10.2.1 deste TCG, exceto nos casos em que o Gás colocado, pelo Carregador, à disposição do Transportador no Ponto de Recebimento já se encontre sob a custódia do Transportador a montante do referido Ponto de Recebimento. Nestes casos, as Partes acordam que não haverá instalações de medição no Ponto de Recebimento, o termo Quantidade Diária Medida de Recebimento não será aplicável e, por conseguinte, a Cláusula 10.2 e seus subitens tampouco serão aplicáveis;

**Quantidade Diária Programada de Entrega**: Quantidade de Gás que o Carregador tenha solicitado ao Transportador que lhe seja colocada à disposição em um determinado Ponto de Entrega no correspondente Dia Operacional e que tenha sido programada pelo Transportador, em conformidade com a Cláusula Nona deste TCG;

**Quantidade Diária Programada de Recebimento**: Quantidade de Gás que o Transportador tenha programado e que o Carregador deverá disponibilizar no Ponto de Recebimento, em um determinado Dia Operacional;

**Quantidade Diária Realizada de Entrega**: parcela da Quantidade Diária Medida de Entrega, efetivamente alocada ao Carregador, na forma da Cláusula 11.2.1, em um determinado Dia Operacional;

**Quantidade Diária Realizada de Recebimento**: parcela da Quantidade Diária Medida de Recebimento, efetivamente alocada ao Carregador, na forma da Cláusula 11.1.1, em um determinado Dia Operacional, exceto nos casos em que o Gás colocado, pelo Carregador, à disposição do Transportador no Ponto de Recebimento já se encontre sob a custódia do Transportador a montante do referido Ponto de Recebimento. Nestes casos, Quantidade Diária Realizada de Recebimento significa a Quantidade de Gás que tenha sido alocada pelo Agente a Montante no Ponto de Recebimento para o Carregador, em um determinado Dia Operacional e, por conseguinte, a Cláusula 11.1 e seus subitens não serão aplicáveis;

**Quantidade Diária Solicitada (QDS):** Quantidades de Gás que (i) o Carregador solicite ao Transportador para que, em determinado Dia Operacional, coloque à sua disposição no Ponto de Entrega e (ii) estejam de acordo com os limites previstos na Cláusula 9.1.1 deste TCG;

**Quantidade Excedente Solicitada:** qualquerQuantidade de Gás, solicitada pelo Carregador em um determinado Dia Operacional, que exceda os limites estabelecidos na Cláusula 9.1.1 deste TCG;

**Quantidade Excedente Autorizada**: Quantidade de Gás solicitada pelo Carregador como Quantidade Excedente Solicitada e que efetivamente tenha sido programada pelo Transportador como Quantidade Excedente Autorizada para recebimento no Ponto de Recebimento (incluindo o Gás para Uso no Sistema) e para entrega nos Pontos de Entrega, conforme aplicável, em qualquer Dia Operacional. Também será considerada como Quantidade Excedente Autorizada a Quantidade de Gás que se enquadre no disposto na Cláusula 11.2.4 deste TCG;

**Quantidade Excedente Não Autorizada**: terá o significado atribuído na Cláusula 11.2.3 deste TCG.

**Saldo de Desequilíbrio**: somatório diário dos Desequilíbrios alocados ao Carregador;

**Serviço de Transporte**: receber, movimentar e entregar Quantidades de Gás ao longo das Instalações de Transporte;

**Serviço de Transporte Firme**: terá o significado atribuído nos itens 3.1 e 3.1.1;

**Serviço de Transporte Interruptível:** terá o significado atribuído nos itens 3.2 e 3.2.1;

**Tarifa de Serviço de Transporte**: soma do Encargo de Capacidade de Entrada, Encargo de Capacidade de Saída, Encargo de Movimentação e Encargo de Capacidade de Transporte aplicáveis à prestação do Serviço de Transporte Firme;

**Tarifa de Serviço de Transporte** **Interruptível**: tarifa cobrada pelo Transportador ao Carregador destinada a remunerá-lo pela prestação de Serviço de Transporte Interruptível, a qual será resultado da Tarifa de Serviço de Transporte ajustada (para cima ou para baixo, conforme o caso) por um fator correspondente à suscetibilidade do Serviço de Transporte Interruptível a interrupções causadas pelo Transportador, bem como ao incremento da exposição do Transportador a risco de falha na prestação de Serviço de Transporte Firme;

**Taxa de Juros**: 100% (cem por cento) da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) para cada Dia divulgada pela CETIP/Andima (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos);

**TCG**: o presente Termos e Condições Gerais, o qual é parte integrante e indissociável do Contrato;

**Transportador**:empresa concessionária da atividade de transporte de gás natural a operar as Instalações de Transporte;

**Tributo**: qualquer imposto, taxa, empréstimo compulsório, contribuição social, que seja ou venha a ser exigido na execução do presente TCG e do Contrato, em decorrência de Lei ou Mudança de Lei;

**Tribunal Arbitral**: terá o significado atribuído na Cláusula 22 deste TCG;

**Variação de Entrega**: é o somatório, apurado para uma determinada Zona de Entrega, das diferenças (positivas ou negativas) entre (i) as Quantidades Diárias Programadas de Entrega e (ii) as Quantidades Diárias Realizadas de Entrega; para todos os Pontos de Entrega pertencentes à referida Zona de Entrega em um determinado Dia Operacional;

**Variação de Recebimento**: qualquer diferença, positiva ou negativa, em um determinado Dia Operacional, entre a Quantidade Diária Programada de Recebimento e Quantidade Diária Realizada de Recebimento;

**Zona de Entrega**: 1 (um) ou o conjunto de Pontos de Entregas, situados em uma mesma área geográfica, conforme estabelecido no Contrato;

**Zona de Recebimento**: 1 (um) ou o conjunto de Pontos de Recebimento, situados em uma mesma área geográfica, conforme estabelecido no Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – SERVIÇO DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

* 1. Serviço de Transporte Firme: a partir da data de início da prestação de Serviço de Transporte Firme estabelecida no Contrato de Serviço de Transporte Firme até o término do prazo de vigência do Contrato de Serviço de Transporte Firme, o Transportador prestará, em base firme (isto é, sem interrupção total ou parcial, salvo nas hipóteses previstas no Contrato de Serviço de Transporte Firme e no presente TCG), o Serviço de Transporte das Quantidades Diárias Solicitadas, através da Instalação de Transporte, desde o Ponto De Recebimento até os Pontos de Entrega indicados, até o limite da Quantidade Diária Contratada para cada Dia Operacional, sempre em consonância com os termos e condições estabelecidas no Contrato de Serviço de Transporte Firme e no presente TCG:
		1. Observadas as exceções e demais disposições previstas no Contrato de Serviço de Transporte Firme e neste TCG, o Serviço de Transporte Firme constitui para o Transportador as seguintes obrigações perante o Carregador:

(i) Para cada Ponto de Entrega, programar as Quantidades Diárias Solicitadas;

(ii) Para cada Ponto de Recebimento, programar as Quantidades de Gás a serem recebidas para realizar a entrega das Quantidades Diárias Programadas de Entrega;

(iii) Receber, em cada Ponto de Recebimento, as Quantidades Diárias Programadas de Recebimento, desde que atendidas as Especificações de Qualidade Do Gás; e

(iv) Disponibilizar, para entrega ao Carregador, ou a terceiro por ele indicado, em cada Ponto de Entrega, as Quantidades Diárias Programadas de Entrega, de acordo com a Pressão de Entrega e com as Especificações de Qualidade do Gás.

3.2 Serviço de Transporte Interruptível: a partir da data de início da prestação de Serviço de Transporte Interruptível estabelecida no Contrato de Serviço de Transporte Interruptível até o término do prazo de vigência do Contrato de Serviço de Transporte Interruptível, respeitada a exclusividade dos Carregadores que contrataram Serviço de Transporte Firme, o Transportador envidará esforços comercialmente razoáveis para prestar Serviço de Transporte, sem garantia de continuidade, das Quantidades Diárias Solicitadas, desde o Ponto de Recebimento até os Pontos de Entrega indicados, desde que exista Capacidade Ociosa de Transporte e que não seja colocada em risco a integridade física da Instalação de Transporte, sempre em consonância com os termos e condições estabelecidas neste TCG e no Contrato de Serviço de Transporte Interruptível.

3.2.1 Observadas as exceções e demais disposições previstas neste TCG e no Contrato de Serviço de Transporte Interruptível, o Serviço de Transporte Interruptível constitui para o Transportador as seguintes obrigações perante o Carregador:

(i) Para cada Ponto de Entrega, programar, caso haja Capacidade Ociosa de Transporte, as Quantidades Diárias Solicitadas;

(ii) Para cada Ponto de Recebimento, programar, caso haja Capacidade Ociosa de Transporte, as Quantidades de Gás a serem recebidas para realizar a entrega das Quantidades Diárias Programadas de Entrega;

(iii) Receber, em cada Ponto de Recebimento, as Quantidades Diárias Programadas de Recebimento, desde que atendidas as Especificações de Qualidade do Gás e respeitadas as prioridades estabelecidas na Cláusula 9.1.6 deste TCG; e

(iv) Disponibilizar, para entrega ao Carregador, ou a terceiro por ele indicado, em cada Ponto de Entrega, as Quantidades Diárias Programadas de Entrega, de acordo com a Pressão de Entrega e com as Especificações de Qualidade do Gás, respeitadas as prioridades estabelecidas na Cláusula 9.1.6 deste TCG.

CLÁUSULA QUARTA – PONTOS DE RECEBIMENTO, PONTOS DE ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA DO GÁS

4.1 Pontos de Recebimento e Pontos de Entrega

As Quantidades de Gás objeto do Contrato e deste TCG serão entregues pelo Carregador ou por terceiro por ele indicado e recebidas pelo Transportador no Ponto de Recebimento e serão entregues pelo Transportador e recebidas pelo Carregador ou por terceiro por ele indicado no Ponto de Entrega.

4.2 Custódia

4.2.1 Desde o momento em que o Gás seja recebido pelo Transportador em um Ponto de Interconexão/Ponto de Recebimento e até que seja entregue ao Carregador (ou a terceiro que este indicar) em um Ponto de Interconexão/Ponto de Entrega, o Transportador terá a custódia do referido Gás, não podendo dar outro uso que não os previstos neste TCG, e terá toda a responsabilidade (i) por Perdas Extraordinárias de tal Gás e (ii) por desvios nas Especificações de Qualidade do Gás, após o recebimento em um Ponto de Recebimento.

4.2.1.1 O Gás para Uso no Sistema e o Gás para Comissionamento e Testes passarão à propriedade do Transportador, a partir do recebimento pelo Transportador em um Ponto de Recebimento.

4.2.2 O Carregador assegura ao Transportador que possui título legítimo sobre o Gás que está sendo disponibilizado em seu nome no Ponto de Recebimento e que a entrega do Gás no Ponto de Recebimento, ou o seu recebimento pelo Transportador, não viola qualquer direito de terceiro ou dever legal. O Carregador deverá manter o Transportador a salvo de qualquer reivindicação de terceiro, inclusive, mas não apenas, em relação à titularidade desse Gás ou à cobrança de Tributos, indenizações ou quaisquer outros encargos que sejam de responsabilidade do Carregador.

4.2.3 O Transportador assegura ao Carregador que, enquanto tiver o Gás sob sua custódia, empregará as melhores práticas da indústria do petróleo e do gás, internacionalmente aceitas, prestando os serviços previstos no Contrato e neste TCG com eficiência e mantendo os padrões de qualidade, segurança e proteção ambiental.

4.3 Inclusão de Novos Pontos de Entrega e de Novos Pontos de Recebimento e Aumento da Capacidade dos Pontos de Entrega e dos Pontos de Recebimento

4.3.1 A inclusão de novos Pontos de Entrega e de novos Pontos de Recebimento ou ampliação da capacidade física dos Pontos de Entrega e dos Pontos de Recebimento já existentes deverá ser feita por meio de aditivo ao Contrato. Caso a inclusão de um novo Ponto de Entrega ou de um novo Ponto de Recebimento ou a expansão de um Ponto de Entrega ou de um Ponto de Recebimento já existente na Instalação de Transporte demande investimentos e realização de obras, tais investimentos e custos serão arcados exclusivamente pelo Carregador e os procedimentos abaixo deverão ser executados previamente à assinatura do aditivo a que se refere esta Cláusula:

(i) O Carregador deverá enviar Notificação ao Transportador com informações detalhadas de sua necessidade de entrega de Gás, contendo pelo menos o volume de Gás objeto da solicitação e a localização do novo Ponto de Entrega ou Ponto de Recebimento;

(ii) O Transportador no prazo de 60 (sessenta) Dias, contados do recebimento da Notificação enviada pelo Carregador, informará a este se o atendimento da solicitação do Carregador é tecnicamente viável ou não, apresentando todas as informações técnicas e fundamentadas que comprovem tal conclusão, e informará quais as alternativas para atendimento à solicitação do Carregador, quando aplicável;

(iii) No prazo de 30 (trinta) Dias contados da data da Notificação a que se refere a alínea (ii) acima, o Carregador deverá informar, através de Notificação, qual dentre as alternativas de atendimento apresentadas pelo Transportador será adotada, devendo, conforme for o caso, ser aplicado o disposto na Cláusula 4.3.2 abaixo.

4.3.2 Caso, para atendimento à solicitação do Carregador, seja necessária a construção de uma nova Estação de Entrega ou de uma interconexão com novo Ponto de Recebimento ou a ampliação de uma Estação de Entrega ou de uma interconexão com Ponto de Recebimento já existente, o Transportador no prazo de 120 (cento e vinte) Dias contados do envio pelo Carregador da Notificação a que se refere a Cláusula 4.3.1(iii) acima, elaborará o projeto conceitual da construção ou ampliação da Estação de Entrega ou da interconexão. Transcorrido o prazo aqui mencionado, o Transportador enviará Notificação ao Carregador informando: (i) os dados técnicos do projeto, (ii) o cronograma da obra, (iii) o orçamento detalhado dos custos para: (a) elaboração e implantação do projeto, (b) compra de material e equipamentos, (c) gerenciamento e fiscalização do empreendimento por parte do Transportador, (d) licenciamentos e demais autorizações, incluindo compensações ambientais, (e) operação e manutenção que venham a ser incorridos em função das novas instalações, do início da operação até o término do Contrato, e (f) demais atividades necessárias à construção ou ampliação em questão, (iv) estimativa de Encargo de Capacidade de Saída adicional ou Encargo de Capacidade de Entrada adicional, segundo disposto na Cláusula 4.3.4 deste TCG, e (v) demais aspectos relevantes.

4.3.3 No prazo de 30 (trinta) Dias contados do recebimento pelo Carregador da Notificação a que se refere a Cláusula 4.3.2 acima, este deverá informar se está de acordo com as condições apresentadas pelo Transportador e, em caso positivo, as Partes deverão negociar o aditivo ao Contrato mencionado na Cláusula 4.3.1 deste TCG, que regulará, no mínimo, (i) as obrigações e direitos relacionados com a construção ou ampliação de Estação de Entrega ou de interconexão com Ponto de Recebimento, (ii) a forma, prazo e condições de pagamento pelo Carregador dos custos referentes à construção ou ampliação de Estação de Entrega ou de interconexão com Ponto de Recebimento, observado o disposto na Cláusula 4.3.4 abaixo, (iii) o prazo para término das obras, que não poderá ser superior a 20 (vinte) meses contados a partir da assinatura do aditivo ou da outorga das autorizações governamentais para construção (o que ocorrer por último), (iv) as penalidades aplicáveis em caso de atraso na conclusão das obras, ficando já acordado pelas Partes que a ocorrência de qualquer atraso decorrente da não outorga das autorizações governamentais para a operação da Estação de Entrega ou da interconexão com Ponto de Recebimento não acarretará penalidades para o Transportador, e (v) o prazo para entrega de gás no Ponto de Entrega e de recebimento de gás no Ponto de Recebimento.

4.3.3.1 Se, no período entre o recebimento pelo Transportador da Notificação a que se refere a Cláusula 4.3.1(iii) e a celebração do aditivo a que se refere à Cláusula 4.3.3, o Carregador desistir do projeto a que se refere a Cláusula 4.3.2, o Carregador deverá arcar com todos os custos comprovadamente incorridos pelo Transportador desde a elaboração do referido projeto até o momento da desistência.

4.3.3.2 Na hipótese de extrapolação do prazo de 20 (vinte) meses previsto na Cláusula 4.3.3 (iii), o Transportador deverá comunicar o fato à ANP.

4.3.4 O pagamento dos custos e despesas necessários à construção ou ampliação de Estação de Entrega ou de interconexão com Ponto de Recebimento deverão ser pagos pelo Carregador na forma prevista no aditivo ao Contrato mencionado na Cláusula 4.3.1, a qual deve consistir do estabelecimento de um Encargo de Capacidade de Saída adicional ou Encargo de Capacidade de Entrada adicional, conforme o caso. De acordo com tal metodologia, o Transportador, durante o prazo remanescente do Contrato, computará no Encargo de Serviço de Transporte, no Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada, no Encargo de Serviço excedente Autorizado e no Encargo de Serviço Excedente Não Autorizado uma tarifa adicional que será estabelecida considerando-se: (a) os custos mencionados na Cláusula 4.3.3 (ressalvando-se os custos de operação e manutenção), comprovadamente incorridos pelo Transportador até a definição do Encargo de Capacidade de Saída adicional ou Encargo de Capacidade de Entrada adicional, conforme o caso, acrescidos da atualização monetária aplicando-se o IGP-M/FGV - Índice Geral de Preços do Mercado e dos correspondentes encargos financeiros em termos reais, desde o momento dos desencaixes até a definição do Encargo de Capacidade de Saída ou do Encargo de Capacidade de Entrada, (b) a estimativa dos custos referentes à operação e manutenção que venham a ser incorridos em função das novas instalações, do início da operação até o término do Contrato, (c) a taxa de retorno do Transportador baseada no custo médio ponderado do capital (WACC), que deverá contemplar, inclusive, mas não limitado, o risco incremental à prestação do Serviço de Transporte associado à inclusão de tais novos Pontos de Entrega ou novos Pontos de Recebimento ou à ampliação da capacidade física dos Pontos de Entrega e dos Pontos de Recebimento já existentes, (d) o período de projeção do fluxo de caixa, o qual não será maior que o prazo remanescente do Contrato, (e) a metodologia de fluxo de caixa descontado e (f) a Quantidade Diária Contratada até o término do Contrato.

4.3.5 O Transportador operará, fará a manutenção e será proprietário ou possuidor de quaisquer equipamentos que venham a ser acrescidos à Instalação de Transporte em decorrência da instalação ou ampliação de qualquer Ponto de Entrega ou interconexão com Ponto de Recebimento na forma prevista nesta Cláusula.

4.3.6 No aditivo ao Contrato mencionado na Cláusula 4.3.1 deverão constar também as seguintes disposições: (i) conforme for o caso, acréscimo do novo Ponto de Entrega ou novo Ponto de Recebimento ou aumento da capacidade de entrega de Ponto de Entrega ou da capacidade de recebimento do Ponto de Recebimento já existente, ficando estabelecido, desde já, que os mesmos somente poderão ser utilizados no momento do término de sua implantação ou ampliação, (ii) acréscimo aos encargos estabelecidos no Contrato do valor da Encargo de Capacidade de Saída adicional ou da Encargo de Capacidade de Entrada adicional e (iii) redistribuição das Quantidades Diárias Contratadas de Entrega estabelecidas no Contrato, se for o caso.

4.4 Compartilhamento de Pontos de Entrega e de Pontos de Recebimento

A inclusão de um novo Ponto de Entrega ou de um novo Ponto de Recebimento no Contrato de dado(s) Carregador(es), mediante compartilhamento de um Ponto de Entrega ou de um Ponto de Recebimento já existente e já usado para atendimento a outro Carregador, só poderá ser feito depois de observadas e cumpridas as seguintes condições:

1. O Carregador interessado na inclusão, em seu Contrato, do referido Ponto de Entrega deverá realizar o pagamento de parte do Encargo de Capacidade de Saída correspondente ao Ponto de Entrega em questão, cujo cálculo será baseado no critério *pro rata* em relação à Quantidade Diária Contratada por Ponto de Entrega de cada Carregador em tal Ponto de Entrega, de modo que o somatório das parcelas do Encargo de Capacidade de Saída aplicáveis a cada Carregador no referido Ponto de Entrega seja igual ao Encargo de Capacidade de Saída correspondente ao Ponto de Entrega;
2. O Carregador interessado na inclusão, em seu Contrato, do referido Ponto de Recebimento deverá realizar o pagamento de parte do Encargo de Capacidade de Entrada correspondente ao Ponto de Recebimento em questão, cujo cálculo será baseado no critério *pro rata* em relação à Quantidade Diária Contratada por Carregador em tal Ponto de Recebimento, de modo que o somatório das parcelas do Encargo de Capacidade de Entrada aplicáveis a cada Carregador no referido Ponto de Recebimento será igual ao Encargo de Capacidade de Entrada correspondente ao Ponto de Recebimento;
3. Os Carregadores, que compartilharão o Ponto de Entrega ou o Ponto de Recebimento, e o Transportador deverão celebrar um acordo, definindo, dentre outros aspectos: (a) a forma de possíveis ressarcimentos, ao(s) outro(s) Carregador(es), a serem efetuados pelo Carregador interessado na inclusão em seu Contrato do referido Ponto de Entrega ou Ponto de Recebimento, (b) as Tarifas de Saída e as Tarifas de Entrada aplicáveis e (c) os procedimentos operacionais e de alocação das Quantidades de Gás entregues pelo Transportador no Ponto de Entrega ou recebidas pelo Transportador no Ponto de Recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - PRESSÕES DE RECEBIMENTO E ENTREGA

5.1 Pressão de Recebimento

O Carregador deverá disponibilizar o Gás ao Transportador nos Pontos de Recebimento nos intervalos de pressão previstos no Contrato.

5.2 Pressão de Entrega

O Transportador deverá entregar o Gás ao Carregador nos Pontos de Entrega nos intervalos de pressão previstos no Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - QUALIDADE DO GÁS

6.1 Especificações

O Gás colocado à disposição do Transportador, em qualquer Ponto de Recebimento, pelo Carregador ou por um terceiro indicado pelo Carregador, e o Gás colocado à disposição do Carregador, em qualquer Ponto de Entrega, pelo Transportador, deverão apresentar as características de qualidade que atendam, no mínimo, as especificações constantes do Regulamento Técnico ANP n° 2/2008, ANEXO à Resolução ANP n° 16, de 17 de junho de 2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

6.2 Testes de Qualidade

6.2.1 O Carregador realizará as análises do Gás nos Pontos de Recebimento na forma estabelecida no artigo 5°, *caput*, da Resolução ANP n° 16, de 17 de junho de 2008, e encaminhará ao Transportador, nos termos e condições estabelecidos na aludida Portaria, o denominado “Certificado de Qualidade”. Ressalve-se que, nos casos em que o Gás colocado, pelo Carregador, à disposição do Transportador no Ponto de Recebimento já se encontra sob a custódia do Transportador a montante do referido Ponto de Recebimento, as Partes acordam que será considerado o “Certificado de Qualidade” recebido pelo Transportador, associado ao ponto de injeção onde a custódia do Gás foi efetivamente transferida para o Transportador, salvo nos casos em que o Gás colocado à disposição do Transportador no Ponto de Recebimento seja oriundo de 2 (dois) ou mais pontos de injeção onde a custódia do Gás tenha sido efetivamente transferida para o Transportador.

6.2.2. O Transportador conduzirá o monitoramento da qualidade do Gás em Pontos de Recebimento e em Pontos de Entrega, na forma estabelecida no artigo 6°, *caput* e incisos, da Resolução ANP n° 16, de 17 de junho de 2008, e encaminhará ao Carregador, nos termos e condições estabelecidos na aludida Resolução, o denominado “Boletim de Conformidade”.

6.2.3. O Transportador será ainda responsável pelo monitoramento da qualidade do Gás em toda a Instalação de Transporte, devendo assegurar sua conformidade com as Especificações de Qualidade do Gás ao Carregador nos Pontos de Entrega, em moldes iguais aos estipulados na Resolução ANP n° 16, de 17 de junho de 2008.

6.2.4 O Carregador poderá solicitar ao Transportador a análise de qualidade do Gás adicional àquelas previstas na Cláusula 6.2.2, sendo que nesse caso o Carregador pagará ao Transportador o valor equivalente ao custo de tal análise adicional.

6.3 Responsabilidade por Gás Desconforme

6.3.1 Caso seja apurado o recebimento de Gás Desconforme no Ponto de Recebimento, o Carregador que tenha disponibilizado Gás Desconforme no Ponto de Recebimento ressarcirá ao Transportador por quaisquer danos e prejuízos por ele sofridos em decorrência de tal fato, dentre os quais, exemplificativamente, danos causados às Instalações de Transporte. Na hipótese de qualquer outro Carregador ou terceiro pleitear perante o Transportador quaisquer indenizações por danos incorridos ou penalidades aplicáveis em decorrência da entrega de tal Gás Desconforme, o Carregador que tenha disponibilizado Gás Desconforme no Ponto de Recebimento será responsável perante o Transportador por todos os custos incorridos em virtude de tal fato.

6.3.1.1 Caso o Transportador receba um Documento de Cobrança de um Carregador ou terceiro por indenizações relativas a danos incorridos ou penalidades aplicáveis em decorrência da entrega de tal Gás Desconforme por um outro Carregador ou terceiro, o Transportador deverá imediatamente enviar um Documento de Cobrança nos mesmos termos ao Carregador que tenha disponibilizado Gás Desconforme no Ponto de Recebimento, nele incluídos os Tributos que venham a ser arcados pelo Transportador. Tão logo o Transportador receba o pagamento relativo a tal Documento de Cobrança, o Transportador estará obrigado a repassar os valores recebidos ao Carregador ou terceiro que tenha enviado o Documento de Cobrança original.

6.3.2 O Transportador deverá pagar, pela Quantidade de Gás entregue ao Carregador fora das Especificações de Qualidade do Gás, a penalidade de Falha de Serviço de Transporte, conforme previsto na Cláusula 16.5 deste TCG, desde que seja apurada a presença de Gás Desconforme em qualquer Ponto de Entrega e ocorram as seguintes hipóteses:

O Carregador tenha comprovado que não houve o recebimento de Gás Desconforme no Ponto de Recebimento;

Tal fato não decorra do acúmulo de Gás Desconforme na Instalação de Transporte decorrente de prévio recebimento de Gás Desconforme pelo Transportador no Ponto de Recebimento, provocado pelo Carregador;

O Carregador não tenha previamente concordado em receber esse Gás Desconforme.

6.4 Identificação de Gás Desconforme na Instalação de Transporte e Continuidade do Serviço de Transporte

6.4.1 Sempre que uma Parte tiver ciência de que poderá ocorrer ou estiver ocorrendo a presença de Gás Desconforme na Instalação de Transporte, deverá, de imediato enviar um Aviso de Gás Desconforme à outra Parte, cabendo ao Transportador notificar aos demais Carregadores sobre tal fato.

6.4.2 Independentemente do recebimento de um Aviso de Gás Desconforme, no caso de disponibilização de Gás Desconforme no Ponto de Recebimento, causada pelo Carregador ou por terceiros por ele designados, o Transportador terá o direito, de imediato e a seu exclusivo critério, de reduzir ou interromper o Serviço de Transporte até que o Gás esteja de acordo com as Especificações de Qualidade do Gás.

6.4.2.1 Caso o Transportador aceite receber o Gás Desconforme, deverá enviar ao Carregador um Aviso de Aceitação de Gás Desconforme. O aceite por parte do Transportador não exime o Carregador de suas responsabilidades e das conseqüências proporcionadas por tal Gás Desconforme, previstas neste TCG, no Contrato ou na Lei. Caso o Transportador não aceite receber o Gás Desconforme, deverá enviar ao Carregador um Aviso de Rejeição de Gás Desconforme.

6.4.2.2 Caso a disponibilização de Gás Desconforme no Ponto de Recebimento, pelo Carregador ou por terceiros por ele designados, implique em manutenção adicional que ocasione a redução ou a interrupção da prestação do Serviço de Transporte, tal manutenção não será caracterizada como Manutenção Programada e tal fato não suspenderá ou exonerará a obrigação do pagamento do Encargo de Reserva de Capacidade de Transporte pelo Carregador.

6.4.2.3 A falta de prévio conhecimento, pelo Carregador, da ocorrência ou da possibilidade de vir a ocorrer a disponibilização de Gás Desconforme, causada por ele ou por terceiros por ele designados, no Ponto de Recebimento, não o exime de suas responsabilidades e das conseqüências proporcionadas por tal Gás Desconforme, previstas neste TCG, no Contrato ou na Lei.

6.4.3 No caso de disponibilização de Gás Desconforme no Ponto de Entrega, causada pelo Transportador ou por terceiros por ele designados, o Carregador terá o direito, de imediato e a seu exclusivo critério, de aceitar ou não a entrega de tal Gás Desconforme. Para isso, deverá enviar ao Transportador Aviso de Aceitação de Gás Desconforme ou Aviso de Rejeição de Gás Desconforme, conforme o caso.

6.4.3.1 O Carregador, caso envie ao Transportador um Aviso de Aceitação de Gás Desconforme ou continue aceitando a entrega de Gás Desconforme após o recebimento de um Aviso de Gás Desconforme do Transportador, não poderá alegar Falha de Serviço de Transporte com relação aos desvios nas Especificações de Qualidade do Gás ou requerer indenização por parte do Transportador por força de tal Gás Desconforme.

6.5 Odoração

Caso o Transportador venha a ser obrigado a odorar o Gás, os custos da odoração serão repassados ao Carregador.

CLÁUSULA SÉTIMA – ESTOQUE DE REFERÊNCIA

7.1O Carregador adquirirá e entregará para o Transportador, antes do início da prestação do Serviço de Transporte e, posteriormente, sempre que aplicável, a sua parcela do Gás necessário para o Estoque de Referência. A parcela do Gás necessário para Estoque de Referência a ser entregue por cada Carregador será calculada pelo Transportador, tomando por base o Modelo Termo-Hidráulico, de forma não discriminatória proporcionalmente à Quantidade Diária Contratada de cada Carregador e deverá ser entregue por cada Carregador ao Transportador na(s) data(s) determinada(s) pelo Transportador através de Notificação enviada com pelo menos 60 (sessenta) Dias de antecedência. O Transportador poderá prorrogar a(s) data(s) em que o Gás para Estoque de Referência deva ser entregue, notificando o Carregador, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prorrogada. de forma a dotar de transparência o princípio de não discriminação, cada Carregador receberá o referido cálculo, constando a parcela do gás necessário para Estoque de Referência a ser adquirida e entregue por todos os Carregadores.

7.1.1 O Carregador não será responsável pelo pagamento do Encargo de Serviço de Transporte, nem qualquer outro encargo de qualquer natureza, relativo ao transporte de sua parcela do Gás necessário para Estoque de Referência entregue ao Transportador, nos termos do Contrato e deste TCG.

7.2 O Gás entregue para Estoque de Referência será de propriedade do Carregador, permanecendo sob a custódia do Transportador durante todo o prazo do contrato, e não será considerado como ativo do Transportador. o gás utilizado para Estoque de Referência não poderá ser solicitado pelo Carregador.

7.3 Quando do advento do término do Contrato, o Transportador, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados de tal evento, devolverá o Gás para Estoque de Referência fornecido pelo Carregador nos termos do Contrato, ressalvando-se aquelas parcelas do Gás para Estoque de Referência que forem tecnicamente irrecuperáveis durante o processo de devolução de tal Gás.

7.4 Na hipótese de rescisão antecipada do Contrato pelo Carregador, o Gás para Estoque de Referência fornecido pelo Carregador nos termos do Contrato deverá permanecernaInstalação de Transporte até a data original de término do Contrato, sem ônus para o Transportador. O Carregador poderá negociar o Gás para Estoque de Referência, por ele fornecido, com outros Carregadores que tenham Contrato celebrado com o Transportador.

CLÁUSULA OITAVA – GÁS PARA USO NO SISTEMA, GÁS PARA REPOSIÇÃO DE PERDAS EXTRAORDINÁRIAS E GÁS PARA COMISSIONAMENTO E TESTES

8.1 Fornecimento pelo Carregador do Gás para Uso no Sistema

8.1.1 O Carregador será responsável pelo fornecimento de parcela do Gás para Uso no Sistema necessário à prestação do Serviço de Transporte. A determinação da parcela do Gás para Uso no Sistema a ser fornecida por cada Carregador em cada Dia Operacional será obtida da seguinte forma:

1. O Transportador apurará o total das Quantidades Diárias Solicitadas por todos os Carregadores e o Saldo de Desequilíbrio de todos os Carregadores e determinará o Gás para Uso no Sistema para o Dia Operacional em questão, com base no Modelo Termo‑Hidráulico;
2. A parcela de Gás para Uso no Sistema a ser entregue por cada Carregador será obtida pela divisão do Gás para Uso no Sistema, apurada nos termos da alínea (i) acima, proporcionalmente à Quantidade Diária Solicitada de cada Carregador para o Dia Operacional em questão;
3. A parcela da Quantidade de Gás para Uso no Sistema a ser disponibilizada por cada Carregador para cada Dia Operacional calculada na forma desta Cláusula será informada pelo Transportador como parte do processo de programação, estabelecido na Cláusula Nona deste TCG, e, posteriormente, alocada nos termos da Cláusula 11.4 deste TCG.

8.1.2 O Carregador deverá entregar o Gás para Uso no Sistema, no Ponto de Recebimento, sem custos para o Transportador (inclusive os relativos a Tributos, exceto aqueles Tributos que possam ser recuperados ou compensados pelo Transportador em suas operações seguintes).

8.1.3 O Carregador não será responsável pelo pagamento do Encargo de Serviço de Transporte, nem qualquer outro encargo de qualquer natureza, relativo ao transporte do Gás para Uso no Sistema entregue ao Transportador, nos termos do Contrato e deste TCG.

8.2 Gás para Reposição de Perdas Extraordinárias

8.2.1 O Carregador será responsável ainda pelo fornecimento de parcela do Gás para reposição de Perdas Extraordinárias. A determinação da parcela do Gás para reposição de Perdas Extraordinárias a ser fornecida por cada Carregador em cada Dia Operacional será obtida pela divisão da Quantidade de Gás para reposição de Perdas Extraordinárias, informada pelo Transportador, proporcionalmente à Quantidade Diária Solicitada de cada Carregador para o Dia Operacional em questão.

* + 1. O Transportador deverá reembolsar o Carregador pela aquisição da parcela de Gás utilizada para a reposição de Perdas Extraordinárias mencionada na Cláusula 8.2.1 acima, bem como pelos custos com transporte, Tributos e penalidades que comprovadamente tenham sido incorridos pelo Carregador em função da referida Perda Extraordinária, nos termos dos contratos de fornecimento e de transporte de Gás por ele celebrados a montante do Ponto de Recebimento.

8.3 Gás para Comissionamento e Testes

8.3.1 O Carregador disponibilizará para o Transportador as quantidades de Gás para Comissionamento e Testes necessárias para o Comissionamento e Testes solicitadas pelo Transportador por meio de Notificação a ser entregue ao Carregador com no mínimo 30 (trinta) Dias de antecedência do início do Comissionamento e Testes.

8.3.2 O Carregador deverá entregar o Gás para Comissionamento e Testes, no Ponto de Recebimento, sem custos para o Transportador (inclusive os relativos a Tributos, exceto aqueles que possam ser recuperados ou compensados pelo Transportador em suas operações seguintes).

8.3.3 O Carregador não será responsável pelo pagamento do Encargo de Serviço de Transporte, nem qualquer outro encargo de qualquer natureza, relativo ao transporte do Gás para Comissionamento e Testes entregue ao Transportador, nos termos do Contrato e deste TCG.

CLÁUSULA NONA – SOLICITAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE

9.1 Solicitação e Programação

9.1.1 Toda e qualquer solicitação de Quantidades de Gás a serem entregues pelo Transportador ao Carregador que contratou Serviço de Transporte Firme, para cada Dia Operacional, em cada Ponto de Entrega, deverá respeitar os seguintes limites: (i) a Quantidade Diária Contratada por Ponto de Entrega do Carregador estabelecida no Contrato de Serviço de Transporte Firme para o Ponto de Entrega em questão, (ii) que a soma das Quantidades Diárias Solicitadas para cada Ponto de Entrega dentro de uma Zona de Entrega, no Dia Operacional em questão, não ultrapasse a Quantidade Diária Contratada por Zona de Entrega e (iii) que a soma das Quantidades Diárias Solicitadas para cada Zona de Entrega, no Dia Operacional em questão, não ultrapasse a Quantidade Diária Contratada. Toda e qualquer solicitação de Quantidades de Gás a serem entregues pelo Transportador ao Carregador que contratou Serviço de Transporte Interruptível, para cada Dia Operacional, em cada Ponto de Entrega, deverá respeitar o limite da Capacidade Ociosa de Transporte.

9.1.1.1 Para o caso de Serviço de Transporte Firme, a solicitação de Quantidades de Gás que superem qualquer um dos limites mencionados na Cláusula 9.1.1 acima deverá ser indicada pelo Carregador em sua solicitação como Quantidade Excedente Solicitada e o Transportador poderá, a seu exclusivo critério, programar ou não a entrega e recebimento de tais Quantidades Excedentes Solicitadas. Caso tais Quantidades Excedentes Solicitadas sejam programadas pelo Transportador, as mesmas serão consideradas como Quantidades Excedentes Autorizadas e sobre elas será cobrado o Encargo de Serviço Excedente Autorizado.

* + 1. Em até 7 (sete) Dias Úteis antes do início de cada Mês, o Carregador enviará ao Transportador uma Notificação contendo as Quantidades de Gás a serem entregues pelo Transportador ao Carregador em cada Ponto de Entrega, para cada Dia Operacional do Mês seguinte, sendo que, dentro de tais Quantidades de Gás, a parte que estiver em conformidade com as regras estabelecidas na Cláusula 9.1.1 acima será tratada como Quantidade Diária Solicitada e a parte restante como Quantidades Excedentes Solicitadas.

9.1.3 No prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados do recebimento da Notificação mencionada na Cláusula 9.1.2 acima, o Transportador deverá notificar ao Carregador a sua possibilidade de entregar a Quantidade Diária Solicitada e a Quantidade Excedente Solicitada (conforme o caso), para cada Dia Operacional do Mês em questão. A Quantidade de Gás confirmada pelo Transportador para entrega em cada Dia Operacional do Mês em questão será tratada como Quantidade Diária Programada de Entrega, na qual estará incluída a Quantidade Excedente Autorizada. Nessa mesma Notificação, o Transportador deverá informar, ainda, para cada Dia Operacional do Mês em questão, uma estimativa: (i) do Saldo de Desequilíbrio a ser compensado, (ii) do Gás para Uso no Sistema, e (iii) da Quantidade de Gás a ser recebida pelo Transportador no Ponto de Recebimento.

9.1.3.1 Caso, em um determinado Dia Operacional, o total das Quantidades Diárias Solicitadas pelos Carregadores que tenham contratado Serviço de Transporte Interruptível excedam a Capacidade Ociosa de Transporte, o cálculo das Quantidades Diárias Programadas de Entrega para cada Carregador do Serviço de Transporte Interruptível será baseado no critério *pro rata* em relação à Quantidade Diária Solicitada por cada Carregador para o referido Dia Operacional.

9.1.4 A Quantidade Diária Programada de Entrega só poderá ser alterada pelo Transportador caso o Carregador envie Notificação ao Transportador até o Dia Operacional (inclusive) que antecede o Dia Operacional a que se refere à Quantidade Diária Programada de Entrega, sem prejuízo da alteração a que se refere a Cláusula 9.1.5 deste TCG. Tal Notificação deverá ser enviada pelo Carregador até a 8ª (oitava) hora do Dia Operacional que antecede ao Dia Operacional a que se refere à Quantidade Diária Programada de Entrega.

9.1.4.1 Até a 10ª (décima) hora do Dia Operacional que antecede ao Dia Operacional a que se refere à Quantidade Diária Programada de Entrega, independentemente de ter ocorrido alteração da solicitação pelo Carregador, o Transportador deverá (i) programar a Quantidade de Gás a ser disponibilizada pelo Carregador no Ponto de Recebimento, denominada Quantidade Diária Programada de Recebimento e (ii) notificar ao Carregador a Quantidade Diária Programada de Entrega.

9.1.4.2 A Quantidade Diária Programada de Recebimento informada pelo Transportador ao Carregador será composta da soma entre: (i) o somatório das Quantidades Diárias Programadas de Entrega; (ii) a quantidade de Gás para Uso no Sistema a ser entregue por tal Carregador e, (iii) a Quantidade de Gás estabelecida pelo Transportador para fins de ajuste do Saldo de Desequilíbrio.

9.1.5 Até a 6ª (sexta) hora do Dia Operacional a que se refira a Quantidade Diária Programada de Entrega, o Carregador poderá solicitar mudança na Quantidade Diária Programada de Entrega deste mesmo Dia Operacional, devendo para tanto ser observado o procedimento abaixo:

 (i) no prazo de 1h (uma hora) após o recebimento da solicitação a que se refere o *caput* desta Cláusula, o Transportador informará ao Carregador se é tecnicamente viável atender a tal solicitação, e caso não seja, apresentará as devidas justificativas. Em caso positivo, será alterada a Quantidade Diária Programada de Entrega e a Quantidade Diária Programada de Recebimento, sendo que tais alterações somente entrarão em vigor a partir da 10ª (décima) hora de tal Dia Operacional,

 (ii) será considerada como Quantidade Diária Programada de Entrega e Quantidade Diária Programada de Recebimento para o Dia Operacional em questão, o valor médio ponderado entre a programação vigente até a 10ª (décima) hora do Dia Operacional em questão e a programação vigente após tal horário.

9.1.6 Se, em qualquer Dia, o Transportador determinar justificadamente que a capacidade da Instalação de Transporte é insuficiente para programar todas as Quantidades Diárias Solicitadas e todas as Quantidades Excedentes Solicitadas, o Transportador reduzirá ou interromperá tais Quantidades, na seguinte ordem:

(i) Primeira – Quantidades Diárias Solicitadas para a prestação de Serviço de Transporte Interruptível;

(ii) Segunda – Quantidades Excedentes Solicitadas, nos termos dos Contratos de Serviço de Transporte Firme;

(iii) Terceira – Quantidades Diárias Solicitadas, pelos Carregadores que contrataram Serviço de Transporte Firme, de forma *pro-rata*, considerando tais Quantidades Diárias Solicitadas;

9.1.7 Caso não seja enviada solicitação de Quantidades de Gás a serem entregues pelo Transportador ao Carregador, em um ou mais Pontos de Entrega, sendo esta mensal, diária ou intradiária, prevalecerá a solicitação anterior até que uma nova seja enviada ao Transportador.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO

10.1 Unidade de Medição

A unidade de medida do Gás utilizada nas leituras e nos registros dos equipamentos de medição das Quantidades de Gás será o Metro Cúbico.

10.1.1 Pressão Atmosférica Presumida

A pressão atmosférica absoluta para os cálculos de quantidade será considerada como sendo uma pressão específica determinada pelos cálculos mutuamente acordados pelas Partes, com base na altitude real acima do nível do mar no local do medidor e será considerada constante durante o prazo de vigência do Contrato.

10.2 Medição no Ponto de Recebimento

10.2.1 Considerar-se-á como Quantidade Diária Medida de Recebimento a Quantidade de Gás que tenha sido apurada nas instalações de medição do Agente a Montante no Ponto de Recebimento, sendo que o Transportador não será, em qualquer hipótese, responsável pela realização de tais medições ou obtenção de tais informações. Caberá ao Carregador em seu contrato de transporte a ser celebrado com o Agente a Montante no Ponto de Recebimento estabelecer que este disponibilize para o Transportador, até a 1ª (primeira) hora de cada Dia Operacional, as informações referentes às medições de tais Quantidades de Gás.

10.2.2 Caberá ao Carregador estabelecer que o Agente a Montante no Ponto de Recebimento disponibilize diariamente os valores das Quantidades Diárias Medidas de Recebimento para o Transportador, em cada Ponto de Recebimento, bem como que o Agente a Montante no Ponto de Recebimento mantenha continuamente à disposição do Transportador todos os sinais dos elementos primários de medição (vazão, pressão e temperatura) e de composição e contaminantes do Gás.

10.2.3 Caso, em um determinado Dia Operacional, o sistema de medição vinculado a algum Ponto de Recebimento não esteja operacional, será adotada uma das alternativas a seguir, na seguinte ordem de prioridade: (i) outra medição disponível naquele Ponto de Recebimento que esteja validada pelas Partes, ou (ii) a estimativa da Quantidade de Gás recebida segundo metodologia acordada entre as Partes, a qual será realizada pelo Transportador.

10.2.4 Caberá ao Carregador estabelecer que o Agente a Montante no Ponto de Recebimento mantenha redundância de medição de composição e contaminantes do Gás.

10.3 Medição no Ponto de Entrega

10.3.1 O Transportador será responsável pela operação, manutenção, calibração e ajustes dos equipamentos destinados a regular a pressão e a medir e registrar os volumes, pressões e temperaturas do Gás objeto do Serviço de Transporte nos Pontos de Entrega. As Quantidades de Gás apuradas pelo Transportador nos Pontos de Entrega serão tratadas como Quantidades Diárias Medidas de Entrega.

10.3.2 O Transportador disponibilizará diariamente os valores das Quantidades Diárias Medidas de Entrega para o Carregador e para a ANP, em cada Estação de Entrega. Os sinais dos elementos primários de medição (vazão, pressão e temperatura) ficarão continuamente disponíveis para o Carregador, em cada Estação de Entrega.

* + 1. Caso, em um determinado Dia Operacional, o sistema de medição vinculado a algum Ponto de Entrega não esteja operacional, será adotada uma das alternativas a seguir, na seguinte ordem de prioridade: (i) outra medição disponível naquele Ponto de Entrega que esteja validada pelas Partes, ou (ii) a estimativa da Quantidade de Gás entregue segundo metodologia acordada entre as Partes, a qual será realizada pelo Transportador.

CLÁUSULA ONZE - APURAÇÃO DE QUANTIDADES DE GÁS

11.1 Apuração das Quantidades de Gás no Ponto de Recebimento

11.1.1 Considerar-se-á como Quantidade Diária Realizada de Recebimento a parcela da Quantidade Diária Medida de Recebimento no Ponto de Recebimento que tenha sido alocada pelo Agente a Montante no Ponto de Recebimento para o Carregador, sendo que o Transportador não será, em nenhuma hipótese, responsável pela realização de tais alocações ou obtenção de tais informações e não responderá por qualquer dano decorrente de tal alocação. Caberá ao Carregador em seu contrato de transporte a ser celebrado com o Agente a Montante no Ponto de Recebimento estabelecer que este disponibilize para o Transportador as informações referentes às Quantidades Diárias Realizadas de Recebimento até a 1ª (primeira) hora de cada Dia Operacional. Caso o valor de qualquer Quantidade Diária Realizada de Recebimento seja retificado pelo Agente a Montante no Ponto de Recebimento dentro do mesmo Mês a que se refere tal Quantidade Diária Realizada de Recebimento, o novo valor deverá ser informado ao Transportador pelo Agente a Montante no Ponto de Recebimento, quando do envio da alocação consolidada para o referido Ponto de Recebimento no Mês em questão.

11.1.2 Caso o Agente a Montante no Ponto de Recebimento não realize a alocação das Quantidades Diárias Medidas de Recebimento, em determinado Dia Operacional, ou não disponibilize ao Transportador as informações relativas às Quantidades Diárias Realizadas de Recebimento, tal fato será informado pelo Transportador aos Carregadores e caberá a estes disponibilizarem tais informações (inclusive as relativas à alocação) ao Transportador dentro de 24 (vinte e quatro) horas após ter sido informado pelo Transportador. Caso os Carregadores não as disponibilizem dentro deste prazo, serão consideradas como Quantidades Diárias Realizadas de Recebimento as parcelas resultantes da distribuição das Quantidades Diárias Medidas de Recebimento, tomando por base os mesmos critérios previstos na Cláusula 11.2.1, para a apuração das Quantidades de Gás nos Pontos de Entrega.

11.2 Apuração das Quantidades de Gás nos Pontos de Entrega

11.2.1 O Transportador realizará a Alocação das Quantidades Diárias Medidas de Entrega, para cada Dia Operacional, constituindo-se as quantidades alocadas em Quantidades Diárias Realizadas de Entrega, segundo um dos critérios abaixo:

(i) quando a Quantidade Diária Medida de Entrega para um determinado Ponto de Entrega for **menor** do que a Quantidade Diária Programada de Entrega para todos os Carregadores para tal Ponto de Entrega será utilizada a seguinte regra de prioridade:

Primeira: Quantidades Diárias Programadas de Entrega para os Carregadores que contrataram Serviço de Transporte Firme, excluindo-se as Quantidades Excedentes Autorizadas, de forma *pro-rata*, considerando tais Quantidades Diárias Programadas de Entrega;

Segunda: Quantidades Excedentes Autorizadas solicitadas, nos termos dos Contratos de Serviço de Transporte Firme, de forma *pro-rata*, considerando tais quantidades programadas como Quantidades Excedentes Autorizadas Diárias;

Terceira: Quantidades Diárias Solicitadas para a prestação de Serviço de Transporte Interruptível;

(ii) quando a Quantidade Diária Medida de Entrega para um determinado Ponto de Entrega for **igual ou maior do que** a Quantidade Diária Programada de Entrega para todos os Carregadores para tal Ponto de Entrega será utilizada a seguinte regra de prioridade:

(a) o Transportador alocará, em base diária, seguindo as prioridades estabelecidas na Cláusula 11.2.1(i) acima até o preenchimento total de todas as Quantidades Diárias Programadas de Entrega para todos os Carregadores;

(b) caso haja uma Quantidade de Gás remanescente após realizada a Alocação descrita na alínea (a) acima, as mesmas serão distribuídas de forma *pro-rata*, entre os Carregadores , com base, nas Quantidades Diárias Programadas de Entrega, para tal Ponto de Entrega.

11.2.2 O Transportador poderá alterar o valor de qualquer Quantidade Diária Realizada de Entrega, desde que envie uma Notificação ao Carregador justificando tal alteração dentro do mesmo Mês a que se refere a Quantidade Diária Realizada de Entrega.

11.2.3 Uma vez realizada a Alocação, caso, em qualquer Dia Operacional, para um determinado Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Realizada de Entrega, exceda em mais do que 5% (cinco por cento) o limite estabelecido na Cláusula 9.1.1 (i) deste TCG e não seja uma Quantidade Excedente Autorizada, tais Quantidades de Gás excedentes serão tratadas como Quantidades Excedentes Não Autorizadas, aplicando-se o disposto nos itens 15.3 e 16.1 deste TCG.

* + 1. Uma vez realizada a Alocação, caso, em qualquer Dia Operacional, para um determinado Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Realizada de Entrega exceda o limite estabelecido na Cláusula 9.1.1(i) deste TCG, não seja uma Quantidade Excedente Autorizada e não ultrapasse a tolerância de 5% (cinco por cento) definida na Cláusula 11.2.3 acima, tais Quantidades de Gás excedentes serão tratadas como Quantidades Excedentes Autorizadas, aplicando-se o disposto na Cláusula 15.2 deste TCG.

11.4 Apuração de Gás para Uso no Sistema

11.4.1 O Transportador realizará a alocação da parcela de cada Carregador referente ao Gás para Uso no Sistema para cada Dia Operacional, conforme o procedimento abaixo:

(i) a parcela de Gás para Uso no Sistema a ser alocada para cada Carregador será obtida pela distribuição do total do Gás para Uso no Sistema apurado pelo Transportador no Dia Operacional, proporcionalmente à parcela da Quantidade de Gás programada como Gás para Uso no Sistema para cada Carregador para o Dia Operacional em questão.

(ii) O Transportador calculará o Gás Não Contado, o qual é parte integrante do Gás para Uso no Sistema, com base na seguinte fórmula:



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| GNC | - | corresponde ao Gás Não Contado do Mês em questão; |
| QDRRj | - | corresponde ao total das Quantidades Diárias Realizadas de Recebimento no Dia Operacional em questão; |
| QDRE j | - | corresponde ao total das Quantidades Diárias Realizadas de Entrega no Dia Operacional em questão; |
| GCOMj | - | corresponde à parcela de Gás Combustível do Carregador para o Dia Operacional em questão; |
| Ej | - | corresponde ao Estoque do Dia Operacional em questão;  |
| Ej-1 | - | corresponde ao Estoque do Dia Operacional anterior ao Dia Operacional em questão; |
| QPOj | - | corresponde às Perdas Operacionais apuradas no Dia Operacional em questão; |
| QPEj | - | corresponde às Perdas Extraordinárias apuradas no Dia Operacional em questão;  |
| n | - | Corresponde ao número de Dias Operacionais no Mês em questão; |
| j | - | Corresponde a um determinado Dia Operacional no Mês em questão; |

11.5 Apuração do Desequilíbrio e do Saldo de Desequilíbrio

11.5.1 Diariamente, o Transportador deverá apurar o Desequilíbrio do Dia Operacional em questão para cada Carregador, o qual será somado ao Saldo de Desequilíbrio. As Partes se comprometem em cooperar para zerar o Saldo de Desequilíbrio, em cada Dia Operacional.

* + 1. Se o Saldo de Desequilíbrio (em valor absoluto) no final de um determinado Mês for igual ou superior a 5% (cinco por cento) da Quantidade Diária Contratada, o Transportador informará ao Carregador, e o Saldo de Desequilíbrio deverá ser corrigido durante o Mês subseqüente para não mais do que 5% (cinco por cento) da Quantidade Diária Contratada. Ao final de tal Mês, caso o Saldo de Desequilíbrio, excluindo-se as Quantidades de Gás relativas a (i) Falha de Serviço de Transporte ou (ii) Perdas Extraordinárias, seja, novamente, superior 5% (cinco por cento) da Quantidade Diária Contratada, o Carregador deverá pagar ao Transportador a penalidade estabelecida na Cláusula 16.3 deste TCG.

11.6 Registros

 O Transportador manterá registros diários precisos das Quantidades Diárias Solicitadas, das Quantidades Diárias Programadas de Entrega, das Quantidades Diárias Programadas de Recebimento, das Quantidades Diárias Realizadas de Entrega e das Quantidades Diárias Realizadas de Recebimento, durante, no mínimo, 05 (cinco) anos. Caso o Carregador deseje verificar tais registros, esse deverá enviar uma Notificação ao Transportador, que deverá apresentá-los no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento de tal Notificação. O Carregador deverá manter à disposição do Transportador o registro de que trata a Cláusula 6.2.1 por 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA DOZE - FALHA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

12.1 Será considerada uma Falha de Serviço de Transporte, em um determinado Dia Operacional, quando o Transportador (i) não programar a Quantidade Diária Solicitada para um determinado Ponto de Entrega; (ii) não receber a Quantidade Diária Programada de Recebimento em um determinado Ponto de Recebimento ou (iii) não disponibilizar para o Carregador em um determinado Ponto de Entrega a Quantidade Diária Programada de Entrega (nela incluída a Quantidade Excedente Autorizada, quando aplicável), de acordo com a Pressão de Entrega e as Especificações de Qualidade do Gás.

12.2 Não será considerada uma Falha de Serviço de Transporte quando as situações previstas na Cláusula 12.1 acima forem decorrentes de pelo menos um dos seguintes eventos:

(i) Força Maior do Transportador;

(ii) o Carregador não ter disponibilizado no Ponto de Recebimento, em um determinado Dia Operacional, uma Quantidade de Gás igual à Quantidade Diária Programada de Recebimento, de acordo com a Pressão de Recebimento;

(iii) o Carregador ter disponibilizado Gás Desconforme no Ponto de Recebimento;

(iv) o Carregador não ter realizado a Quantidade Diária Programada de Entrega, apesar de o Transportador ter disponibilizado para o Carregador no Ponto de Entrega em questão uma Quantidade de Gás, de acordo com a Pressão de Entrega;

(v) a Pressão de Entrega tenha ficado abaixo do limite contratual, mas a Quantidade Diária Realizada do Ponto de Entrega, por parte do Carregador, ter sido maior ou igual do que a Quantidade Diária Programada de Entrega;

(vi) o Transportador esteja realizando Manutenção Programada, desde que esta esteja dentro do prazo limite e da parcela do Serviço de Transporte previamente informada na forma da Cláusula 13.2, ressalvando-se os casos em que o prazo limite for extrapolado por motivo alheio à vontade do Transportador;

(vii) a Quantidade Diária Realizada de Entrega do Carregador em algum outro Ponto de Entrega seja superior à respectiva Quantidade Diária Programada de Entrega e tal fato tenha comprovadamente afetado a prestação do Serviço de Transporte;

(viii) o Carregador não ter disponibilizado no Ponto de Recebimento, de acordo com a Pressão de Recebimento, o Estoque de Referência solicitado pelo Transportador nos termos da Cláusula Sétima;

(xix) o Carregador tenha enviado ao Transportador um Aviso de Aceitação de Gás Desconforme.

CLÁUSULA TREZE – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

13.1 Padrão de Operação e Manutenção

O Transportador operará e manterá a Instalação de Transporte utilizando os padrões de operação de gasodutos determinados pela norma ANSI B 31.8, suas revisões ou outra norma que venha substituí-la.

13.2 Manutenção Programada

A cada período consecutivo de 3 (três) anos, a contar do início da prestação do Serviço de Transporte Firme, o Transportador terá o direito de suspender ou reduzir a prestação do Serviço de Transporte para efetuar Manutenções Programadas, sem incorrer em qualquer penalidade em decorrência de tal interrupção ou redução. Tal interrupção ou redução deverá ser informada pelo Transportador aos Carregadores com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) Dias de antecedência, detalhando o período em que se dará a manutenção e a capacidade de transporte que será afetada pela manutenção. O limite máximo de horas para Manutenção Programada, em cada referido período de 3 (três) anos, é de 720 (setecentos e vinte) horas, contínuas ou alternadas, sendo que, a depender do percentual de redução da Quantidade Diária Contratada, cada hora de Manutenção Programada terá um determinado peso, conforme previsto na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| Percentual de Redução da Quantidade Diária Contratada | Peso de cada hora de Manutenção Programada |
| ≤ 25% | 1 |
| > 25% e ≤ 50% | 1,2 |
| > 50% e ≤ 75% | 1,5 |
| > 75% e ≤ 100% | 2 |

Ao longo de cada período consecutivo de 3 (três) anos, durante o qual o Transportador tem o direito de realizar Manutenção Programada, será computado, de acordo com a fórmula abaixo, o saldo de horas que o Transportador pode utilizar para fins de Manutenção Programada. Se ao término de um dado período, ainda houver saldo de horas, tal saldo não poderá ser utilizado pelo Transportador no período subseqüente.

, onde

|  |  |
| --- | --- |
| Saldo | Corresponde ao saldo de horas de Manutenção Programada que o Transportador pode utilizar para o período consecutivo de três anos. |
| H1 | Número de horas consumidas durante a Manutenção Programada em que o percentual de redução da Quantidade Diária Contratada for menor ou igual a 25%.  |
| H2 | Número de horas consumidas durante a Manutenção Programada em que o percentual de redução da Quantidade Diária Contratada for maior que 25% e menor ou igual a 50%.  |
| H3 | Número de horas consumidas durante a Manutenção Programada em que o percentual de redução da Quantidade Diária Contratada for maior que 50% e menor ou igual a 75%.  |
| H4 | Número de horas consumidas durante a Manutenção Programada em que o percentual de redução da Quantidade Diária Contratada for maior que 75% e menor ou igual a 100%.  |

13.2.1 Na definição dos períodos das Manutenções Programadas, o Transportador deverá levar em consideração as informações prévias de melhores datas e restrições operacionais do Carregador, no sentido de reduzir os impactos das Manutenções Programadas para o Carregador.

13.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 13.2.1, caso o Transportador necessite alterar o cronograma de Manutenção Programada, este deverá encaminhar ao Carregador, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias, uma Notificação detalhando os motivos de tal alteração e o novo cronograma da Manutenção Programada.

13.3 Frações Líquidas

Todos os hidrocarbonetos líquidos ou todos os hidrocarbonetos suscetíveis de se apresentarem no estado líquido que, sem processamento adicional, condensem-se e tornem-se líquidos na Instalação de Transporte após o recebimento do Gás pelo Transportador e antes de sua entrega ao Carregador, serão recolhidos e descartados pelo Transportador, e os custos incorridos pelo Transportador nesse processo serão repassados ao Carregador, quando este, comprovadamente, tiver dado causa à ocorrência de tais frações líquidas.

13.4 Integridade das Instalações de Transporte

 O Transportador poderá reduzir ou interromper o Serviço de Transporte, sem incorrer em qualquer penalidade ou indenização perante os Carregadores, caso seja identificado que:

(i) o Gás dentro da Instalação de Transporte ou a ser recebido pelo Transportador no Ponto de Recebimento não está de acordo com as Especificações de Qualidade do Gás, desde que tal desconformidade possa danificar as Instalações de Transporte e não tenha sido causada pelo Transportador;

(ii) a pressão do Gás no Ponto de Recebimento não está dentro dos limites estabelecidos na Cláusula Quinta deste TCG, desde que tal pressão possa danificar as Instalações de Transporte; ou

(iii) há a iminente possibilidade de violação de norma ambiental como resultado da operação da Instalação de Transporte.

13.5 Manutenção, Inspeção e Calibração dos Equipamentos de Regulagem de Pressão e Medição

13.5.1 Os equipamentos de medição serão inspecionados e calibrados rotineiramente para a verificação de sua exatidão de acordo com os requisitos previstos no Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural ANEXO à Portaria Conjunta ANP/INMETRO n° 1 de 16/06/2000, suas revisões ou outra norma que venha substituí-la. Na ausência ou omissão dessa regulamentação, deverão ser adotados a periodicidade, o erro máximo permissível e a incerteza máxima apresentados no ANEXO I, o qual é parte integrante e inseparável deste TCG. O Transportador fornecerá ao Carregador o cronograma anual de calibração dos equipamentos de medição.

13.5.2 As calibrações ordinárias dos instrumentos secundários de medição, tais como instrumentos de pressão estática, pressão diferencial e temperatura, serão feitas sempre com Notificação prévia, de no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis, ao Carregador, de forma a possibilitar que este, se o desejar, se faça representar, por sua conta e risco, para o acompanhamento dos trabalhos. Na ausência de representante do Carregador para acompanhar os trabalhos, estes serão procedidos sem que assista ao Carregador direito a qualquer reclamação com relação aos trabalhos executados.

13.5.2.1 As auto-calibrações dos cromatógrafos poderão ser acompanhadas a qualquer tempo pelo Carregador, desde que solicitado ao Transportador com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência.

13.5.3 O Transportador manterá à disposição do Carregador cópia do certificado de calibração durante 5 (cinco) anos.

13.5.4 O Carregador poderá solicitar a realização de calibração adicional de qualquer um dos equipamentos de medição do Transportador. Para tanto, deverá notificar o Transportador e este deverá designar data para realização da calibração com a presença do Carregador. Efetuada a calibração adicional, caso seja constatado que os equipamentos apresentavam exatidão de acordo com (i) os requisitos previstos no Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural citado na Cláusula 13.5.1 acima ou, (ii) no caso de ausência ou omissão dessa regulamentação, os requisitos previstos no ANEXO I deste TCG, o Carregador arcará com os dispêndios efetuados pelo Transportador, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de Notificação do Transportador informando o montante dos custos.

13.5.5 Se algum equipamento de medição não apresentar exatidão de acordo com (i) os requisitos previstos no Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural citado na Cláusula 13.5.1 acima ou, (ii) no caso de ausência ou omissão dessa regulamentação, os requisitos previstos no ANEXO I deste TCG, o Transportador deverá tomar imediatamente todas as medidas necessárias para que a medição esteja com a exatidão prevista nas alíneas (i) e (ii) anteriores e quaisquer medições anteriores desse equipamento serão corrigidas para "erro zero" em relação a qualquer período conhecido com exatidão. Se o período não for conhecido ou acordado, tal correção será realizada cobrindo um período que compreenda a metade do tempo decorrido desde a data do último teste sob a condição, no entanto, de que o período de correção em nenhum caso seja superior a (i) 16 (dezesseis) Dias para quaisquer medidores do Ponto de Recebimento ou (ii) 45 (quarenta e cinco) Dias para os medidores de Pontos de Entrega. Neste caso, as Partes efetuarão os ajustes de faturamento necessários no Mês subseqüente ao da apuração da Quantidade de Gás corrigida.

13.5.6 O Transportador e o Carregador prepararão e manterão, conforme o caso, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, os registros relativos às leituras de medidores e calibrações. Caso o Carregador deseje verificar tais registros, este deverá enviar uma Notificação ao Transportador, que deverá apresentá-los no prazo de 10 (dez) Dias contados do recebimento de tal Notificação.

13.6 Manutenção Emergencial

Sem prejuízo do saldo de horas que o Transportador pode utilizar para fins de Manutenção Programada, o Transportador poderá reduzir ou interromper o Serviço de Transporte, sem incorrer em qualquer penalidade ou indenização perante os Carregadores, caso seja comprovada a necessidade de realização de Manutenções Emergenciais. Para isso, o Transportador deverá enviar Notificação aos Carregadores, detalhando os motivos da realização da Manutenção Emergencial.

CLÁUSULA QUATORZE – TARIFA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

O Serviço de Transporte Firme será remunerado com base na Tarifa de Serviço de Transporte, que corresponde à soma do (i) Encargo de Capacidade de Entrada, (ii) Encargo de Capacidade de Transporte, (iii) Encargo de Movimentação e (iv) Encargo de Capacidade de Saída, cujos valores estão determinados no Contrato de Serviço de Transporte Firme.

CLÁUSULA QUINZE – ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE NÃO UTILIZADA, ENCARGO DE SERVIÇO EXCEDENTE AUTORIZADO, ENCARGO DE SERVIÇO EXCEDENTE NÃO AUTORIZADO E ENCARGO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERRUPTÍVEL

15.1 Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada

15.1.1 Mensalmente o Carregador deverá pagar ao Transportador o Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada, calculado na forma do Contrato.

15.1.2 Caso o Transportador deixe de prestar, em qualquer Dia Operacional, o Serviço de Transporte Firme, no todo ou em parte, devido à Falha de Serviço de Transporte, Manutenção Emergencial ou Manutenção Programada, o Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada a ser pago no correspondente Mês será reduzido conforme disposto no Contrato.

15.2 Encargo de Serviço Excedente Autorizado

Pelo Serviço de Transporte das Quantidades Excedentes Autorizadas, o Carregador deverá pagar ao Transportador a importância correspondente ao produto da Tarifa de Serviço de Transporte pelas Quantidades Excedentes Autorizadas, calculada na forma do Contrato.

15.3 Encargo de Serviço Excedente Não Autorizado

Pelo Serviço de Transporte das Quantidades Excedentes Não Autorizadas, o Carregador deverá pagar ao Transportador a importância correspondente ao produto de 2 (duas) vezes a Tarifa de Serviço de Transporte pelas Quantidades Excedentes Não Autorizadas, calculada na forma do Contrato.

15.4 Encargo de Serviço de Transporte Interruptível

Pela prestação de Serviço de Transporte Interruptível, o Carregador deverá pagar ao Transportador a importância correspondente ao produto da Tarifa de Serviço de Transporte Interruptível pelas Quantidades Diárias Realizadas de Entrega referentes ao Serviço de Transporte Interruptível, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

, onde

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ESTI | - | Corresponde ao valor a ser pago em Reais pelo Carregador ao Transportador a título de Encargo de Serviço de Transporte Interruptível no Mês em questão, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;  |
| N | - | Corresponde ao número de Dias Operacionais no Mês em questão; |
| i | - | Corresponde a um determinado Dia Operacional no Mês em questão; |
|  | - | Corresponde ao somatório das Quantidades Diárias Realizadas de Entrega para cada Dia Operacional “ i ” do Mês em questão, em mil m³, tomando por base o PCR; |
| TSI | - | Corresponde ao valor, em Reais por mil m³,, da Tarifa de Serviço de Transporte Interruptível; |

CLÁUSULA DEZESSEIS – PENALIDADES

16.1 Penalidade por Quantidades Excedentes Não Autorizadas

16.1.1 Sem prejuízo do pagamento do Encargo de Serviço Excedente Não Autorizado, para qualquer Quantidade Excedente Não Autorizada, em qualquer DiaOperacional, o Carregador pagará ao Transportador qualquer importância correspondente a penalidades impostas ao Transportador, no caso de tal Quantidade Excedente Não Autorizada ter causado a redução ou interrupção do Serviço de Transporte de Quantidades Diárias Programadas de Entrega nos termos de outros Contratos.

16.1.2 Sem prejuízo das penalidades indicadas acima, o Transportador terá o direito, após Notificação ao Carregador, de tomar as medidas necessárias para interromper a retirada pelo Carregador de qualquer Quantidade Excedente Não Autorizada.

16.2 Penalidade de Variação

O Carregador deverá pagar ao Transportador uma penalidade resultante da multiplicação de 1,5 (um vírgula cinco) vezes o somatório do Encargo de Capacidade de Entrada, Encargo de Capacidade de Saída e Encargo de Capacidade de Transporte pela Quantidade de Gás correspondente à: (i) parcela da Variação de Entrega que exceder o limite de 5% (cinco por cento) do somatório da Quantidade Diária Programada de Entrega para os Pontos de Entrega pertencentes à Zona de Entrega em questão, e (ii) parcela da Variação de Recebimento, somente nos casos em que esta for negativa, que exceder o limite de 5% (cinco por cento) da Quantidade Diária Programada de Recebimento, para o Ponto de Recebimento em questão. Sem prejuízo do pagamento dessa penalidade, o Carregador pagará ao Transportador qualquer importância correspondente às penalidades impostas ao Transportador, no caso de tal Variação de Entrega ou Variação de Recebimento ter causado a redução ou a interrupção do Serviço de Transporte de Quantidades Diárias Programadas de Entrega nos termos de outros Contratos.

16.3 Penalidade por Desequilíbrio

16.3.1 Se o Carregador não corrigir o Saldo de Desequilíbrio na forma prevista na Cláusula 11.5 deste TCG, desde que tal correção não se refira ao último Mês de vigência do Contrato, o Carregador pagará ao Transportador uma penalidade no valor igual ao produto (i) da parcela do Saldo de Desequilíbrio em questão que exceda 5% (cinco por cento) da Quantidade Diária Contratada por (ii) 2 (duas) vezes o somatório do Encargo de Capacidade de Entrada, Encargo de Capacidade de Saída e Encargo de Capacidade de Transporte. Sem prejuízo do pagamento dessa penalidade, o Carregador pagará ao Transportador qualquer importância correspondente às penalidades impostas ao Transportador, no caso de tal Saldo de Desequilíbrio ter causado a redução ou a interrupção do Serviço de Transporte de Quantidades Diárias Programadas de Entrega nos termos de outros Contratos.

16.3.2 Quando o Saldo de Desequilíbrio existente ao término do Contrato for negativo, o Carregador deverá fornecer ao Transportador a correspondente Quantidade de Gás, de forma a tornar igual a zero o referido Saldo de Desequilíbrio.

16.3.3 Caso o Saldo de Desequilíbrio negativo não seja igualado a zero ao término do Contrato, o Carregador pagará ao Transportador uma penalidade não compensatória no valor igual ao produto (i) do Saldo de Desequilíbrio por (ii) 2 (duas) vezes a Tarifa de Serviço de Transporte.

16.4 Limites de Penalidade aplicáveis ao Carregador

O valor total das penalidades aplicáveis ao Carregador, em cada Ano, por (i) Quantidade Excedente Não Autorizada, prevista na Cláusula 16.1, (ii) variação, prevista na Cláusula 16.2, e (iii) Desequilíbrio, previsto na Cláusula 16.3, está limitado ao valor equivalente à aplicação do percentual de 10% (dez por cento) sobre o produto (i) da Quantidade Diária Contratada multiplicada pelo número de Dias do Ano em questão pelo (ii) somatório do Encargo de Capacidade de Entrada, Encargo de Capacidade de Saída e Encargo de Capacidade de Transporte. Acima desse limite, não será exigível do Carregador o pagamento das penalidades relativas à (i) Quantidade Excedente Não Autorizada, prevista na Cláusula 16.1, (ii) variação, prevista na Cláusula 16.2, e (iii) Desequilíbrio, previsto na Cláusula 16.3.

16.5 Penalidade por Falha de Serviço de Transporte

16.5.1 Caracterizada uma Falha de Serviço de Transporte, o Transportador deverá pagar ao Carregador, independentemente da redução do Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada prevista na Cláusula 15.1.2 deste TCG, uma penalidade igual ao produto (i) do somatório do Encargo de Capacidade de Entrada, Encargo de Capacidade de Saída e Encargo de Capacidade de Transporte pelas (ii) Quantidades de Gás não entregues pelo Transportador ao Carregador em função da Falha de Serviço de Transporte.

16.5.2 O valor total das penalidades por Falha de Serviço de Transporte, em cada Ano, está limitado ao valor equivalente à aplicação do percentual de 10% (dez por cento) sobre o produto (i) da Quantidade Diária Contratada multiplicada pelo número de Dias do Ano em questão pelo (ii) somatório do Encargo de Capacidade de Entrada, Encargo de Capacidade de Saída e Encargo de Capacidade de Transporte. Acima desse limite, não será exigível do Transportador qualquer reparação por Falha de Serviço de Transporte exceto a redução aplicável ao Encargo de Capacidade de Transporte Não Utilizada, nos termos da Cláusula 15.1.2 deste TCG.

CLÁUSULA DEZESSETE – FATURAMENTO E PAGAMENTO

17.1 Faturamento

Até o 2º (segundo) Dia Útil de cada Mês, cada Parte apresentará um Documento de Cobrança à outra Parte referente à cobrança de todo e qualquer pagamento devido pela outra Parte nos termos deste TCG e do Contrato, relativos aos eventos ocorridos no Mês anterior.

17.2 Pagamento

Cada Documento de Cobrança deverá ser pago até o 20º (vigésimo) DIA após o recebimento de tal Documento De Cobrança, salvo se de outra forma acordado por escrito entre as Partes. Este pagamento será feito em fundos de disponibilidade imediata, até a data de vencimento ou nessa data, por transferência bancária para uma conta corrente aberta em banco situado em território nacional indicado pela Parte credora no Documento de Cobrança. Se o vencimento ocorrer em um Dia em que o banco indicado não esteja aberto normalmente no horário comercial, o pagamento será efetuado, no máximo, até o primeiro Dia Útil imediatamente posterior à data de vencimento, em que o referido banco esteja aberto, e no seu horário normal de expediente.

17.3 Correção de Erros de Faturamento

Se alguma Parte identificar qualquer erro no valor constante de algum Documento de Cobrança, esta Parte notificará tal erro à outra, que, caso o reconheça, deverá manifestar a sua concordância com a realização do ajuste necessário no primeiro Documento de Cobrança do Transportador vincendo após tal reconhecimento. Nenhuma reivindicação de ajuste será aceita após 12 (doze) meses contados do recebimento do Documento de Cobrança em questão.

17.4 Compensação

Qualquer crédito detido pelo Carregador contra o Transportador, expresso em Documento de Cobrança e que não tenha sido devidamente contestado pelo Transportador na forma prevista na Cláusula Dezoito, poderá ser compensado pelo Transportador dos pagamentos devidos a ele pelo Carregador nos termos do presente TCG e do Contrato, mediante Notificação ao Carregador com antecedência de pelo menos 5 (cinco) Dias Úteis.

17.5 Não Pagamento

Como única indenização das perdas e danos decorrentes do não pagamento, integral ou parcial, de qualquer Documento de Cobrança, até a data do seu vencimento, a Parte devedora deverá pagar à outra Parte, além do valor em atraso, (i) multa moratória de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor em atraso, (ii) correção monetária calculada de acordo com o IGP-M, desde o Dia seguinte ao do vencimento do respectivo Documento de Cobrança até a data da efetiva liquidação da obrigação e (iii) os juros moratórios simples calculados de acordo com a Taxa de Juros (incidentes sobre o valor em atraso monetariamente corrigido), desde o Dia seguinte ao do vencimento do Documento de Cobrança até a data da efetiva liquidação da obrigação.

17.6 Tributos

17.6.1 O Carregador que tenha firmado Contrato de Serviço de Transporte Firme reconhece expressamente que os valores do Encargo de Capacidade de Entrada, do Encargo de Capacidade de Saída, do Encargo de Capacidade de Transporte e do Encargo de Movimentação estabelecidas na forma do Contrato de Serviço de Transporte Firme não incluem quaisquer Tributos incidentes sobre o faturamento realizado pelo Transportador. Os custos de tais Tributos deverão ser arcados integralmente pelo Carregador e, para essa finalidade, o Transportador deverá, por ocasião do seu faturamento, acrescentá-los aos valores do Encargo de Capacidade de Entrada, do Encargo de Capacidade de Saída, do Encargo de Capacidade de Transporte e do Encargo de Movimentação vigentes.

17.6.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 17.6.1 acima, caso ocorra (i) a criação de um novo fato gerador de um Tributo, existente ou não, ou (ii) a alteração da alíquota ou da base de cálculo de um Tributo já existente, e qualquer destes fatos altere o valor líquido da receita que o Transportador receberia em caso de sua não-ocorrência, a Tarifa de Serviço de Transporte cobrada do Carregador será aumentada ou diminuída para compensar o impacto da criação ou alteração, de forma a fazer com que o Transportador permaneça auferindo o mesmo valor líquido que receberia pela tarifa caso não tivesse ocorrido a referida criação ou alteração.

17.6.3 O Carregador que tenha firmado Contrato de Serviço de Transporte Interruptível reconhece expressamente que o valor da Tarifa de Serviço de Transporte Interruptível estabelecida na forma do Contrato de Serviço de Transporte Interruptível não inclui quaisquer Tributos incidentes sobre o faturamento realizado pelo Transportador. Os custos de tais Tributos deverão ser arcados integralmente pelo Carregador e, para essa finalidade, o Transportador deverá, por ocasião do seu faturamento, acrescentá-los aos valores da Tarifa de Serviço de Transporte Interruptível vigente.

17.6.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 17.6.3 acima, caso ocorra (i) a criação de um novo fato gerador de um Tributo, existente ou não, ou (ii) a alteração da alíquota ou da base de cálculo de um Tributo já existente, e qualquer destes fatos altere o valor líquido da receita que o Transportador receberia em caso de sua não-ocorrência, a Tarifa de Serviço de Transporte Interruptível cobrada do Carregador será aumentada ou diminuída para compensar o impacto da criação ou alteração, de forma a fazer com que o Transportador permaneça auferindo o mesmo valor líquido que receberia pela tarifa caso não tivesse ocorrido a referida criação ou alteração.

CLÁUSULA DEZOITO – COBRANÇAS OBJETO DE CONTROVÉRSIA

18.1 Havendo controvérsia sobre a importância cobrada de uma a outra Parte e que não tenha sido resolvida até 5 (cinco) Dias antes da data de vencimento do correspondente Documento de Cobrança, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

1. a Parte que discordar deverá, até a data de vencimento do Documento de Cobrança, notificar a controvérsia à outra Parte, informando, em detalhes, a quantia controversa, as razões de seu desacordo, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia e poderá optar, a seu exclusivo critério, por (a) efetuar pontualmente o pagamento da importância total cobrada, informando a parcela sujeita a restituição potencial ou (b) reter consigo a importância controversa;
2. caso a Parte reclamada concorde com a reclamante e tenha ocorrido o pagamento na forma da letra (a) da alínea (i) acima, a Parte reclamada notificará sua concordância à Parte reclamante e restituirá a esta no prazo máximo de 15 (quinze) Dias a importância que havia sido objeto de controvérsia, incluindo os encargos financeiros, segundo disposto na Cláusula 18.2;
3. caso a Parte reclamada concorde com a reclamante e não tenha ocorrido o pagamento na forma da letra (b) da alínea (i), a Parte reclamada notificará a sua concordância à Parte reclamante e a controvérsia será considerada extinta;
4. caso a Parte reclamante desista ou reveja seu entendimento com relação à controvérsia e não tenha ocorrido o pagamento na forma da letra (b) da alínea (i) acima, a Parte reclamante notificará a Parte reclamada e realizará o pagamento da quantia controversa, incluindo os encargos financeiros, segundo disposto na Cláusula 18.2 deste TCG;
5. caso a Parte reclamante desista ou reveja seu entendimento com relação à controvérsia e tenha ocorrido o pagamento na forma da letra (a) da alínea (i), a Parte reclamante notificará a Parte reclamada e a controvérsia será considerada extinta;

(vi) se a Parte reclamada, em qualquer hipótese, não concordar com a reclamante, notificará a esta seu desacordo, devendo, de imediato, serem instaurados os procedimentos previstos na Cláusula 22.2 deste TCG;

(vii) na hipótese de, após a instauração de um procedimento de Arbitragem ou de Peritagem, (a) a Parte reclamada proceda conforme as alíneas (ii) ou (iii), ou (b) a Parte reclamante proceda conforme as alíneas (iv) ou (v), tal Parte, após ter notificado sua decisão à outra Parte e ao presidente do Tribunal Arbitral ou Perito, deverá efetuar o pagamento dos custos e despesas até o momento incorridas com os procedimentos de Arbitragem ou de Peritagem, extinguindo-se a controvérsia.

18.2 A Parte que, por decisão do Tribunal Arbitral ou do Perito, deva restituir ou pagar, conforme o caso, a quantia controversa deverá também pagar à outra Parte os encargos financeiros previstos nas alíneas (ii) e (iii) da Cláusula 17.5 deste TCG, cujo total será calculado sobre a quantia controversa levando em consideração o tempo decorrido desde o vencimento da quantia controversa ou de seu pagamento até a referida decisão.

CLÁUSULA DEZENOVE – GARANTIA DE PAGAMENTO

19.1 A menos que disposto de forma diversa no Contrato de Serviço de Transporte Firme, o Carregador entregará, na data de assinatura do Contrato de Serviço de Transporte Firme, uma Carta de Fiança emitida em favor do Transportador, substancialmente na forma do modelo constante do ANEXO II, o qual é parte integrante e inseparável do presente TCG, por uma instituição financeira com sede no Brasil, que não seja classificada, em escala global, abaixo de BB+ pela Standard & Poors ou A1 pela Moody’s, no valor de, no mínimo, o resultado do produto de (i) 360 (trezentos e sessenta) vezes a Quantidade Diária Contratada pela (ii) soma entre o Encargo de Capacidade de Transporte, oEncargo de Capacidade de Entrada e o Encargo de Capacidade de Saída, com prazo de vigência de pelo menos 2 (dois) anos, para assegurar o pagamento dos valores devidos pelo Carregador ao Transportador nos termos do presente TCG e do Contrato de Serviço de Transporte Firme, com exceção das verbas rescisórias previstas na Cláusula Vinte e Um.

19.2 O Transportador poderá executar a Carta de Fiança no momento em que o Carregador deixar de pagar nas datas de vencimento, no todo ou em parte, o valor correspondente a qualquer Documento de Cobrança, ou, para valores controversos, não tiver procedido consoante o disposto na Cláusula Dezoito.

19.3 O Carregador deverá cumprir as seguintes obrigações com relação à Carta de Fiança:

(i) mantê-la em plena validade;

(ii) após qualquer saque realizado durante a vigência do Contrato, restabelecer o seu valor inicial no prazo de 30 (trinta) Dias contados do vencimento da obrigação não paga pelo Carregador e que tenha ensejado o saque de parte do valor garantido pela Carta de Fiança;

(iii) renovar o seu prazo por pelo menos mais 2 (dois) anos ou substituí-la por outra, de emissão de uma instituição financeira que não seja classificada, em escala global, abaixo de BB+ pela Standard & Poors ou A1 pela Moody’s, pelo menos 60 (sessenta) Dias antes da data de término do prazo de validade da Carta de Fiança então em vigor; e

(iv) caso venha a ser divulgado que a qualidade de crédito da instituição financeira que emitiu a Carta de Fiança passou a ser classificada, em escala global, abaixo de BB+ pela Standard & Poors ou A1 pela Moody’s, apresentar, no prazo de 30 (trinta) Dias contados de tal divulgação, nova Carta de Fiança exeqüível no Brasil, emitida por outra instituição financeira, que não seja classificada, em escala global, abaixo de BB+ pela Standard & Poors ou A1 pela Moody’s.

CLÁUSULA VINTE – FORÇA MAIOR

20.1 Conceito Genérico

Caracteriza-se como Força Maior, com observância da disposição contida no artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil, qualquer evento ou circunstância que reúna os seguintes pressupostos:

(i) tenha ocorrido e permanecido fora do controle da Parte Afetada;

(ii) a Parte Afetada não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para a ocorrência de tal evento ou circunstância, quer em virtude de um inadimplemento de qualquer das suas obrigações nos termos deste TCG e do Contrato, de um descumprimento da Lei ou de atuação com negligência, erro ou omissão da Parte Afetada;

(iii) a atuação da Parte Afetada, apesar de diligente e tempestiva, tenha sido insuficiente para impedir ou atenuar os efeitos da ocorrência do evento ou circunstância; e

(iv) a ocorrência de tal evento ou circunstância tenha afetado ou impedido o cumprimento, pela Parte Afetada, de suas obrigações previstas no presente TCG e no Contrato.

20.2 Abrangência

Sem prejuízo da caracterização de quaisquer outros eventos como Força Maior e apenas a título meramente exemplificativo, as Partes concordam que os eventos abaixo relacionados, desde que atendido o disposto na Cláusula 20.1 acima, serão aceitos como eventos de Força Maior:

1. ato de atentado público ou terrorista, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, revolução, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio ou greve geral;
2. ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da Parte Afetada, desde que sem culpa desta;
3. cataclismos, raios, terremotos, tornados, incêndios, tempestades que venham a resultar na evacuação de áreas atingidas, inundações, explosões, deslizamento de encostas e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis; ou
4. Mudança de Lei que afete de forma substancial e adversa o objeto do Contrato ou a Parte Afetada, configurada como “fato do príncipe”.

20.3 Eventos Excluídos

Apenas a título meramente exemplificativo, as Partes concordam que os eventos abaixo relacionados não serão aceitos como eventos de Força Maior, sendo que tais eventos não eximirão as Partes de cumprirem com suas obrigações constantes do presente TCG e do Contrato:

(i) incapacidade financeira, falta de fundos, mudança de condições de mercado para compra, venda e transporte de gás natural, falta de reservas necessárias de gás natural, ou a incapacidade de tomar fundos emprestados;

(ii) greve dos empregados de uma Parte ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, contratados ou subcontratados da Parte;

(iii) alteração das condições econômicas e financeiras da Parte Afetada, bem como a alteração das condições de mercado para colocação de gás natural;

(iv) qualquer prejuízo acidental, quebra ou falha de instalações, maquinário ou equipamento pertencente a uma Parte ou aos compradores de Gás a montante e a jusante, ou qualquer evento ligado ao seu negócio; ou

(v) atraso no desempenho das obrigações assumidas por contratados ou subcontratados de uma Parte que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas por tal Parte no presente TCG e no Contrato.

20.4 Procedimento na Ocorrência de Força Maior

20.4.1 A Parte Afetada deverá notificar por escrito a outra Parte acerca do evento de Força Maior, especificando a hipótese ou circunstância de Força Maior que está sendo alegada, dentro do prazo máximo de 72h (setenta e duas horas) contadas do momento em que tenha tomado conhecimento de tal evento, ficando estabelecido que se a Notificação não for entregue dentro do prazo ora estabelecido, os efeitos da Força Maior somente poderão ser considerados a contar da data do efetivo recebimento dessa Notificação.

20.4.2 A Parte Afetada, em virtude de qualquer hipótese ou circunstância de Força Maior com relação à qual tenha pleiteado exoneração nos termos desta Cláusula Vinte:

(i) envidará seus esforços razoáveis para mitigar os efeitos de tal Força Maior e para sanar qualquer incapacidade de cumprimento de suas obrigações aqui previstas em razão de tais hipóteses assim que razoavelmente viável;

(ii) fornecerá relatórios semanais à outra Parte acerca do andamento das gestões para que sejam superados os efeitos prejudiciais da hipótese de Força Maior em questão;

(iii) propiciará à outra Parte meios razoáveis para a obtenção de informações adicionais sobre a hipótese ou circunstância de Força Maior; e

(iv) retomará o cumprimento de suas obrigações previstas no presente TCG e no Contrato imediatamente após as hipóteses de Força Maior serem sanadas, deixarem de existir ou serem havidas por encerradas.

20.5 Efeitos de Força Maior

Ressalvado o disposto na Cláusula 20.6 abaixo, a Parte Afetada ficará exonerada de qualquer responsabilidade por descumprimento ou atrasos no cumprimento de suas obrigações previstas no presente TCG ou no Contrato nos casos em que e na medida em que tal descumprimento ou atraso no cumprimento seja atribuível diretamente à hipótese de Força Maior, ficando estabelecido, contudo, que a Força Maior não exonerará uma Parte de suas obrigações na medida de sua culpa concorrente ou de sua omissão em envidar a devida diligência para sanar a situação e remover a causa de maneira adequada e com toda presteza razoável.

20.6 Encargos Devidos Durante a Força Maior

20.6.1 Nenhum evento ou circunstância de Força Maior suspenderá ou exonerará a obrigação do pagamento do Encargo de Reserva de Capacidade de Transporte nos prazos, volumes e valores previstos no presente TCG e no Contrato, observado o disposto dos itens 20.6.2 e 20.6.3 abaixo.

20.6.2 Evento de Força Maior do Transportador

Caso o evento ou circunstância de Força Maior afete o Transportador na sua capacidade de prestar o Serviço de Transporte Firme, a parcela do Encargo de Reserva de Capacidade de Transporte relativa à Quantidade de Gás afetada pela Força Maior paga pelo Carregador ao Transportador constituirá um crédito em favor do Carregador que será deduzido de futuros Encargos de Reserva de Capacidade, até o limite de 10% (dez por cento) da Quantidade Diária Contratada até que seja compensado o referido crédito.

20.6.3 Evento de Força Maior do Carregador

Caso o evento ou circunstância de Força Maior afete o Carregador na sua capacidade de disponibilizar Gás no Ponto de Recebimento, a parcela do Encargo de Reserva de Capacidade de Transporte relativa à Quantidade de Gás correspondente à capacidade de transporte afetada pela Força Maior paga pelo Carregador ao Transportador constituirá um saldo em capacidade de transporte em favor do Carregador. O Carregador terá direito a solicitar a prestação do Serviço de Transporte imediatamente após o término do prazo de vigência do Contrato exclusivamente no que se refere à capacidade de transporte constante do referido saldo. Nessa hipótese, o Contrato será prorrogado exclusivamente pelo período resultante entre a divisão da (i) Quantidade de Gás correspondente à capacidade de transporte constante do referido saldo pela (ii) Quantidade Diária Contratada. Caso, ao final de tal prazo, o Carregador não tenha recuperado a totalidade das Quantidades de Gás correspondentes à capacidade de transporte constantes do referido saldo, o Contrato será considerado extinto não cabendo ao Carregador qualquer indenização pela não prestação do Serviço de Transporte relativo a tais Quantidades de Gás não recuperadas.

20.6.3.1 Durante o período de prorrogação do Contrato na forma da Cláusula 20.6.3 acima, o Encargo de Reserva de Capacidade de Transporte a ser pago pelo Carregador ao Transportador levará em consideração: (i) o Encargo de Capacidade de Entrada vigente, descontadas as parcelas relativas aos custos fixos relacionados à capacidade de recepção, caso existam; (ii) o Encargo de Capacidade de Saída vigente, descontadas as parcelas relativas aos custos fixos relacionados à capacidade de entrega; e (iii) o Encargo de Movimentação vigente.

CLÁUSULA VINTE E UM – TÉRMINO ANTECIPADO DO CONTRATO

21.1 Eventos de rescisão por motivo imputável ao Carregador

21.1.1 Os seguintes eventos darão ao Transportador o direito de requerer a rescisão do Contrato:

(i) Não pagamento de um Documento de Cobrança, seja pelo Carregador ou através da Carta de Fiança, após o decurso de um período de 60 (sessenta) Dias contados do recebimento pelo Carregador de Notificação enviada pelo Transportador informando esse não pagamento, ressalvados os casos em que tal não pagamento se enquadre no previsto na Cláusula Dezoito. Decorrido tal prazo de 60 (sessenta) Dias, o Transportador estará automaticamente autorizado a compensar os valores relativos a tal Documento De Cobrança com quaisquer valores devidos pelo Transportador ao Carregador, desde que o Transportador tenha notificado o Carregador de sua intenção de fazê-lo. Se tal compensação não for suficiente para quitar o montante referente a tal não pagamento, o Transportador poderá rescindir o Contrato;

 (ii) O não restabelecimento do valor inicial da Carta de Fiança, conforme estabelecido na Cláusula 19.3(ii), no prazo de 30 (trinta) dias contados do vencimento da obrigação não paga pelo Carregador e que tenha ensejado o saque de parte do valor garantido pela referida Carta de Fiança;

(iii) O prazo de validade da Carta de Fiança, então em vigor, não for renovado por pelo menos mais 2 (dois) anos ou a Carta de Fiança não for substituída por outra pelo menos 60 (sessenta) Dias antes da data de término do seu prazo de validade;

(iv) Não apresentação de nova Carta de Fiança, em substituição da Carta de Fiança então em vigor, no prazo de 30 (trinta) Dias a contar do Dia em que venha a ser divulgado que a qualidade de crédito da instituição financeira que a emitiu passou a ser classificada, em escala global, abaixo de BB+ pela Standard & Poors e A1 pela Moody’s;

(v) Não apresentação de Carta de Fiança, no prazo de 30 (trinta) Dias a contar do Dia do em que venha a ser divulgado que a qualidade de crédito do Carregador passou a ser classificada, em escala global, abaixo de BBB- pela Standard & Poors e A2 pela Moody’s;

(vi) Dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência do Carregador; e

(vii) Perda da autorização de carregador perante a ANP.

21.1.2 Ocorrendo qualquer um dos eventos de rescisão imputável ao Carregador, o Transportador terá o direito de rescindir o Contrato mediante a entrega de Notificação ao Carregador, informando a sua decisão de rescindir o Contrato, e apresentando demonstrativo do cálculo da indenização devida nos termos da Cláusula 21.1.3 abaixo. A indenização devida nos termos da Cláusula 21.1.3 deverá ser paga pelo Carregador no prazo de 30 (trinta) Dias a contar do recebimento da referida Notificação.

21.1.3 Na hipótese de rescisão do Contrato em decorrência de evento de rescisão imputável ao Carregador, este se obrigará a pagar ao Transportador, como indenização única e aplicável a tal rescisão, o valor das perdas e danos diretos, incluído nesse valor o saldo remanescente do financiamento tomado pelo Transportador em relação às atividades de construção, operação e manutenção das Instalações de Transporte, inclusive seus respectivos encargos, penalidades, juros e multas,sendo excluídos, no entanto, quaisquer danos indiretos ou lucros cessantes decorrentes dessa rescisão.

21.1.4 Caso o Transportador decida rescindir o Contrato, nos termos dos itens 21.1.2 e 21.1.3 acima, então, sem prejuízo da obrigação do Carregador de pagar as quantias devidas de acordo com a Cláusula 21.1.3, no prazo de 30 (trinta) Dias contados do momento em que foi informado de tal valor, o Transportador se obriga a (i) envidar todos os seus mais razoáveis esforços para mitigar as perdas e danos a serem pagos pelo Carregador, mediante oferta e revenda da Capacidade Contratada de Transporte a outros Carregadores e (ii) comprovar ao Carregador que envidou todos os esforços razoáveis para mitigar os danos e as perdas por ele sofridos com a referida rescisão, obrigando-se a fornecer ao Carregador toda a documentação comprobatória das providências que houver tomado, acompanhada de relatório demonstrativo dos resultados alcançados, incluindo os montantes que, em razão da oferta e revenda da Capacidade Contratada de Transporte então liberada, efetivamente constituam receitas do Transportador.

21.1.5 Caso o Carregador não concorde com os valores apresentados pelo Transportador na Notificação mencionada na Cláusula 21.1.2, poderá recorrer à instauração de processo de Arbitragem.

21.2 Eventos de Rescisão por Motivo Imputável ao Transportador

21.2.1 Os seguintes eventos darão ao Carregador o direito de requerer a rescisão do Contrato:

(i) atraso no pagamento dos Documentos de Cobrança contra o Transportador emitidos pelo Carregador nos termos do Contrato, após o decurso de um período de 60 (sessenta) Dias contados do recebimento pelo Transportador de Notificação enviada pelo Carregador informando esse não pagamento, ressalvados os casos em que tal não pagamento se enquadre no previsto na Cláusula Dezoito. Decorrido tal prazo de 60 (sessenta) dias, o Carregador estará automaticamente autorizado a compensar os valores relativos a tais Documentos De Cobrança com quaisquer valores devidos pelo Carregador ao Transportador, desde que o Carregador tenha notificado o Transportador de sua intenção de fazê-lo. Se tal compensação não for suficiente para quitar o montante referente a tal não pagamento, o Carregador poderá rescindir o Contrato;

(ii) se, em decorrência de Falha de Serviço de Transporte, o Transportador deixar de transportar uma Quantidade de Gás superior a 90% (noventa por cento) da Quantidade Diária Contratada por um período superior a 30 (trinta) Dias contínuos ou 45 (quarenta e cinco) Dias alternados a cada Ano.

21.2.2 Após a ocorrência de qualquer evento de rescisão imputável ao Transportador, o Carregador deverá enviar uma Notificação ao Transportador, informando a ocorrência do referido evento e solicitando que sejam tomadas, se for possível, as medidas necessárias para restabelecer a execução normal das obrigações contratuais no prazo de 60 (sessenta) Dias a contar do recebimento de tal Notificação, sob pena de o Carregador ter o direito de rescindir o Contrato.

21.2.3 Após transcorridos 60 (sessenta) Dias do recebimento da Notificação mencionada na Cláusula 21.2.2 acima pelo Transportador, sem que seja restabelecida a execução normal das obrigações contratuais, o Carregador terá o direito de rescindir o Contrato mediante a entrega de nova Notificação ao Transportador informando a sua decisão de rescindir o Contrato e apresentando demonstrativo do cálculo da indenização devida nos termos da Cláusula 21.2.4 abaixo. A indenização devida nos termos da Cláusula 21.2.4 deverá ser paga pelo Transportador no prazo de 30 (trinta) Dias a contar do recebimento da referida Notificação.

21.2.4 Na hipótese de rescisão do Contrato em decorrência de evento de rescisão imputável ao Transportador, este se obrigará a pagar ao Carregador, como indenização única e aplicável a tal rescisão, o valor das perdas e danos diretamente sofridos pelo Carregador, excluídos desse valor quaisquer danos indiretos e lucros cessantes decorrentes desta rescisão.

21.2.5 Caso o Carregador decida rescindir o Contrato nos termos dos itens 21.2.3 e 21.2.4, então, sem prejuízo da obrigação do Transportador de pagar as quantias devidas de acordo com a Cláusula 21.2.4, no prazo de 30 (trinta) Dias contados do momento em que foi informado de tal valor, o Carregador se obriga a (i) envidar todos os seus razoáveis esforços no sentido de mitigar, junto aos seus clientes e fornecedores, as perdas e danos a serem pagos pelo Transportador e (ii) comprovar ao Transportador que envidou todos os esforços razoáveis para mitigar os danos e as perdas por ele sofridos com a referida rescisão, obrigando-se a fornecer ao Transportador toda a documentação comprobatória das providências que houver tomado, acompanhada de relatório demonstrativo dos resultados alcançados.

21.2.6 Caso o Transportador não concorde com os valores apresentados pelo Carregador na Notificação mencionada na Cláusula 21.2.3, poderá recorrer à instauração de processo de Arbitragem.

21.3 Limitação das Verbas Rescisórias

Em qualquer caso, a responsabilidade contratual pelo valor devido pelo Carregador ou pelo Transportador em caso de rescisão do Contrato estará limitada ao valor remanescente do Encargo de Reserva de Capacidade de Transporte (Ship or Pay) desde a data da rescisão do Contrato até o término do prazo de vigência do Contrato.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – LEI APLICÁVEL E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

22.1 Lei Aplicável

 Este TCG e o Contrato serão regidos e interpretados de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

22.2 Solução Amigável

 As Partes deverão envidar seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias que surgirem com relação ao presente Contrato. Ocorrendo qualquer controvérsia, a Parte interessada na sua resolução deverá enviar Notificação à outra Parte com o propósito de manterem negociações amigáveis e de boa-fé, a fim de resolverem a referida controvérsia no prazo de 15 (quinze) Dias a contar do recebimento da Notificação. Transcorrido este prazo, caso as Partes não tenham chegado a um acordo, a questão poderá ser submetida à Peritagem ou à Arbitragem, conforme seja expressamente disposto no Contrato. Caso o Contrato seja omisso sobre a forma de resolução de disputa a ser aplicada para a controvérsia específica, as Partes deverão no prazo de 5 (cinco) Dias contados do término do prazo para obtenção de uma solução amigável previsto nesta Cláusula, decidir de comum acordo se a controvérsia deve ser resolvida por Peritagem ou por Arbitragem. Não sendo obtido um acordo neste prazo, a controvérsia original deverá ser resolvida por Arbitragem.

22.3 Arbitragem

22.3.1 Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução deste TCG ou do Contrato e que não sejam resolvidas por meio de Peritagem ou solução amigável, serão resolvidas por um tribunal de árbitros (“Tribunal Arbitral”), o qual aplicará, na solução da controvérsia, a legislação substantiva brasileira (“Arbitragem”). Qualquer das Partes, que deseje instaurar uma Arbitragem, deverá enviar Notificação por escrito nesse sentido à outra Parte detalhando os fundamentos da controvérsia. Quando da instauração da Arbitragem, o Transportador deverá comunicar à ANP o objeto do conflito e os fundamentos da controvérsia.

22.3.2 A Arbitragem será regida, em todos os seus procedimentos, pelo regulamento da Câmara de Arbitragem do IBDE registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documento e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo, prenotado sob o nº 582264, em 04 de agosto de 2006 (“Regulamento do IBDE”), exceto na hipótese de tais regras estarem em conflito com qualquer disposição do Contrato, hipótese na qual prevalecerão as disposições do Contrato, e será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, sendo que a administração da Arbitragem caberá à Câmara de Arbitragem do IBDE, salvo se as Partes, de comum acordo, elegerem outro órgão para administrar a Arbitragem.

22.3.3 O idioma da Arbitragem e de sua decisão será o Português.

22.3.4 O Tribunal Arbitral será constituído de 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

1. a Parte que tiver suscitado a controvérsia (primeira Parte) enviará Notificação à outra Parte (segunda Parte), indicando claramente o objeto da controvérsia e informando o nome de seu Árbitro (Primeiro Árbitro);
2. dentro de 30 (trinta) Dias do recebimento da Notificação supramencionada, a segunda Parte informará à primeira Parte, também por Notificação, o nome de seu Árbitro (Segundo Árbitro). Caso contrário, a primeira Parte poderá requerer ao Presidente da Câmara de Arbitragem, escolhida nos termos da Cláusula 22.3.2, que eleja o Segundo Árbitro;
3. dentro de 14 (quatorze) Dias da nomeação do Segundo Árbitro, ambos os Árbitros elegerão um Terceiro Árbitro, que presidirá os trabalhos;
4. se não houver consenso sobre o Terceiro Árbitro, sua indicação ficará a cargo do Presidente da Câmara de Arbitragem, eleita nos termos da Cláusula 22.3.2.

22.3.5 Na hipótese do regulamento do IBDE ser omisso quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelos Árbitros por referência, nesta ordem:

(i) à Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996; e

(ii) ao Código de Processo Civil Brasileiro.

22.3.6 Aos Árbitros caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio submetido à Arbitragem. A Arbitragem será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por eqüidade ou com base em usos e costumes, ressalvado o disposto no art. 4o da Lei de Introdução ao Código Civil.

22.3.7 As Partes deverão cooperar de boa-fé no fornecimento aos Árbitros de qualquer informação razoavelmente necessária para resolver a disputa.

22.3.8 A Arbitragem, assim como documentos e informações levados à Arbitragem, estarão sujeitos ao compromisso de sigilo e de confidencialidade estipulado neste Contrato, exceto a sentença arbitral, na hipótese de execução judicial da mesma.

22.3.9 No prazo de 90 (noventa) Dias a partir da instituição da Arbitragem, os Árbitros apresentarão a sentença arbitral.

22.3.10 A sentença arbitral deverá observar os requisitos da Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996 e será considerada final e definitiva, obrigando as Partes ao seu cumprimento. As Partes renunciam expressamente a qualquer recurso contra a sentença arbitral ou instauração da Arbitragem, exceto aqueles previstos e permitidos na referida Lei.

22.3.11 Não obstante o disposto nesta Cláusula Vinte e Dois, cada uma das Partes se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (a) assegurar a instituição da Arbitragem, (b) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da Arbitragem, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em Arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à Arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas Partes, (c) executar qualquer decisão da Arbitragem, inclusive, mas não apenas, da sentença arbitral, (d) pleitear a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em Lei e (e) executar quantias líquidas e certas que comportem processo de execução judicial.

22.3.12 Na hipótese de as Partes recorrerem ao Poder Judiciário, na forma da Cláusula 22.3.11 acima, as Partes elegem como foro competente o foro da Cidade de Rio de Janeiro-RJ, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.3.13 A submissão de qualquer questão à arbitragem não exonera as Partes do pontual e tempestivo cumprimento das disposições deste Contrato, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto deste Contrato, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em questão.

22.3.14 Quando pelo menos 2 (duas) controvérsias entre o Transportador ou Carregadores distintas decorrerem do mesmo evento, o Transportador poderá requerer a reunião de tais controvérsias em uma única Arbitragem envolvendo todos os interessados. Nessa hipótese, salvo se todos os interessados acordarem em sentido contrário, todos os 03 (três) Árbitros serão eleitos pelo presidente da Câmara de Arbitragem eleita na forma da Cláusula 22.3.2. Na hipótese de os Árbitros concluírem que a responsabilidade do Transportador em indenizar quaisquer Carregadores decorre de um evento imputável a outros Carregadores, o Transportador ficará exonerado de qualquer responsabilidade relativa a tal indenização.

22.4Peritagem

Uma vez que as Partes acordem que uma controvérsia deve ser submetida à Peritagem, ou haja previsão contratual expressa para que uma controvérsia seja submetida à Peritagem, serão aplicados os dispositivos enumerados nos itens de 22.4.1 a 22.4.9 abaixo.

22.4.1 Nomeação do Perito

Os procedimentos para nomeação do Perito serão os seguintes:

1. a Parte que desejar submeter a controvérsia a um Perito deverá comunicar tal intenção à outra Parte, mediante Notificação, relatando, de forma pormenorizada, os motivos da controvérsia;
2. de comum acordo, as Partes deverão, no prazo de 60 (sessenta) Dias da entrega da Notificação a que se refere a alínea (i) precedente, designar o Perito responsável pelo exame da matéria controversa;
3. se dentro do prazo definido na alínea (ii) precedente as Partes não chegarem a um consenso sobre o Perito a ser designado, então a Parte que tiver suscitado a controvérsia deverá, no prazo de 5 (cinco) Dias, contratar a referida Peritagem junto a uma das seguintes empresas internacionalmente reconhecidas e com representação no país: Det Norske Veritas (DNV), Bureau Veritas (BV), American Bureau of Shipping (ABS) e Lloyd’s Registers;

(iv) os termos do instrumento de nomeação do Perito, inclusive honorários, serão acordados entre este e as Partes, ressalvada a hipótese da Cláusula (iii) acima, que deverão cooperar no sentido de sua definição no prazo mais breve possível;

1. na superveniência ou revelação de fato que possa colocar sob suspeita a isenção ou a qualificação de um Perito em relação à controvérsia, ou porque alguma Parte considere que existe risco material em algum conflito de interesses que possa influir na decisão do Perito, as Partes deverão tentar uma solução de consenso sobre o afastamento do Perito no prazo de 7 (sete) Dias, contados da data em que tome ciência desse fato, de sua revelação ou omissão. Não havendo acordo em tal prazo, a controvérsia deverá ser levada à Arbitragem.

22.4.2 Qualificações do Perito

A pessoa a ser nomeada como Perito:

(i) deverá ser qualificada por formação técnica, experiência e treinamento para opinar sobre a controvérsia;

(ii) não poderá ter conflito de interesses, antes ou depois de aceitar sua nomeação;

(iii) não poderá, se pessoa física, no momento de sua nomeação ou durante sua atuação como Perito de tal controvérsia, ocupar cargo de diretor, chefe de escritório, empregado, prestador de serviço, ainda que por pessoa interposta ou consultor de uma das Partes ou de alguma afiliada das mesmas; nem poderá ter ocupado qualquer desses cargos ou funções nos 3 (três) anos anteriores à sua nomeação como Perito.

22.4.3 Confidencialidade

Todas as informações, dados ou documentos enviados ao Perito por qualquer Parte devem ser considerados como confidenciais, não podendo ser revelados pelo Perito a pessoa alguma, à exceção de seus empregados ou consultores profissionais, ficando, de qualquer forma, condicionada a revelação ao disposto na Cláusula 22.4.3.1 abaixo.

22.4.3.1 Os empregados ou consultores profissionais do Perito deverão, antes do recebimento das informações, dados ou documentos a que se refere a Cláusula 22.4.3 supra, assumir obrigações específicas com o Perito no sentido de mantê-los sob estrita confidencialidade.

22.4.4 Laudo Pericial

 O laudo pericial a ser proferido pelo Perito deverá conter os elementos abaixo listados:

1. relatório, que conterá os nomes das Partes e um resumo da controvérsia;
2. os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões técnicas submetidas ao Perito;
3. o dispositivo, em que o Perito resolverá as questões que lhes forem submetidas e estabelecerá o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso;
4. a data e o lugar em que foi proferido o julgamento; e
5. a alocação entre as Partes dos custos decorrentes da Peritagem, observado o disposto na Cláusula 22.4.7.

22.4.5 Obrigações e Prerrogativas do Perito

As obrigações do Perito deverão estar dispostas no instrumento de sua nomeação, dentre as quais, necessariamente, as seguintes:

1. julgar com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão-somente nos fatos e dados apresentados pelas Partes;
2. decidir a controvérsia no prazo determinado, que não poderá exceder 60 (sessenta) Dias após a confirmação de sua nomeação, descontados os Dias de demora no recebimento de informações solicitadas ou de respostas a consultas ou notificações enviadas a qualquer Parte;
3. manter e diligenciar pela confidencialidade das informações, dados ou documentos pertinentes à Peritagem;
4. notificar previamente a outra Parte, com antecedência de 10 (dez) Dias, qualquer reunião que tencione realizar com uma Parte, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
5. devolver, à Parte que lhos tiver remetido, todas as informações, dados ou documentos (e respectivas cópias) encaminhados para a execução de seu trabalho, tão logo o tenha concluído;
6. apresentar, por escrito, declaração de que atende os requisitos da Cláusula 22.4.2, bem como comprometendo-se a não prestar serviços ou exercer qualquer cargo ou função em qualquer das Partes, durante o período de 3 (três) anos após a conclusão da Peritagem, salvo outro serviço de peritagem; e
7. requerer das Partes quaisquer informações, dados ou documentos adicionais que considere necessários ao julgamento da controvérsia, bem como contratar qualquer técnico ou consultor independente, desde que previamente aprovado pelas Partes.

22.4.5.1 O Perito deverá ignorar todas as informações, dados ou documentos a ele remetidos após o prazo de 30 (trinta) Dias de sua nomeação, salvo os enviados para atendimento a um pedido específico, cujo prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) Dias a partir de sua solicitação.

22.4.6 Obrigações e direitos das Partes

Cada Parte terá, em relação ao Perito e à outra Parte, as seguintes obrigações durante o procedimento de Peritagem:

1. enviar ao Perito, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias de sua nomeação, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
2. enviar para o Perito, no prazo máximo de 10 (dez) Dias da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o Perito julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
3. enviar simultaneamente cópias das informações, dados ou documentos a que se referem as duas alíneas precedentes à outra Parte, a qual terá o direito de comentá-los ou contestá-los, desde que o faça por escrito e no prazo de 10 (dez) Dias contados a partir da data de recebimento de tais informações, dados ou documentos;
4. arcar com os respectivos custos para envio das informações ao Perito e à outra Parte, bem como as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo;
5. arcar com 50% (cinqüenta por cento) dos custos e despesas comuns de Peritagem, dentre os quais:
6. honorários do Perito; e
7. honorários de consultor independente requisitado pelo Perito, desde que aceito de comum acordo pelas Partes;
8. acatar a decisão final do Perito, cabendo recurso a Arbitragem, nos termos da Cláusula 22.3;
9. transcorrido o prazo para solução da controvérsia previsto na Cláusula 22.4.5, sem que o Perito tenha proferido o laudo pericial, qualquer das Partes poderá levar a controvérsia à Arbitragem. Uma vez instaurada a Arbitragem, extinguir-se-á, automaticamente, a Peritagem;
10. as Partes se comprometem a não contratar o Perito para cargo de diretor, empregado, prestador de serviço, conselheiro, ou consultor, ainda que por pessoa interposta de uma das Partes ou de alguma sociedade na qual qualquer Parte tenha participação acionária, direta ou indiretamente, pelo prazo de 3 (três) anos, contados da data em que o laudo pericial foi proferido, salvo para outro serviço de Peritagem.

22.4.7 Após a decisão final, a Parte vencedora será reembolsada, pela Parte perdedora, de todos os custos por ela comprovadamente incorridos para realizar a Peritagem. Caso o pleito da Parte que deu início ao procedimento de Peritagem não tenha sido integralmente acolhido, o laudo pericial determinará a divisão dos custos entre as Partes.

22.4.8 A submissão de qualquer questão à Peritagem não exonera as Partes do pontual e tempestivo cumprimento das disposições deste Contrato, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto deste Contrato, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em questão.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

23.1 O Contrato, bem como os direitos e obrigações deles decorrentes, poderão ser cedidos, total ou parcialmente, por uma Parte, salvo se houver relevante motivo impeditivo apresentado por escrito pela outra Parte.

23.1.1 Para a cessão a que se refere a Cláusula 23.1, é requisito essencial que a Parte que pretende ceder o Contrato demonstre que o cessionário reúne condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes da cessão, sem que a outra Parte incida num risco comercial e econômico substancialmente maior que o assumido, cabendo a essa Parte, motivadamente, determinar se o pretenso cessionário reúne as condições necessárias à efetivação da cessão pretendida.

 23.1.2 A Parte que pretende ceder o Contrato poderá transferir à cessionária, no todo ou em parte, os direitos e obrigações estipulados no Contrato.

23.1.3 A Parte que pretende ceder o Contrato prestará à outra Parte todas as informações de que disponha sobre o potencial cessionário, bem como prestará os esclarecimentos necessários sobre as conseqüências da cessão.

23.2 A Parte que desejar ceder o Contrato deverá, além de atender aos termos da legislação em vigor e ao disposto nesta Cláusula Vinte e Três, manifestar sua intenção, mediante Notificação à outra Parte.

23.2.1 No prazo de 90 (noventa) Dias seguintes à data do recebimento da Notificação enviada pela Parte que pretende ceder o Contrato mencionada na Cláusula 23.2, a outra Parte deverá, se for o caso, apresentar as justificativas de sua recusa.

**ANEXO I - TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS**

CRONOGRAMA DE CALIBRAÇÃO E INSPEÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

(i) Calibração:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ELEMENTO | PERÍODO | ERRO MÁXIMO PERMISSÍVEL | INCERTEZA MÁXIMA |
| Instrumento de pressão estática | NBR ISO 10012 | +/- 0,50% | +/- 1,50% |
| Instrumento de pressão diferencial | NBR ISO 10012 | +/- 0,25% | +/- 1,50% |
| Instrumento de temperatura | NBR ISO 10012 | +/- 0,50% | +/- 1,50% |
| Medidor de Vazão (Turbina ou Ultra-sônico) | NBR ISO 10012 | AGA – 7 ou AGA – 9 | +/- 1,50% |
| Autocalibração do cromatógrafo | 15 Dias | ASTM-1945 | Não aplicável |
| Calibração manual do cromatógrafo | 6 Meses | ASTM-1945 | Não aplicável |
|  |  |  |  |

 (ii) Inspeção:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ELEMENTO | PERÍODO | ERRO MÁXIMO PERMISSÍVEL |
| Medidor de Vazão(Turbina ou Ultra-sônico) | NBR ISO 10012 | +/- 1,50% |
| Trecho de Medição | NBR ISO 10012 | ANSI/API-2530 |
|  |  |  |
|  |  |  |

**ANEXO II - TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS**

MODELO DE CARTA DE FIANÇA

**[INSERIR DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]**, inscrito no CNPJ sob o n.º [----], com sede Estado de [-----], no Município de [----], à [INSERIR ENDEREÇO], doravante denominado simplesmente **FIADOR**,

**[INSERIR DENOMINAÇÃO SOCIAL DO CARREGADOR]**, inscrita no CNPJ sob o n.º [----], com sede Estado de [-----], no Município de [----], à [INSERIR ENDEREÇO] doravante denominada **AFIANÇADA**, e

**[INSERIR DENOMINAÇÃO SOCIAL DO TRANSPORTADOR]**, inscrita no CNPJ sob o n.º [----], com sede Estado de [-----], no Município de [----], à [INSERIR ENDEREÇO] doravante denominada **BENEFICIÁRIA**, e

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco [----] declara-se fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a AFIANÇADA, até o limite de R$............., pelo pagamento de todos os valores devidos pela AFIANÇADA à BENEFICIÁRIA nos termos do Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a AFIANÇADA em [------], com exceção dos valores devidos a título de verbas rescisórias do referido contrato.

Esta Fiança é prestada com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no artigo 827, “caput”, combinado com o artigo 828, I, e ainda aos benefícios previstos nos artigos 837 e 838, I, todos do Código Civil Brasileiro, e vigorará pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de .../.../..., vencível, portanto, em .../.../.....

Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o FIADOR efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita enviada pela BENEFICIÁRIA, remetida ao órgão responsável do FIADOR, localizado [INSERIR ENDEREÇO].

O Banco ...... declara, ainda, que esta Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários.

Esta Carta de Fiança é emitida em 02 (duas) vias.

....................... , ..... de ..................... de 201... .

[INSERIR DENOMINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
Nome:
Título:

TESTEMUNHAS:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:CPF: |  | Nome:CPF: |
|  |  |  |

**Anexo VIII**

INFORMAÇÕES BÁSICAS DO GASODUTO DE REFERÊNCIA

**RELATÓRIO SOBRE O REQUERIMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DO GASODUTO GUAPIMIRIM II**